



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL**

**HARELI FERNANDA GARCIA CECCHIN**

**O DESEMPODERAMENTO DE MULHERES BENEFICIÁRIAS DO  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: QUESTÕES DE GÊNERO NO  
ACAMPAMENTO ILHA VERDE – TO**

**PALMAS - TO**

**2016**

**HARELI FERNANDA GARCIA CECCHIN**

**O DESEMPODERAMENTO DE MULHERES BENEFICIÁRIAS DO  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: QUESTÕES DE GÊNERO NO  
ACAMPAMENTO ILHA VERDE – TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.  
Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Temis Gomes Parente.

**PALMAS - TO**

**2016**

HARELI FERNANDA GARCIA CECCHIN

**“O DESEMPODERAMENTO DE MULHERES BENEFICIÁRIAS DO  
PRAGRAMA BOLSA FAMÍLIA: QUESTÕES DE GÊNERO NO  
ACAMPAMENTO ILHA VERDE - TO”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado  
em Desenvolvimento Regional da  
Universidade Federal do Tocantins para  
obtenção do título de mestre.

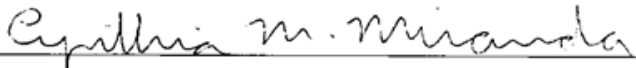
Orientadora: Profa. Dra. Temis Gomes Parente

Aprovada em 28/25/2016.


BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Temis Gomes Parente (Orientadora)



Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda - UFT



Profa. Dra. Gleys Ially Ramos dos Santos - UFT

### **Com licença poética**

Quando nasci um anjo esbelto,  
desses que tocam trombeta, anunciou:  
vai carregar bandeira.

Cargo muito pesado pra mulher,  
esta espécie ainda envergonhada.  
Aceito os subterfúgios que me cabem,  
sem precisar mentir.

(...)

Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.  
Inauguro linhagens, fundo reinos  
-- dor não é amargura.

Minha tristeza não tem pedigree,  
já a minha vontade de alegria,  
sua raiz vai ao meu mil avô.  
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.  
Mulher é desdobrável. Eu sou.

(Adélia Prado)

## AGRADECIMENTOS

Exatos 728 dias separaram o início do fim desta jornada. Não saberia enumerar quantas horas de estudo, noites mal dormidas, lágrimas, ausências... Uma quantidade de elementos superpostos, que juntos, se materializaram num conjunto de tantas mil palavras ordenadas numa orquestra de ideias e muitas vozes. No prólogo de tantas páginas enumeradas sequencialmente, não poderia posseguir antes de agradecer e dedicar este trabalho a todas as presenças em minha vida, que de perto ou de longe, com livros ou abraços, contribuíram para realização deste sonho.

A Deus, fonte de vida e inspiração, que esteve comigo e me deu forças para continuar. Aos meus pais, que me deram toda a base educacional e moral, sem a qual eu jamais estaria aqui hoje. Eles sempre torceram muito por mim e me incentivaram a continuar. Ao meu esposo Daniel, que soube estar ao meu lado nos momentos difíceis, que foi o amigo, o ouvinte, o companheiro, dividindo comigo as responsabilidades.

À minha orientadora, professora doutora Temis Gomes Parente, companheira desta jornada. Mulher forte e inspiradora, pela paciência e pelos ensinamentos acadêmicos e lições de vida. Aos meus professores do mestrado em Desenvolvimento Regional da UFT. Em especial a professora doutora Cynthia Mara Miranda, que, além das disciplinas, me acompanhou na trajetória acadêmica e contribuiu para a pesquisa desde a qualificação. E à professora doutora Gleys Ially Ramos dos Santos, por aceitar participar da banca e oferecer suas contribuições para esta pesquisa.

À minha amiga, madrinha e companheira de jornada, Évelin Lorena Paixão de Góis, que discutiu teorias, métodos e procedimentos comigo, que me incentivou, emprestou livros e revisou meus textos. Sem você, a estrada não teria sido a mesma. Às minhas colegas de mestado, Gildene, Edisselma, Luciane e Karol, pela sensibilidade e solidariedade, com a contribuição na logística no tempo das aulas. À minha amiga mexicana Ana Gabriel Castro Ramírez, com quem tive muitos debates interessantes. Agradeço por toda ajuda acadêmica e pessoal. À minha amiga e madrinha, Virgínia Fragoso, por sua imensa compreensão quanto ao momento em que eu estava vivendo, pelo incentivo e por assumir meu lugar quando eu precisei me ausentar. E a todos que me incentivaram a entrar no mestrado, e acompanharam os meus momentos difíceis.

Às mulheres do Acampamento Ilha Verde que entrevistei, pela confiança e disposição em participar da pesquisa, consentindo que seus depoimentos fossem usados nos trabalhos científicos. Sem vocês esta pesquisa não seria possível.

## RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar os efeitos do Programa Bolsa Família no cotidiano das mulheres beneficiárias do Acampamento Ilha Verde, com foco nas relações de gênero e empoderamento. Este Acampamento está localizado no município de Babaçulândia, no interior do estado do Tocantins, distante 446 quilômetros da capital Palmas. Metodologicamente utilizou-se a História Oral, para entender as questões de gênero e empoderamento das mulheres, sobretudo a trajetória daquelas historicamente excluídas dos documentos escritos, neste caso, as mulheres do Acampamento Ilha Verde. Nas entrevistas às mulheres narraram sobre o seu cotidiano; o modo como lidam com o benefício do Programa Bolsa Família e como esse benefício influencia no orçamento doméstico. Buscou-se compreender em que medida o Programa consegue desencadear o processo de empoderamento ou não das famílias beneficiadas, dentro das três dimensões: Pessoal, Relação Interpessoal e Coletiva propostas por Zapata et. al. (2008). Percebeu-se dentro destes pressupostos teóricos de Zapata, o Programa Bolsa Família não contribuiu para empoderar as mulheres em todas as dimensões. Na pesquisa identificou-se quase a totalidades dos fatores inibidores do empoderamento e nenhum dos fatores impulsionadores.

**Palavras-chave:** Gênero, Empoderamento, Programa Bolsa Família.

## ABSTRACT

The research aimed to examine the effects of the Programa Bolsa Familia in the daily lives of women beneficiaries Ilha Verde Settlement, with a focus on gender empowerment and relationships. This camp is located in the municipality of Babaçulândia inside the state of Tocantins, distant 446 km from the capital Palmas. Methodologically used the Oral History, to understand gender issues and women's empowerment, especially the trajectory of those historically excluded from the written documents, in this case, Ilha Verde Settlement women. In interviews with women narrated about his daily life; the way they deal with the benefit of the Programa Bolsa Familia and how that benefit influence on the household budget. He sought to understand the extent to which the Program can trigger the process of empowerment or not of the families within the Personal, Close Relationships and Collective Dimension' proposed by Zapata et. al. (2008). It was noticed within these theoretical assumptions of Zapata, the Programa Bolsa Familia did not contribute to empower women in all dimensions. In the research identified almost the wholes of the inhibiting factors of empowerment and none of the push factors.

**Keywords:** Gender, Empowerment, Bolsa Familia Program.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Divisão geográfica do estado do Tocantins por microrregião.....	20
<b>Figura 2</b> – Localização da Usina Hidrelétrica de Estreito.....	22
<b>Figura 3</b> – Foto de uma casa no Acampamento Ilha Verde.....	26
<b>Figura 4</b> – Foto do cultivo de hortaliças no Acampamento Ilha Verde.....	27
<b>Figura 5</b> – Fluxo de gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.....	50



## LISTA DE GRÁFICOS

**Gráfico 1** – Repasse do Programa Bolsa Família em 2015 por região do país.....19

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1** – Principais normativas pós Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)...42

**Quadro 2** – Fluxograma da operacionalização do Programa Bolsa Família.....49

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Programas, serviços e ações do Plano Brasil Sem Miséria.....	46
<b>Tabela 2</b> – Descumprimento de condicionalidades do PBF: sanções previstas.....	52
<b>Tabela 3</b> – População em situação de extrema pobreza por faixa etária (quantidade e porcentagem).....	55
<b>Tabela 4</b> – Famílias inscritas no Cadastro Único de acordo com a renda <i>per capita</i> mensal.....	55

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AGENDE – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP – Conselho de Ética e Pesquisa

CIT – Comissão Intergestores Tripartite

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CTI – Centro de Trabalho Indigenista

DFID – Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MME – Ministério das Minas e Energia

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEPEM – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher

NIS – Número de Identificação Social

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PGRM – Programa de Garantia de Renda Mínima

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica

RG – Registro Geral de Identidade

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SEAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENARC – Secretaria Nacional de Renda e Cidadania

SICON – Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família

UHE – Usina Hidrelétrica

UNB – Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. INTERFACES ENTRE TRANSFERÊNCIA DE RENDA, SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	33
1.1 Transferência de Renda: uma história anterior ao Programa Bolsa Família.....	33
1.2 A Política Pública de Assistência Social, o PAIF e os rebatimentos no cotidiano das mulheres.....	40
1.3 Programa Bolsa Família: questões técnicas e operacionais.....	44
1.4 Retrato da desigualdade social: município de Babaçulândia a partir de dados estatísticos.....	54
1.5 Diversas vozes, muitos dilemas: o Programa Bolsa Família e as questões de gênero e empoderamento.....	57
2. INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, EMPODERAMENTO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	71
2.1 Feminismo: um panorama histórico.....	71
2.2 Empoderamento: formas de resistência.....	78
2.3 “Pra te falar a verdade, essa situação de gênero, eu vejo uma coisa muito distante”: o desempoderamento na dimensão pessoal.....	80
2.4 “Estou fazendo um curso lá na EFA, mas fica bem pesado porque às vezes esse serviço aqui atrapalha”: as múltiplas faces do desempoderamento na dimensão das relações interpessoais.....	92
2.5 “Eles sempre alegam que nós não podemos ficar aqui”: caminhos e descaminhos do desempoderamento na dimensão coletiva.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
FONTES.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116

## INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família foi criado com o objetivo de combater pobreza por meio da transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade social. Visa também o maior acesso as políticas públicas por parte das famílias, e oferece programas e ações complementares para que os beneficiários possam superar o ciclo da pobreza por meio da geração de renda.

A implantação deste Programa no Brasil é relativamente recente, datando de 2003, e, apesar disso, já é considerada uma experiência exitosa por organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (JANNUZZI, 2013).

Segundo dados do governo federal provenientes do Relatório de Informações Sociais, do mês de dezembro de 2015<sup>1</sup>), entre os quase 14 milhões de famílias atendidas, 93% têm mulheres como titulares para o recebimento. A prioridade feminina se dá porque se considera que são elas que reproduzem a vida e que são as responsáveis pelo cuidado dos demais membros do grupo familiar (ABREU, 2012). Dentro deste contexto, percebe-se que é expressivo o percentual de mulheres beneficiárias, indicando a necessidade de se observar os efeitos deste Programa na vida das famílias de baixa renda, em especial das titulares do benefício.

Apesar de não se constituir em uma política pública voltada para as questões de gênero, enquanto conjunto de estratégias e decisões tomadas (RUA, 1998) para minimizar as desigualdades de gênero, considera-se que o Programa Bolsa Família é transversal<sup>2</sup> as mulheres (FREITAS, 2011), uma vez que elas são escolhidas, prioritariamente, para serem as titulares do benefício (BRASIL, 2006; ABREU, 2012).

O Programa Bolsa Família, que compõe a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), orientado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), foi tomado como o objeto de pesquisa desse trabalho. A partir da análise dos impactos deste Programa, buscou-se observar se o mesmo provocou transformações na situação familiar das mulheres do Acampamento Ilha Verde, no município de Babaçulândia, no estado do

---

<sup>1</sup> Disponível em [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Assistência Social](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Assistência%20Social). Acessado em 07 jan. 2016.

<sup>2</sup> A transversalidade é a capacidade de perpassar diversas realidades, segmentos, dimensões e setores, abrangendo a complexidade dos problemas ou fenômenos (MDS, 2007). Desse modo, o Programa Bolsa Família tem uma transversalidade no tocante a mulher.

Tocantins. Sobretudo em relação às questões de gênero e ao processo de empoderamento destas mulheres.

Partindo do pressuposto que o Programa Bolsa Família possui impactos na vida de suas beneficiárias, possibilitando um maior poder de compra das famílias (aquisição de alimentos, roupas e materiais escolares), observa-se que em geral, é a mulher a titular do benefício. Isto faz com que o cartão magnético esteja em seu nome e que ela seja responsável por sacar o valor monetário recebido pela família.

Estudos acadêmicos (MARIANO; CARLOTO, 2009; FREITAS, 2011; GOMES, 2011; MOCELIN, 2011; BARROS, 2012; MIRANDA, 2012; RIOS, 2011; SILVA, A., 2012; MORTON, 2013; NADU; SIMÃO; FONSECA, 2013; SOUSA, 2013) e pesquisas governamentais (BRASIL, 2006; BRASIL, 2014d) têm discutido os efeitos do Bolsa Família a partir da perspectiva de gênero, no sentido de ampliar o conhecimento sobre este Programa de abrangência nacional e apontar os aspectos que precisam ser ajustados ou modificados, possibilitando uma melhor qualidade de vida às famílias.

O primeiro estudo que se tem conhecimento foi publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2006, em parceria com o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID). A pesquisa intitulada ‘O Programa Bolsa Família e enfrentamento das desigualdades de gênero’ (BRASIL, 2006) foi executada pelo Instituto de Pesquisa Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade de Brasília (NEPEM/UNB).

Essa pesquisa, publicada três anos depois da criação do Programa Bolsa Família, mostra que, de acordo com o discurso do governo, o Programa, além de combater a pobreza, também contribui para trazer maior autonomia às mulheres, possibilitando mudanças para o “cumprimento do papel feminino de cuidar das crianças” (BRASIL, 2006, p.6). A pesquisa considera ainda que receber o benefício, para essas mulheres, significa uma maior possibilidade de cuidar dos seus filhos e manter as condições básicas para a sobrevivência deles, por isso se trata de um processo

de expansão da maternagem, entendida como o desempenho do papel de cuidar de crianças, seja na qualidade de mãe, seja na de mãe substituta, que garante o fortalecimento do seu papel central na coesão social do grupo doméstico pelo qual são responsáveis (BRASIL, 2006, p.2).

Esta publicação (BRASIL, 2006) enfoca que os principais efeitos do Programa na condição das mulheres são: 1) maior visibilidade as beneficiárias, uma vez que o



benefício lhes permite maior poder de compra; 2) fomento a autoridade das mulheres dentro da família derivada do seu maior poder de compra; e 3) mudança na percepção das beneficiárias que passam a se ver como cidadãs. Ainda que discuta as questões de gênero, a pesquisa tende a reafirmar o tradicional papel feminino, uma vez que coloca que cuidar dos filhos é tarefa da mulher.

Nos anos seguintes, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lançou outras publicações, apresentando os resultados de diversas pesquisas que avaliaram os efeitos do Programa Bolsa Família nas questões de gênero em povos e comunidades tradicionais<sup>3</sup> (ROCHA, SACCHET, FAVILLA, 2014), em comunidades que se dedicam a agricultura familiar do semi-árido (FAVERO, SANTOS, 2014), em comunidades de pesca artesanal (LEITÃO, INÁCIO, 2014), mulheres quebradeiras de coco (ALBUQUERQUE et. al., 2014), mulheres que vivem sob o rio em moradias denominadas palafitas (SILVA, L. 2014), explanando que o acesso ao benefício e a inserção dessas comunidades na política de assistência social ocorre de forma muito diversa das demais, apresentando diferenças de grupos urbanos, por exemplo.

Dadas as diversidades socioculturais desses grupos (como a relação com gêneros alimentícios ‘tradicionais’ e ‘industrializados’); o Programa Bolsa Família e a Política de Assistência Social necessitam de adequações e serviços específicos. Entre eles, cita-se assistência técnica e extensão rural direcionada ao atendimento destas comunidades, respeitando suas especificidades.

Alguns estudos acadêmicos são divergentes das pesquisas governamentais quanto às questões de gênero. Para alguns autores (MOCELIN, 2011; BARROS, 2012; RIOS, 2011; SILVA, A., 2012; SOUSA, 2013), o Programa Bolsa Família não conseguiu alterar as relações de gênero<sup>4</sup> devido ao pouco ou nenhum empoderamento<sup>5</sup> e autonomia das mulheres beneficiárias.

---

<sup>3</sup> Povos e comunidades tradicionais são: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”, de acordo com a definição contida no Decreto nº 6.040/2007, que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

<sup>4</sup> Gênero é aqui entendido como um elemento presente na relação entre homens e mulheres devido às diferenças percebidas entre os sexos e que se constitui em “um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p.14).

<sup>5</sup> O empoderamento é o processo em que as mulheres estão lutando contra a desigualdade nas relações de gênero a subordinação, chegando ao poder e buscando alcançar transformações nessas relações (ZAPATA-MARTELO et. al., 2004) e tomar decisões ativamente.

Para outros autores, o Programa Bolsa Família trouxe mudanças nas relações de gênero de forma sutil (FREITAS, 2011; NADU, SIMÃO, FONSECA, 2013), mas somente as beneficiárias de domicílios mais prósperos, com renda ligeiramente superior, conseguiram mudanças (MORTON, 2013).

Há posicionamentos de que o Programa Bolsa Família reforça os papéis de mãe, cuidadora e responsável pela família, sobrecarregando as mulheres e não favorecendo o seu empoderamento (MARIANO; CARLOTO, 2009; GOMES, 2011; BARROS, 2012; MIRANDA, 2012; SOUSA, 2013). Para Gomes (2011) a prática de priorizar as mulheres como titulares do benefício “reforça o imaginário coletivo sobre a exclusividade feminina nas tarefas de reprodução social” (p.75).

Já alguns estudos como os de Silva, A., (2012) e Cruz (2014) que apontam que Programa é contraditório. Ainda que destaque a importância e o papel da mulher, continua a reafirmar seu papel na dinâmica familiar, como responsável pelo cuidado com as crianças e a casa (SILVA, A., 2012). Esse acúmulo de tarefas contribui para a manutenção de um padrão de relação entre homens e mulheres de forma desigual. Cruz (2014) aponta essas duas questões em relação às beneficiárias, tanto a sobrecarga das mulheres beneficiárias quanto ao cumprimento as condicionalidades<sup>6</sup>, como a autonomia conferida pelo valor monetário recebido.

Ponderando a amplitude do Programa e de seu público-alvo, que é de quase 14 milhões de famílias, considera-se a heterogeneidade dos beneficiários, uma vez que estes estão localizados em diferentes regiões geográficas, socioeconômicas e culturais do país, segundo dados do Relatório de Informações Sociais, do mês de dezembro de 2015<sup>7</sup>. Daí a importância de estudos que possam contribuir com a análise dessas diversidades, uma vez que as famílias beneficiadas com o Programa não são todas iguais (MORTON, 2013).

Essa pesquisa foi realizada no município de Babaçulândia-TO, no Acampamento Ilha Verde e teve como objetivo analisar os efeitos do Programa Bolsa Família no cotidiano das mulheres beneficiárias deste Acampamento, com foco nas relações de gênero e empoderamento. Os questionamentos que orientaram este trabalho foram: qual a influência do Programa Bolsa Família nas relações de gênero no Acampamento Ilha

---

<sup>6</sup> As condicionalidades se constituem nas condições para que as famílias continuem recebendo o benefício, como manter os filhos na escola e recebendo acompanhamento de saúde, com calendário de vacinação atualizado, entre outros. Em caso de descumprimento, a família pode deixar de receber o valor monetário do Programa Bolsa Família.

<sup>7</sup> Disponível em [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Assistência Social](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Assistência%20Social). Acessado em 7 jan. 2016.

Verde? Ele contribui para empoderar as mulheres? Ou ele sobrecarrega as mulheres no seu papel de cuidadora? Há um reforço aos papéis tradicionais femininos? As mulheres do Acampamento Ilha Verde participam da decisão do que fazer com o benefício? Como o benefício é gasto nesta localidade pelas mulheres?

O Acampamento Ilha Verde está localizado no município de Babaçulândia, no interior do estado do Tocantins, distante 446 quilômetros da capital Palmas. As questões de gênero e empoderamento das mulheres do Acampamento Ilha Verde foram observadas à medida que estas relataram sobre o seu cotidiano, o modo como lidam com o benefício do Programa Bolsa Família. Bem como a influência deste no orçamento doméstico, nas decisões tomadas na aquisição de produtos, cumprimento de condicionalidades, participação em cursos de geração de renda e atividades complementares. Buscou-se compreender em que medida o Programa consegue desencadear o processo de empoderamento feminino, levando a uma maior autonomia, ou, por outro lado, tende a naturalizar o papel reprodutivo da mulher, limitando seu espaço de emancipação.

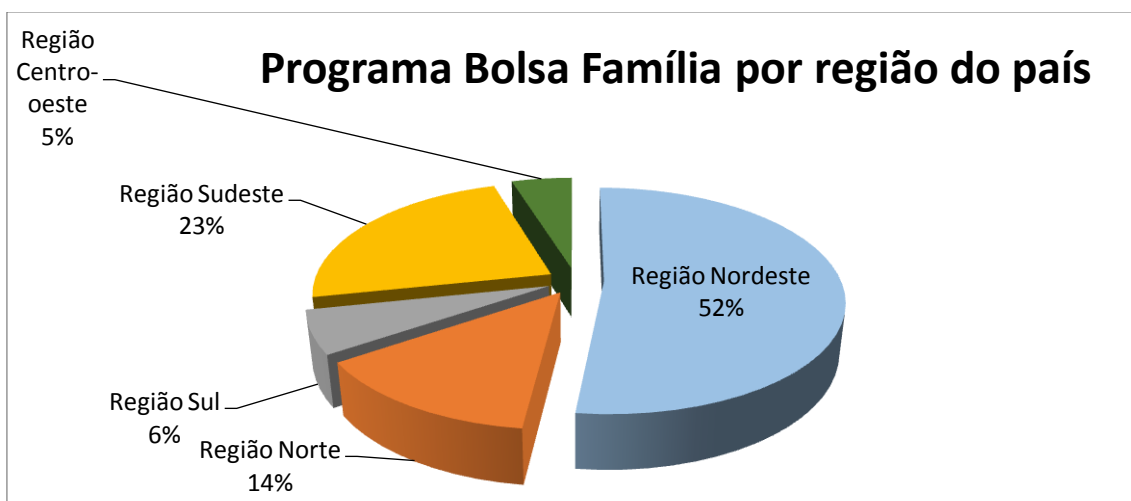
Não localizamos trabalhos que abordam os estudos sobre os beneficiários do Programa Bolsa Família que residem em Acampamentos. Existe diferença entre acampamento e assentamento. Segundo Figueiredo e Pinto (2014) acampamento se constitui em um grupo de pessoas organizadas que exigem seus direitos, fixando moradias provisórias nos locais relacionados às suas solicitações. Para estes autores, o assentamento se dá quando as famílias conseguem o direito de uso e fruto da terra, benefícios do governo para a construção de casas e produção agrícola, indicando que as pessoas não serão retiradas da terra (FIGUEIREDO; PINTO, 2014). Este não é o caso das famílias que moram no Acampamento Ilha Verde, pois elas ainda estão em processo de conseguir a posse definitiva da terra. Por isso as casas são provisórias, feitas de madeira, barro e palha, e não contam com a infraestrutura de saneamento básico.

Esta pesquisa busca trazer contribuições que poderão contribuir para o debate de planejamento de políticas públicas para a região, bem como o acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família, proposto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O município de Babaçulândia está localizado na Região Norte do Brasil, considerada “a maior região brasileira em termos territoriais e, ao mesmo tempo, a mais escassa quanto aos índices populacionais” (SILVA, L., 2014, p.263). Apesar disso, segundo a autora, “a região apresenta o segundo pior percentual do Índice de

Desenvolvimento Humano (0,75), do país” (p.263). Segundo dados<sup>8</sup> do Portal da Transparência do governo federal, em 2015, dos 25,3 bilhões de reais investidos na transferência de renda diretamente às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza, via Bolsa Família, apenas 3,4 bilhões foram destinados à Região Norte, ou seja, 14% do montante, como pode ser observado no gráfico a seguir.

**Gráfico 1** – Repasse do Programa Bolsa Família em 2015 por região do país



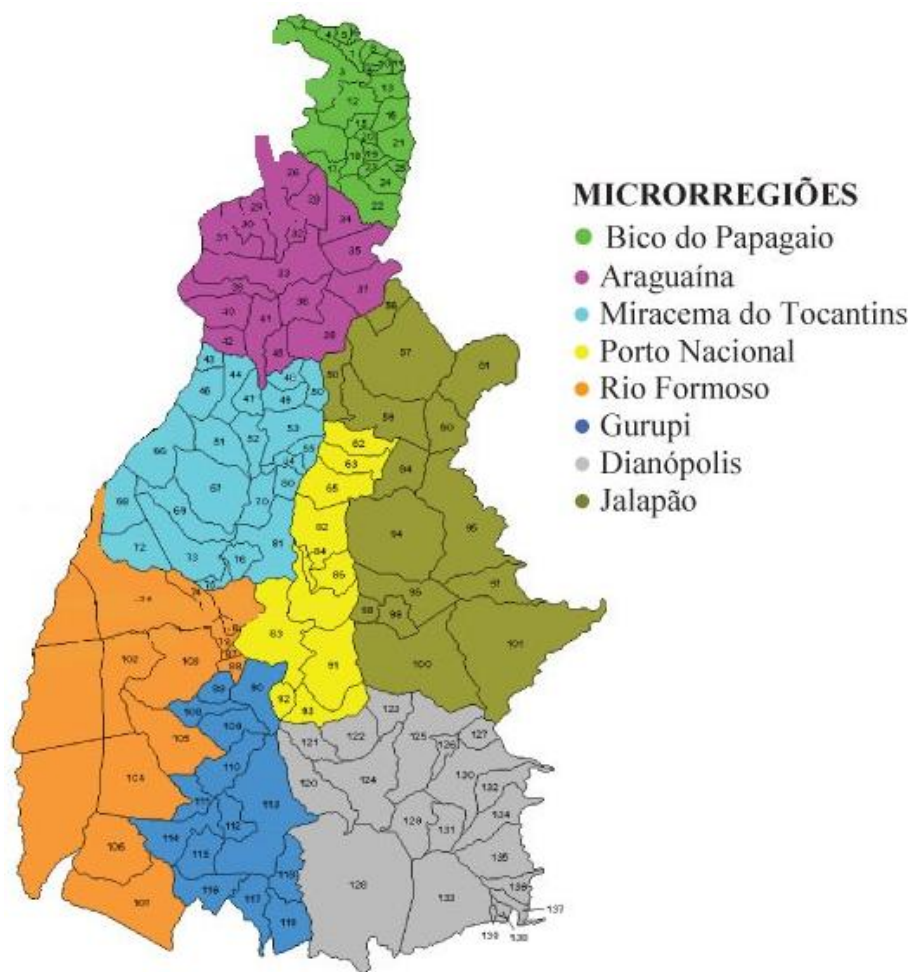
Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do Portal da Transparência (2015) do governo federal

Dos recursos do Programa Bolsa Família mencionados anteriormente, 256 milhões foram destinados às famílias do estado do Tocantins. O estado, que apresentava um IDH baixo em 1991 (0,439) avançou para alto em 2010 (0,788), segundo informações do IBGE (2010c). No entanto, a desigualdade entre os municípios permanece.

O estado é dividido em 8 microrregiões pelo IBGE (vide em figura 1). Uma delas, a microrregião do Bico do Papagaio, é formada por 25 municípios (entre eles, Babaçulândia). O território é um dos mais pobres do estado, com escassas condições de acesso aos diferentes componentes do desenvolvimento (MIRANDA; SANTOS, 2014). A região apresenta um IDH médio de 0,62, uma população rural de mais de 33%, um número de 7.201 agricultores familiares, 5.732 famílias assentadas e 2 terras indígenas (BRASIL, 2014b).

<sup>8</sup> Segundo dados do Portal da Transparência, acessados em 21 dez. 2015 e disponíveis em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaTRProgramaPesquisaUF.asp?exercicio=2015&codigoPrograma=1335&textoPesquisaPrograma=bolsa%20familia&textoPesquisaAcao=&codigoFuncao=08&codigoSubfuncao=244&codigoAcao=8442#>

**Figura 1** – Divisão geográfica do estado do Tocantins por microrregião



Fonte: adaptado de Parise, Araújo e Pinheiro (2011)

De acordo com Aizza (2014), em 1991, a maior vulnerabilidade no Tocantins estava concentrada na microrregião do Bico do Papagaio, com 50,84% de indivíduos em situação de extrema pobreza. Apesar de todos os esforços e investimentos governamentais, em 2010 a região era a segunda com maior percentual de pobreza no estado, com 36,18% de indivíduos nessa situação (AIZZA, 2014).

Babaçulândia conta com uma população estimada em 10.424 habitantes (IBGE, 2010b), e atualmente com tendência de baixo crescimento populacional. Os primeiros habitantes deste município chegaram em 1926, devido a um pequeno estabelecimento comercial instalado na margem esquerda do Rio Tocantins (IBGE, 2010a).

A primeira atividade econômica de Babaçulândia foi a extração do coco babaçu, e posteriormente, a agricultura e pecuária se desenvolveram (IBGE, 2010a), sobretudo a partir da migração de vaqueiros e donos de currais vindos principalmente da Bahia, do Piauí, do Maranhão e do Pará, que ofereciam suporte aos tropeiros. Estes passavam

pelos povoados e levavam mantimentos as regiões onde se dava a atividade de mineração, como no sul de Goiás e no estado de Minas Gerais (SOUZA, 2004).

Nos anos 1950 e 1960 o município de Babaçulândia sofreu uma estagnação com a abertura da Rodovia Belém-Brasília (BR-153). Entre os impactos socioeconômicos, cita-se o surgimento de uma nova constelação de cidades, margeando o traçado da rodovia (AQUINO, 2004), mudando a organização espacial do estado e redirecionando a economia. Os novos municípios ganharam maior importância (SOUZA, 2004), pois o fluxo de pessoas e mercadorias se voltou às localidades próximas a esta via.

Entre os novos municípios está Araguaína, distante 62 km de Babaçulândia, que se tornou o novo polo comercial daquela região, uma vez que as localidades de seu entorno se enfraqueceram devido à inexistência de pontes sobre o rio que as ligassem aos novos centros (AQUINO, 2004). E a quase extinção do transporte fluvial, pois o transporte rodoviário se tornou mais ágil e constante, se comparado às oscilações sazonais de alguns trechos não eram navegáveis durante todo o ano (SOUZA, 2004). Outro impacto importante foi o êxodo rural, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, devido à impossibilidade de a população pobre conservar suas terras, por conta da especulação e da grilagem de terras (AQUINO, 2004).

A partir de meados dos anos 2000, Babaçulândia e os municípios da região passaram por uma mudança em sua dinâmica, devido a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, no rio Tocantins. Entre municípios diretamente afetados pela Usina Hidrelétrica de Estreito (vide figura a seguir) estão: “Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins, no estado do Tocantins e, do lado do maranhense os municípios de Estreito e Carolina” (SILVA, C., 2014, p.48). Babaçulândia foi o município mais afetado com a construção da hidrelétrica, principalmente por conta do alagamento da Ilha de São José (que será tratada mais adiante), sendo palco de protestos e as audiências públicas por parte de seus moradores, segundo Silva, C. (2014).



(CESTE) formado pelas empresas *GDF Suez-Tractebel Energia*, *Vale*, *Alcoa* e *Intercement*.

Entre os impactos causados por este grande empreendimento, cita-se os socioambientais na fauna e na flora, bem como nas comunidades da região, este último com um processo de desterritorialização, trazendo perdas materiais e simbólicas para a população atingida (PARENTE, 2007; SILVA; SIEBEN; SILVA, 2014). Com o alagamento das terras, muitas famílias tiveram que se mudar do local onde viviam, deixando de realizar atividades como pesca, agricultura e extrativismo do coco-babaçu que faziam anteriormente (PARENTE, 2014), sendo as mulheres as mais afetadas com a mudança. Sobretudo devido a extração do coco-babaçu, pois, uma vez que a construção de hidrelétricas implica na derrubada da vegetação nativa, entre elas a palmeira que produz o babaçu, fruto cuja extração era a principal atividade de subsistência (ROCHA, 2011).

Segundo Parente (2012) as mulheres em geral são as mais afetadas pelos projetos de grande porte (construção de hidrovias, ferrovias e hidrelétricas) devido aos laços de amizade, e, contraditoriamente, são as que têm menor participação nos debates públicos que acontecem para a implantação destes projetos.

As 3.710 famílias atingidas<sup>9</sup> (PARENTE, 2014), provenientes de 1.498 imóveis rurais e 913 urbanos (FERREIRA et. al., 2014), foram indenizadas pelo CESTE, nas seguintes modalidades: reassentamento rural agropecuário<sup>10</sup>, reassentamento rural agrícola<sup>11</sup>, aquisição<sup>12</sup> e carta de crédito<sup>13</sup> (FERREIRA et. al., 2014), sendo que 64% das famílias preferiram a aquisição e 22% por cartas de crédito (PARENTE, 2014). As demais foram alocadas nos reassentamentos rurais: Baixão, Bela Vista, Mirindiba, Santo Estevão, São João I e II situados nos municípios de Araguaína, Babaçulândia, Palmeira do Tocantins e São Bento do Tocantins (PARENTE, 2014). Os dados do governo federal mostram que, apesar da construção desta hidrelétrica, que em geral

---

<sup>9</sup> Esse dado de famílias atingidas é fornecido pelo CESTE, pois para o MAB a quantidade de famílias é bem maior, chegando a quase 5 mil (PARENTE, 2014).

<sup>10</sup> O reassentamento rural agropecuário consiste em prover ao atingido outra propriedade com: 40 hectares rurais; casa de alvenaria de 42 m<sup>2</sup>; oito cabeças de gado; um ano de assistência técnica especializada; poço para o abastecimento de água; energia elétrica; cesta básica por um ano e acesso a uma escola pública próxima (FERREIRA et. al., 2014).

<sup>11</sup> O reassentamento rural agrícola tem as mesmas características do reassentamento agropecuário, com a diferença que o tamanho da propriedade disponibilizada é para o primeiro é de 12 hectares e assistência voltada para os aspectos agrícolas (FERREIRA et. al., 2014).

<sup>12</sup> Na modalidade de aquisição foram pagos às famílias atingidas o valor em dinheiro do seu bem (terra nua, benfeitorias), após análise do mesmo (FERREIRA et. al., 2014).

<sup>13</sup> A Carta de Crédito consiste no recebimento de indenização, ficando a própria família responsável pelo seu reassentamento (FERREIRA et. al., 2014)



surge com o discurso dos grandes empreendimentos de levar desenvolvimento para uma região (PARENTE, 2007), o município de Babaçulândia continua marcado por desigualdades sociais.

Segundo os dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do MDS, apontam que, atualmente, 1.623 pessoas encontram-se em situação de extrema pobreza<sup>14</sup> neste município, o que significa que 15,6% da população municipal vive em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2015a). O referido documento aponta ainda que a maior parte dos extremamente pobres vivem no meio rural (69,9%), e os demais, 30,1%, no meio urbano. As mulheres do Acampamento Ilha Verde estão dentro deste contexto, uma vez que o Acampamento está localizado na zona rural, em condições precárias de habitação e infraestrutura, porém necessárias devido se constituir em um Acampamento, onde não é possível a construção de moradias definitivas, até que a posse da terra seja concedida as famílias. A renda está baseada na comercialização de produtos na feira, que em muitos casos não ultrapassa o valor de um salário mínimo, em famílias que têm de 4 a 10 membros.

Muitas pessoas atingidas não foram indenizadas pelo CESTE, sobretudo aquelas que não possuíam propriedades rurais na área que foi alagada pela construção da usina hidrelétrica. O processo de indenização ocorre de modo diferente para homens e mulheres. Parente (2007) com base em um documento elaborado pela empresa Investco, explica o processo de indenização<sup>15</sup>:

Fica estabelecido que o homem em perfeitas condições de saúde e na faixa etária entre dezesseis e sessenta anos equivale a uma Força de Trabalho. Uma mulher nas mesmas condições equivale a 0,8, uma vez que parte do seu tempo é destinada a atividade doméstica. Acima de 60 anos a Força de Trabalho de um homem é equivalente a 0,50 e de uma mulher a 0,25 Força de Trabalho (ARAÚJO, 2006 citado por PARENTE, 2007, p. 105).

Devido a isso, algumas famílias que tiveram terras parcialmente alagadas, pequenos comerciantes e pescadores com atividades ligadas a praia<sup>16</sup> que existia antes da formação do lago, se organizaram devido a não indenização pelo CESTE, e deram início ao Acampamento Ilha Verde, por volta de 2011. Comunidade que foi composta

---

<sup>14</sup> Considera-se situação de extrema pobreza quando a renda domiciliar *per capita* está abaixo de R\$ 70,00 por mês.

<sup>15</sup> Processo de indenização adotado na construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, no estado do Tocantins.

<sup>16</sup> Trata-se de praias fluviais, que se formam na época do período de estiagem (de abril até setembro), quando os níveis de água do Rio Tocantins baixam e revelam bancos de areia nas suas margens, formando praias de água doce.

também por alguns ex-moradores da Ilha de São José, que foi submersa em 2010 com a construção da hidrelétrica (SILVA, C., 2014; SILVA; SIEBEN; SILVA, 2014). A Ilha de São José, situava-se no braço esquerdo do rio Tocantins (a 40 km Babaçulândia-TO e 70 km de Estreito-MA), considerada como zona rural de Babaçulândia-TO, era habitada por 79 famílias, que viviam basicamente do manejo das roças de vazante, da criação de gado e da pesca (SILVA, C., 2014).

O Acampamento Ilha Verde situa-se na zona rural do município de Babaçulândia, as margens do Rio Tocantins que se transformou em lago com a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, em uma área de propriedade do CESTE. Trata-se de uma comunidade formada por 37 (trinta e sete) famílias, organizadas em pequenos lotes de terra. Todos reivindicam uma indenização por parte do CESTE e contam que não desocuparão a área até que a questão seja resolvida. Eles se declaram membros do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)<sup>17</sup>.

Esta comunidade se organiza de modo diferente dos tradicionais acampamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), onde em geral se constroem pequenas casas, próximas umas as outras, as margens de rodovias e estradas, ou em fazendas (FIGUEIREDO; PINTO, 2014), situadas em locais provisórios, até a conquista da terra. Que em geral é concedida em uma localidade muito diferente de onde se encontra o acampamento. No Acampamento Ilha Verde as casas são feitas de madeira e cobertas de palha (vide a seguir), no local onde a comunidade deseja a posse da terra.

---

<sup>17</sup> O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foi criado em 1988 a partir da unificação das demandas de pequenos agricultores que, em diferentes partes do país, perdiam suas propriedades ou parte destas devido ao projeto de expansão assumido pelo setor elétrico brasileiro (FRAGA, 2013).

**Figura 3** – Foto de uma casa no Acampamento Ilha Verde



Fonte: elaborado pela autora a partir de foto tirada em 4 de junho de 2015.

Isso ocorre porque se trata de um acampamento e não de um assentamento. Figueiredo e Pinto (2014) explicam que acampamento se constitui em um grupo de pessoas que se reúne para exigir seus direitos, fixando moradias em locais relacionados às suas solicitações, e que resistem a sair deste local, inclusive a mandados de reintegração de posse. As condições básicas de infraestrutura são precárias e as moradias permanecem até que se faça um cálculo da área e a divisão dos lotes entre as famílias. Segundo os autores, isto faz parte da estratégia de luta e visa pressionar o governo e mobilizar a opinião pública, mas se trata de um momento de transição ou de passagem, até que se alcance o reconhecimento legal.

Por outro lado, considera-se assentamento quando as famílias conseguem o direito de uso e fruto da terra, bem como benefícios do governo para a construção de casas de alvenaria e a produção agrícola. Os estudiosos da área consideram que o assentamento é um indicador que a terra foi conquistada, que as pessoas não serão retiradas (desde que não parem a produção), o que tende a levar o grupo a se organizar de um modo diferente (FIGUEIREDO; PINTO, 2014). A comunidade de Ilha Verde vive o momento do acampamento, pois seus direitos ainda não foram conquistados.

Cada família tem um lote de terra de um tamanho que lhes permite a criação de galinhas e o cultivo de frutas e legumes e hortaliças, conforme exposto a seguir.

**Figura 4** – Foto do cultivo de hortaliças no Acampamento Ilha Verde



Fonte: elaborado pela autora a partir de foto tirada em 4 de junho de 2015.

A escolha da área onde iria ser instalado o Acampamento ocorreu devido a liderança daquele momento, Valderice, e em função da proximidade com Babaçulândia, local onde os impactados moravam, e da fertilidade das terras, facilitando a agricultura, e possibilitando a sustentabilidade do Acampamento.

O principal motivo da organização das famílias em lotes foi a agricultura. Inicialmente, todos moravam bem próximos uns aos outros. Posteriormente, a comunidade passou a explorar melhor a área e decidiu se organizar em pequenos lotes. Não por conta de privacidade, ou de ser dono de uma parte, mas para que fosse possível para cada família ter possibilidade de cuidar da sua plantação e controlar os produtos que produzidos, que são vendidos na feira. O Acampamento Ilha Verde foi escolhido para a pesquisa devido a suas peculiaridades, já descritas anteriormente.

Metodologicamente utilizou-se a História Oral<sup>18</sup>, que é uma metodologia que não visa dados numéricos, mas o contato direto com os sujeitos via história narrada. Por meio da técnica da entrevista faz o registro da experiência humana (FREITAS, 2003), recompondo as vivências dos sujeitos (FERREIRA; GROSSI, 2002).

Esta metodologia parte do princípio de que a memória do sujeito está imersa em uma memória social, familiar e grupal, e por isso, o discurso não é somente seu, mas situa-se numa fronteira entre o seu modo de ser e de sua cultura (BOSI, 1987). Thompson (2002) alerta que muitas vezes, símbolos e mitos, próprios do imaginário cultural, são trazidos para o relato individual e muitas vezes são tidos como fato pelo indivíduo.

Por isso a História Oral é um método que tem o papel de interpretar o imaginário social e analisar as representações sociais (FREITAS, 2003), entendendo como as “ideias públicas e as pressões econômicas e coletivas interagem em nível individual” (THOMPSON, 2002), bem como a influência de um grupo sobre seus membros, com diferentes margens de coação e liberdade (LEVI, 2006).

Durante as entrevistas, registrou-se a presença do esposo, dos filhos, parentes e de outras pessoas do Acampamento nas entrevistas. Em alguns momentos essas pessoas também participaram da narrativa, seja complementando a fala da mulher, fazendo um comentário, expressões faciais, entre outros; o que demonstra o poder e influência da memória coletiva dessa metodologia. Acredita-se que este fenômeno foi potencializado pelas características do Acampamento Ilha Verde, de questões coletivas presentes no cotidiano dessa comunidade, onde casa não é um ambiente privado, mas coletivo, onde todos têm acesso, de modo que, no caso das moradias, a dicotomia entre o público e o privado não acontece como no meio urbano. Apesar disso, as mulheres entrevistadas se mostraram a vontade para falar.

A História Oral para este trabalho teve importância fundamental, pois é através dessa metodologia que é possível trazer trajetórias das mulheres historicamente excluídas dos documentos escritos, como as que residem no Acampamento Ilha Verde (SALVATICI, 2005). Das modalidades de História Oral, utilizou-se a história temática (FREITAS, 2003), pois as entrevistas tiveram como foco assunto específico, não abrangendo a totalidade da existência das entrevistadas, mas o modo como elas lidam

---

<sup>18</sup> Segundo Portelli (2001) a História Oral é um gênero de discurso no qual a palavra oral e a escrita estão presentes e se desenvolvem em conjunto, de modo que falam sobre o passado e o presente. Desse modo, a história é vista como um ponto de vista, e por isso o interesse está no que é lembrado (BOSI, 1987), na “recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2005, p. 23).

com seus benefícios, e como ele influencia nas questões de gênero em suas famílias. Também foram levantadas informações sobre a história do Acampamento Ilha Verde, permitindo relacionar a vivência dessas mulheres com o contexto em que elas se encontram.

As entrevistas aconteceram na casa das beneficiárias, ambiente mais propício a um diálogo mais descontraído, pois este é essencial para que o entrevistado possa se sentir abertura para falar (PORTELLI, 2001; THOMPSON, 2002; ALBERTI, 2005). Buscou-se um clima de reciprocidade e respeito, para que as entrevistadas se sentissem a vontade para colocar suas vivências e pontos de vista, de acordo com as indicações dos autores da História Oral (PORTELLI, 2001; THOMPSON, 2002; ALBERTI, 2005; TOURTIER-BONAZZI, 2006).

O critério utilizado para escolha das mulheres a serem entrevistadas foi residir no Acampamento Ilha Verde, ser preferencialmente beneficiária do Programa Bolsa Família e ser casada ou residir com um companheiro, de modo que as relações de gênero pudessem ser observadas. Após a autorização das mulheres por escrito, elas foram entrevistadas seguindo-se um roteiro<sup>19</sup> prévio. Este não era fixo nem estável, mas serviu para orientar as entrevistas. As perguntas foram apresentadas na ordem em que o discurso permitiu e não na ordem em que apareciam no roteiro, mantendo-se um diálogo fluido, de acordo com as orientações de Portelli (2001), Thompson (2002) e Alberti (2005).

Os depoimentos das mulheres foram obtidos individualmente, na casa das entrevistadas no dia 4 de junho de 2015. As entrevistas duraram em média quarenta minutos e foram realizadas pelas pesquisadoras<sup>20</sup> responsáveis por este estudo. Os relatos foram gravados e depois transcritos, de modo a se tornar um texto, posteriormente interpretado a luz das teorias de gênero e de empoderamento. Portelli (1996) explica que as fontes orais permitem passar do individual ao social tornando os relatos utilizáveis para pesquisas, devido ao uso de regras e procedimentos científicos da História Oral. Para o autor, os relatos se constituem em textos que permitem

---

<sup>19</sup> O roteiro foi organizado em perguntas abertas e não diretas, elaboradas de modo a não induzir uma resposta (THOMPSON, 2002). Este roteiro foi reformulado no decorrer das entrevistas, ajustando-se as informações fornecidas pelas beneficiárias e sua compreensão das perguntas, de acordo com o que indica Alberti (2005).

<sup>20</sup> Os depoimentos foram colhidos pelas pesquisadoras Hareli Fernanda Garcia Cecchin, Temis Gomes Parente e Magna Marinho Ferreira. Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo, denominado “Gênero e Memória de mulheres dos Movimentos Sociais em Reassentamentos rurais no Extremo Norte do Tocantins” coordenado pela professora doutora Temis Gomes Parente e financiado pelo CNPQ.

“trabalhar com a fusão do individual e do social, com expressões subjetivas e práxis objetivas articuladas de maneira diferente” (PORTELLI, 1996, p.4). Além das gravações de áudio, as informações também foram registradas em anotações de campo, nestas últimas se relatou as experiências e observações que surgiram durante a execução da pesquisa.

Foram entrevistadas 7 (sete) mulheres, 5 (cinco) delas beneficiárias do Programa Bolsa Família, 1 (uma) não beneficiária e a líder do Acampamento. A idade das mesmas variou entre 24 anos e 48 anos. Elas têm de 2 a 8 filhos. Em alguns casos, além dos filhos biológicos, elas cuidam de sobrinhos e netos. O grau de escolaridade varia entre o 5º ano do Ensino Fundamental até o Ensino Médio completo, os companheiros tendem a ter um grau de escolaridade abaixo do delas, enquanto os filhos, a maioria ainda estudando, têm grau de escolaridade superior ao das mães, com exceção dos que ainda são crianças.

A partir disso, este trabalho discute as questões de gênero e empoderamento dentro do Programa Bolsa Família no Acampamento Ilha Verde, analisando os efeitos a partir dessas categorias teóricas. Gênero aqui é compreendido como uma categoria teórico-metodológica, que tem por foco as “relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1990, p.14). É uma categoria que busca compreender como, historicamente, homens e mulheres, foram categorizados de forma diferente, em oposição binária, numa construção hierárquica onde o homem ocupa uma posição de superioridade, dominação, racionalidade e a mulher ocupa uma posição de inferioridade. Para os estudos de gênero, os papéis relacionados a ‘ser homem’ e ‘ser mulher’ são provenientes de uma construção cultural de sentidos e significados, permeados por relações de poder que persistem até os dias atuais e influenciam no modo como homens e mulheres se relacionam, determinando características, oportunidades e expectativas. Homens e mulheres têm necessidades diferentes, e devem ser tratados com igualdade, por meio de políticas e estratégias, tendo as diferentes demandas como referência (ROCHA; CABA, 2012).

Apesar da subalternização feminina<sup>21</sup>, há um processo de mudança, denominado empoderamento, no qual as mulheres caminham em direção ao poder com o objetivo de

---

<sup>21</sup> A subordinação feminina está relacionada ao poder distribuído diferentemente a homens e mulheres, por meio de mecanismos culturais que tendem a naturalizar os papéis sociais de ambos e legitimar a supremacia masculina na sociedade (COSTA; SILVEIRA; MADEIRA, 2012). No entanto, para as autoras, essas relações não são dicotômicas e maniqueístas, mas mutáveis e transformáveis, pois ninguém detém unicamente o poder.



transformar a desigualdade nas relações de gênero (ZAPATA-MARTELO et. al., 2004). Buscou-se compreender se o Programa Bolsa Família está contribuindo ou não para que as mulheres do Acampamento Ilha Verde se empoderem.

Para Zapata-Martelo et. al. (2008)<sup>22</sup>, o empoderamento se dá em três esferas diferentes: pessoal, relações interpessoais e coletivo. O empoderamento pessoal está relacionado ao aumento da autoestima e a aquisição de novas habilidades. O empoderamento nas relações interpessoais se volta para a maior habilidade para negociar as responsabilidades tidas como femininas (cuidar da casa e dos filhos), bem como a participação dos membros familiares nestas atividades. O empoderamento coletivo diz respeito a integração das mulheres para lutar por seus direitos.

Em cada dimensão do empoderamento, há fatores inibidores e fatores impulsionadores desse processo de mudança. Para Zapata-Martelo et. al. (2008) entre os fatores inibidores estão a falta de controle sobre o seu tempo pessoal, a opressão internalizada e falta de apoio das autoridade, e entre os fatores impulsionadores do empoderamento estão o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades, fazer parte de um grupo e compartilhar problemas e o reconhecimento legal, para citar alguns. Esses fatores serão explorados na análise das entrevistas.

Neste trabalho foram observados os três tipos de empoderamento e sua relação com o Programa Bolsa Família. Foi considerada a aplicação e da administração dos recursos recebidos pelas beneficiárias, e as relações familiares e comunitárias estabelecidas, além da sua participação ou não nos processos de tomada de decisão familiar e autoridade doméstica. Bem como em que medida essas mulheres participaram dos programas complementares<sup>23</sup> do Bolsa Família, em especial aqueles relacionados à capacitação profissional e a geração de emprego e renda.

Este estudo busca contribuir para o debate interdisciplinar de gênero, empoderamento e transferência de renda, uma vez que estes temas se interconectam em todo o trabalho, bem como para o aprimoramento das políticas públicas, em especial a Política de Assistência Social. Os resultados encontrados poderão subsidiar novas práticas aos serviços sócio-assistenciais, que permitam a inclusão, o desenvolvimento

---

<sup>22</sup> Estudo realizado no México, com mulheres rurais que recebem financiamentos do governo na forma de microcrédito para desenvolver seus negócios produtivos. Uma vez que o estudo foi realizado com enfoque de gênero e empoderamento, foi possível utilizar alguns conceitos de Zapata-Martelo et. al. (2008) para compreender as mulheres do acampamento Ilha Verde.

<sup>23</sup> Os programas complementares se constituem na oferta de cursos profissionalizantes e de geração de renda para os beneficiários, bem como acompanhamento psico-social; buscando o desenvolvimento dos beneficiários do Programa Bolsa Família, de modo que eles consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza em que se encontram.



da autonomia e empoderamento das mulheres beneficiárias, bem como ações para o aperfeiçoamento da gestão do acompanhamento dos beneficiários do Programa.

O primeiro capítulo inicia-se com a construção de um panorama histórico dos compromissos do governo brasileiro com a dignidade humana, sobretudo no século XX. Após a pressão de movimentos populares e organismos internacionais, se observa iniciativas governamentais, locais e nacionais, voltadas a transferência de renda. Em meados dos anos 90, há uma preocupação do enfrentamento a pobreza, tomando-se como base a família para tal empreendimento, ocupando um lugar central na elaboração de políticas públicas (BARROS, 2012). Desde o seu surgimento, esses programas já tinham a mulher como a titular do benefício.

Em seguida, detalha-se o Programa Bolsa Família, explicando o seu funcionamento, as questões técnicas e operacionais, e a gestão compartilhada entre os entes federados. Nessa linha, são apontadas as pesquisas que versam sobre o Programa Bolsa Família a partir da perspectiva de gênero, algumas englobando o empoderamento e outras não. A partir dos resultados dessas pesquisas, se faz uma análise das entrevistas realizadas no Acampamento Ilha Verde.

O segundo capítulo aborda as intersecções entre Gênero, Empoderamento e o Programa Bolsa Família. Discutem-se as principais teorias que tratam das questões de gênero e do processo de empoderamento, para entender o impacto do Programa Bolsa Família no Acampamento Ilha Verde.

Posteriormente se debate como o empoderamento pode se constituir em formas de resistência para a subalternização, oferecendo um suporte para o protagonismo feminino. A partir da compreensão da história do Acampamento Ilha Verde, narradas por seus habitantes, se faz uma análise das entrevistas realizadas com as beneficiárias do Programa Bolsa Família sob a luz do referencial teórico sobre Gênero e Empoderamento. Nesta pesquisa se optou por considerar as três dimensões do empoderamento (pessoal, das relações interpessoais e coletiva), dos autores que versam sobre o tema, uma vez que estas dimensões respondem aos problemas de pesquisa anteriormente colocados, bem como os resultados do trabalho empírico realizado. A partir desse referencial teórico se fez uma análise das entrevistas buscando os fatores potencializadores e inibidores do empoderamento, buscando compreender os caminhos e descaminhos deste processo.

## **1. INTERFACES ENTRE TRANSFERÊNCIA DE RENDA, SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

O objetivo deste capítulo é abordar o Programa Bolsa Família enquanto parte das políticas públicas de combate à pobreza no Brasil. Para tal, se faz um resgate dos programas de transferência de renda no mundo, sobretudo os da Europa, pioneiros nesta questão. E posteriormente se traz um histórico das principais ações do governo com vistas a cidadania, nos programas de transferência de renda anteriores ao Bolsa Família. Pois estes serviram de inspiração para sua criação, se constituindo na fase embrionária do Programa Bolsa Família.

Após o panorama histórico, apresentam-se as principais normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que se desenvolveram em paralelo aos benefícios socioassistenciais. Destaca-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), devido o seu foco nos beneficiários do Programa Bolsa Família e sua potencialidade para debater as questões de gênero no território.

Em seguida, se aborda o Programa Bolsa Família, explicitando suas características principais: objetivos, operacionalização e desenho institucional. Também são exemplificados os tipos benefícios que compõem o cálculo do valor recebido, bem como as condicionalidades, uma forma de contrapartida das famílias beneficiárias. E posteriormente se discute o município de Babaçulândia a partir de dados estatísticos, utilizando o Censo Demográfico, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e os dados referentes ao Cadastro Único do município em relação a pobreza e extrema pobreza e sua distribuição por faixa etária e localidade (zona urbana e rural).

### **1.1 Transferência de renda: uma história anterior ao Programa Bolsa Família**

O termo ‘Transferência’ diz respeito a uma movimentação financeira na qual um agente fornece e o outro recebe, sem haver contrapartida, isto é, quem recebeu não tem a obrigação de compensar o montante transferido (NEME et. al., 2013). Nesse sentido, ‘Transferência de Renda’ diz respeito a uma concessão monetária realizada diretamente

a indivíduos ou a famílias, e está relacionado a programas e políticas públicas que tem como foco famílias de baixa renda, em geral, com menor acesso a bens e serviços.

A transferência de renda é uma iniciativa que ocorre em diversos países, sobretudo no continente europeu, em que vários programas são oferecidos desde a primeira metade do século XX. As experiências internacionais de programas transferência de renda surgiram nos países desenvolvidos a partir do Estado de Bem-Estar Social (FROTA, ZIMMERMANN, 2010). Segundo os autores, os primeiros programas de transferência de renda foram adotados há mais de seis décadas nos países nórdicos da Europa, como Reino Unido (em 1948), Finlândia (1956) e Suécia (1957), sendo posteriormente implantados em outros países, como na Alemanha (1961), Bélgica (1974) e na França (1988). Nas décadas seguintes, em 1990 e 2000 houve uma expansão deste tipo de programa em todo mundo, e atualmente eles existem na maioria dos países em desenvolvimento – Sul Asiático, África Subsaariana, América Latina e Caribe (NEME et. al., 2013).

Trata-se de estratégias de políticas públicas que visam a construção de sistemas de proteção social, de modo a resguardar os cidadãos da miséria e da marginalização. Os programas de transferência de renda se constituem no repasse de recursos monetários a famílias, indivíduos ou comunidades de recursos escassos, na forma de transferências governamentais (NEME et. al., 2013). Trata-se de uma pequena quantia em dinheiro oferecida para as famílias pobres (MOREIRA et. al., 2012).

Existem dois tipos gerais de programa de transferência de renda, os condicionais, que exige de seus beneficiários o cumprimento de algumas tarefas, em geral relacionadas a saúde, educação e nutrição. E os programas não condicionais, em que nenhuma contrapartida é exigida (NEME et. al., 2013). No Brasil, no México e em alguns outros países existe outra característica além das já mencionadas, que é confiar o benefício às mulheres das famílias.

No Brasil, a implantação de programas de transferência de renda, bem como a implantação da política de Assistência Social, teve como objetivo proteger seus cidadãos da miséria e da marginalização. Esta preocupação, no Brasil, se inseriu no discurso oficial na década de 70<sup>24</sup>, com a crise econômica internacional e a divulgação dos dados do Censo do IBGE de 1970, que mostrava um aumento dos índices de

---

<sup>24</sup> Os diversos presidentes que estiveram na gestão do país durante as datas citadas não serão mencionados, uma vez que se busca observar as políticas de Estado e não as políticas de governo. Para compreender melhor a questão, ler Souza (2006).

pobreza no país (BARROS, 2012). Apesar disso, é apenas nos anos 80 que os direitos sociais<sup>25</sup> começam a se efetivar, inicialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, e posteriormente com a criação de programas de transferência de renda.

No final da década de 80, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, surge a Seguridade Social (também conhecida por Sistema de Proteção Social), explicitada nos artigos 194 a 204. Trata-se de um campo que abarca a Saúde, a Assistência Social e a Previdência. O artigo 203 da Carta Magna versa sobre a Assistência Social, um dos pilares da proteção social, e explica:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988, art. 203).

Apesar do texto da Constituição Federal instituir a política de Assistência Social como um dever do Estado, esta não foi imediatamente implantada. Inicialmente criaram-se diversos programas de transferência de renda, tanto de iniciativa federal como estadual, visando combater, a curto prazo, e de modo pontual, a miséria e a marginalização em que vivia uma parcela da sociedade.

O primeiro programa de transferência de renda no país foi denominado Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM, criado por meio do Projeto de Lei nº 80/1991. Este era financiado com recursos federais, baseando-se em experiências de países europeus (como Alemanha e França) e latino-americanos (como o México). Seu objetivo era transferir um benefício monetário, de forma direta, àqueles que estavam excluídos do exercício da cidadania por se encontrarem num padrão de exclusão social, reproduzido continuamente, gerando insuficiência de renda e dificuldade de acesso às demais políticas públicas (LAVINAS, 1998).

---

<sup>25</sup> Os Direitos Sociais estão previstos na Constituição Brasileira de 1988 e são considerados direitos de todos, abrangendo a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados (ABREU, 2012).

As mulheres foram escolhidas como titulares do benefício, por se considerar que elas administravam melhor os valores recebidos, aplicando-os em benefício da família, tanto a curto como a longo prazo, ainda que a quantia recebida fosse pequena (MOREIRA et. al., 2012). Resultados semelhantes foram encontrados em programas governamentais, como o micro-crédito destinados a mulher no México, em que elas investem no bem-estar coletivo da família (HORTA, CARRILLO, ZAPATA-MARTELO, 2015). Nota-se que desde o início de sua implantação no Brasil, os programas de transferência de renda já tinham a mulher como titular do benefício.

O Programa de Garantia de Renda Mínima também ficou conhecido como Imposto de Renda Negativo, pois seu objetivo era criar uma garantia de renda para as famílias pobres (SUPLICY; BUARQUE, 1997). A proposição era de que todos os brasileiros residentes no país, com idade igual ou superior a 25 anos, que tivessem uma renda mensal bruta inferior a dois salários mínimos, receberiam do governo uma ajuda em dinheiro, calculada em 30% da diferença entre essa quantia e seu nível de renda (OLIVEIRA; SOARES, 2007).

Pioneiro na área de combate à pobreza no Brasil, este Programa possibilitou que se introduzisse na agenda pública brasileira a possibilidade de implantação de programas de transferência de renda. Alguns municípios do país também implantaram programas semelhantes. No estado de São Paulo, em Campinas foi implantado o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima – PGRFM, em Ribeirão Preto foi criado o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima – PGRM e em Santos o Programa Nossa Família. Já em Brasília, no Distrito Federal, foram criados os Programas: Bolsa Familiar para Educação e Poupança-Escola do Governo de Brasília/DF (BARROS, 2012). Todos eles exigiam que os pais mantivessem os filhos nos serviços de educação e saúde existentes. Fomentando essas iniciativas, o governo federal se comprometeu a ajudar os municípios que adotassem programas de transferência de renda.

No texto da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, aprovada em 1993, regulamentou-se outro programa de transferência de renda, o Benefício de Prestação Continuada – BPC. Trata-se de um benefício individual, não vitalício e intransferível destinado a pessoas com deficiência (com qualquer idade) e pessoas idosas (acima de 65 anos) que, comprovadamente, não tem como garantir o próprio sustento, nem tê-lo

assegurado pela família (com renda mensal *per capita* inferior a um salário mínimo)<sup>26</sup>. Diferentemente da aposentadoria, concedida pela Previdência Social, o BPC não necessita de contribuição previdenciária, ainda que sua operacionalização seja realizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)<sup>27</sup>. Mesmo que o indivíduo esteja excluído do mercado de trabalho, ele tem direito ao benefício, o que mantém a sua subsistência.

Ainda na década de 90, é criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, outro programa de transferência de renda. Diferentemente do BPC, este é destinado a crianças e adolescentes em situação de trabalho. O PETI foi lançado em 1996 em uma parceria do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS)<sup>28</sup>, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Inicialmente visava combater o trabalho de crianças em carvoarias da região de Três Lagoas (no estado de Mato Grosso do Sul), mas posteriormente teve sua cobertura ampliada para vários estados do país, com foco em outras atividades produtivas, beneficiando crianças e adolescentes de áreas urbanas em situação de trabalho infantil, prioritariamente as que trabalhavam nos lixões (MDS, 2013).

Em 2001, o PETI foi instituído normativamente por meio da Portaria SEAS/MPAS nº 458/2001, passando a vigorar em todo o país. Seu público prioritário eram crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade de famílias com renda per capita mensal de até meio salário mínimo. O objetivo principal era erradicar o “trabalho infantil nas atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes nas zonas urbana e rural” (BRASIL, 2001b, p.3). Por meio da complementação mensal de renda (Bolsa Criança Cidadã) às famílias, o Programa visava possibilitar o acesso e a permanência de crianças e adolescentes na escola, oferecer orientação às famílias beneficiadas. Além de promover programas de qualificação profissional para as famílias, de modo que, a partir da geração de trabalho e renda para os adultos, as crianças e os adolescentes pudessem se dedicar as atividades escolares e lúdicas.

No final da década de 90, e início dos anos 2000, outro Programa de transferência de renda é criado, o Agente Jovem. Constituído em 1999 e implantado pela Portaria nº 1.111, de 6 de junho de 2000, o Programa atendia jovens de 15 a 17

---

<sup>26</sup> Dados disponíveis no sítio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>). Acessado em 27 mai. 2015.

<sup>27</sup> Apesar disso, o BPC é gerido Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

<sup>28</sup> Atualmente Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

anos, com renda per capita mensal de até meio salário mínimo, concedendo uma bolsa de R\$ 65,00 durante os doze meses em que o jovem estivesse inserido no Programa.

Entre os objetivos do Programa estavam: promover o resgate de vínculos familiares, comunitários e sociais, levando o jovem a ser protagonista em sua comunidade (BRASIL, 2000) e preparar o jovem para o mundo do trabalho (BRASIL, 2001a). Para inserir-se no Programa, o jovem precisava estar cadastrado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e ter uma frequência mínima de 75% na escola.

A maior preocupação era o combate à violência, pois priorizava o público em situação de risco, tais como: jovens fora da escola; egressos de programas sociais; em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; jovens com deficiência; egressos ou em situação de medida protetiva ou socioeducativa (JACCOUD; HADJAB; ROCHET, 2009).

A criação destes programas de assistência social, como o BPC, PETI e Agente Jovem, marcam o início dos programas de transferência de renda no Brasil, bem como da política pública de assistência social. No entanto, esta ainda era ineficaz no combate a exclusão social, pois se tratava de programas precários, que não garantiam a qualidade de atendimento e que eram marcados por diversos entraves, como a baixa institucionalização, descontinuidade, pouca precisão em termos de definição e ausência de avaliação, privilegiando inclinações e lealdades políticas de atores (COSTA, 2002).

De acordo com Jaccoud, Hadjab e Rochet (2009), o Programa Agente Jovem, refletia as lacunas da Assistência Social como um todo, pois havia ausência de sistemas integrados de acompanhamento. Além de uma tentativa de compensar os déficits gerados por instituições socializadoras (CAMACHO, 2004), concepção de jovem ligado a problemas sociais, tentativa de controlar e ocupar o tempo livre do jovem e uso dos participantes em campanhas políticas (SANTOS, 2006). Cita-se ainda a carência de orientadores sociais qualificados, ausência de coordenação e integração do trabalho, precariedade de boa parte dos espaços físicos onde aconteciam as atividades, materiais de apoio insuficientes, baixa oferta de atividades de lazer e esportivas (BRASIL, 2004b), reveladas por uma pesquisa do Tribunal de Contas da União (TCU).

Apesar das críticas nos anos 2000, vários outros programas de transferência de renda foram criados, buscando sanar demandas pontuais, como o Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Programa Cartão Alimentação (PCA), como resposta as manifestações dos diferentes movimentos sociais, como sindicatos de trabalhadores,

organizações de profissionais liberais, grupos de universitários, organizações populares e associações comunitárias vinculadas a setores da igreja católica (YASBEK, 2010).

O Bolsa Alimentação foi implantado em 2001 pelo Ministério da Saúde. O público-alvo eram famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo, com presença de gestantes, nutrizes e crianças ente 0 e 6 anos de idade. Também neste ano foi implantado o Bolsa Escola, sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC). O público-alvo eram famílias com crianças e/ou adolescentes em idade escolar, entre 7 e 15 anos, e com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. No ano seguinte, em 2002, foi criado o Auxílio-Gás, pelo Ministério das Minas e Energia (MME). O Programa promovia a transferência de R\$ 15,00 a cada dois meses<sup>29</sup>, para famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo.

E em 2003, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, mais conhecido por Cartão Alimentação, foi instituído, por meio da Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003. O público-alvo eram famílias com renda entre 20,8 a 41% do salário mínimo vigente (um valor correspondente de R\$ 50,01 a R\$100, 00) que não tivessem crianças ou adolescentes na faixa etária de 0 a 15 anos<sup>30</sup>.

Todos estes programas ofereciam proteção social às famílias em situação de vulnerabilidade social, mas se sobrepunham e concorriam mutuamente quanto ao seu financiamento, implicando em diversas políticas focalizadas e não universais, pois diversas famílias poderiam não estar incluídas, por não atenderem aos critérios estabelecidos. Enquanto outras poderiam estar em mais de um programa. Além disso, como destaca Yamamoto e Oliveira (2010), os recursos destes programas poderiam amenizar a miséria, mas não ofereciam condições para retirar os beneficiários da situação de pobreza.

Em 2004, instituído pela Lei nº 10.836, surge o Programa Bolsa Família, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), buscando reunir os programas sociais já existentes, como o Auxílio-Gás, Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, (em 2005 houve a incorporação do PETI e do Agente Jovem). Esta medida visava reduzir os gastos administrativos e possibilitar uma gestão integrada dos recursos distribuídos (ZIMMERMANN, 2006).

---

<sup>29</sup> Para fins de comparação, o salário mínimo nesta época era de R\$ 200,00. Então o benefício do Auxílio-Gás correspondia a 7,5 % do salário mínimo vigente na época.

<sup>30</sup> De acordo com informações do sítio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/bolsa-familia/beneficiario/Programas-remanescentes>), acessadas em 2 abr. 2015.



O Programa não inaugurou a política de distribuição de renda no país, mas foi um marco importante no sentido de que centralizar os programas sociais já existentes. O Programa buscou, sobretudo, o acesso ao direito social básico de vida digna, assegurado pelo artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A sua criação foi uma importante estratégia para que o Estado criasse uma estrutura de oportunidades às famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade, ajudando-as a enfrentar o contexto em que vivem (ABREU, 2011).

A partir de 2005, o governo federal buscou articular o Programa Bolsa Família aos serviços socioassistenciais, no intuito de desenvolver metodologias para o acompanhamento dos beneficiários deste Programa (MDS, 2011). A partir do diálogo com gestores e técnicos de referência, foi aprovado em 2009 na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Entre outros assuntos, o protocolo determinou uma articulação entre o Programa Bolsa Família e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), oferecido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), como uma estratégia de monitoramento e acompanhamento dos indivíduos e famílias inseridos no PBF. Entendeu-se que, para ser efetiva, “a segurança de renda deve ser associada às seguranças do convívio familiar e comunitário e de desenvolvimento da autonomia” (BRASIL, 2009a, p.7).

Essa iniciativa se mostrou um avanço para a Política de Assistência Social, porque programas e serviços foram interligados, de modo a permitir a qualificação dos mesmos e um maior desenvolvimento das famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda. A articulação do Programa Bolsa Família e do PAIF, bem com a criação de outras normativas do Sistema Único de Assistência Social serão discutidas na seção seguinte.

## **1.2 A Política Pública de Assistência Social, o PAIF e os rebatimentos no cotidiano das mulheres**

Para compreender a articulação entre o Programa Bolsa Família e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é necessário acompanhar o

desenvolvimento histórico do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Isto se faz necessário porque a integração de programas e serviços possui uma maior potencialidade para desencadear processos de autonomia e empoderamento, sobretudo para as mulheres de comunidades rurais, como é o caso do Acampamento Ilha Verde, uma vez que o enfrentamento da pobreza e das diversas vulnerabilidades não pode ser alcançado apenas com a garantia de renda.

Observa-se que a criação e estruturação da política de Assistência Social se dá em paralelo com a criação de iniciativas de transferência de renda, como o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros. Apesar do esforço do Estado em criar um sistema de proteção social<sup>31</sup>, os programas buscavam amenizar a fome e miséria (COUTO, 2008), com uma característica pontual e fragmentada.

Percebeu-se a importância de tentar reverter a pobreza e os processos responsáveis pela sua criação e reprodução na sociedade. E também de organizar uma política pública que servisse de sustentação para estes benefícios e todo o aparato burocrático necessário para a construção de banco de dados, acompanhamento e gestão desses programas.

Após a promulgação da Constituição Brasileira, em 1988, diversos debates e lutas ocorreram nos anos que se seguiram, para que os direitos constitucionais fossem colocados em prática. A partir das demandas dos movimentos sociais, do Conselho Nacional de Seguridade Social e forças organizadas, que constituíram uma comissão interlocutora, com representantes de vários estados (SPOSATI, 2007), o governo publica a Lei nº 8.742 em 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

A Assistência Social não tem origem com a Constituição Federal de 1988 e a LOAS, pois ela já existia anteriormente como uma prática social, mas é a partir desses marcos legais que ela se torna uma política social (LONARDONI et. al., 2005).

Com a aprovação da LOAS, a Assistência Social deixa de apoiar-se “na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando” (YASBEK, 2007, p.32), em que as camadas mais baixas recebiam proteção social (ou algum tipo de benefício eventual) de gestores em troca de apoio político, para compor a Seguridade Social,

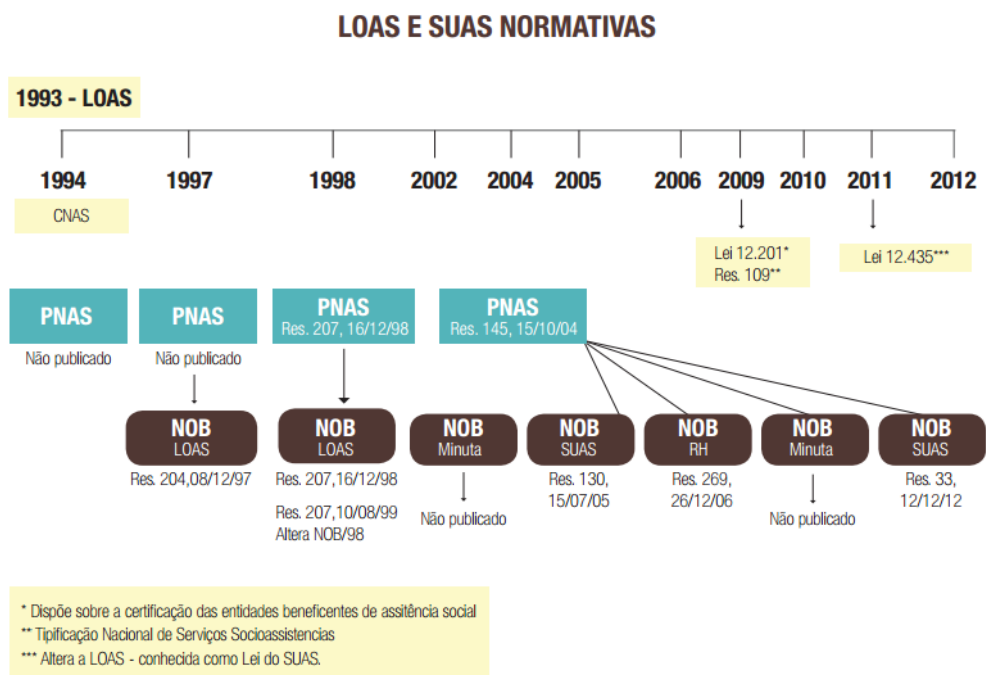
---

<sup>31</sup> A Proteção Social se constitui em uma iniciativa do Estado para reduzir a vulnerabilidade social, protegendo pobres da fome e da miséria e promovendo seu bem-estar.

juntamente com a Política de Saúde e a Previdência Social, se tornando um direito, com acesso universalizado.

Posteriormente foram publicadas outras normativas, como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais em 2009 e as diversas Normas Operacionais Básicas da Assistência Social (NOB/SUAS), que orientam a articulação entre benefícios de transferência de renda e serviços. Essas normativas encontram-se dispostas no quadro a seguir.

**Quadro 1 – Principais normativas pós Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**



Fonte: Sposati (2013, p.26).

Devido a política de Assistência Social não se constituir no foco principal desta pesquisa, as questões históricas e normativas desta política pública não serão discutidas em profundidade. No entanto, para a compreensão do Programa Bolsa Família e sua articulação com os serviços da Assistência Social, é necessário mencionar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Criado em 2004 pelo MDS como um programa, e transformado em serviço em 2009 pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o PAIF consiste

no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (BRASIL, 2009b, p.6)

Um dos públicos prioritários deste serviço são as famílias de programas de transferência de renda (BRASIL, 2009b). De acordo com o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, um dos procedimentos para o atendimento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família é o incentivo a participação no PAIF:

as famílias devem ser incentivadas a participar do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e serviços de convívio, socioeducativo e de fortalecimento de vínculos, a fim de afiançar as seguranças de convívio familiar e comunitário, e de desenvolvimento da autonomia (BRASIL, 2009a, p.21).

Ainda segundo o mesmo documento, a articulação entre o Bolsa Família e o PAIF visa prevenir riscos e identificar e estimular as potencialidades das famílias, além de fortalecer os vínculos familiares e comunitários. No caso de descumprimento de alguma condicionalidade do Programa Bolsa Família, um dos procedimentos descritos no Protocolo é o encaminhamento da família para o PAIF.

Entre as ações que compõe o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) estão: acolhida, acompanhamento familiar, atividades comunitárias, oficinas com famílias, campanhas socioeducativas, encaminhamentos e outros (BRASIL, 2012a). No caderno de orientações técnicas do PAIF, diversas sugestões de temas a serem abordados nas oficinas com famílias, entre eles, a questão da mulher e dos seus direitos:

Direito das Mulheres: promover a reflexão sobre o isolamento social das mulheres, a feminização da pobreza, a violência contra mulheres, a sobrecarga das mulheres na divisão das responsabilidades familiares etc. Identificar características do território e do município que geram estratégias de superação do isolamento, conhecer histórias de mulheres que influenciam a vida das famílias, ou que tenham sido importantes para o município (BRASIL, 2012b, p.29).

Conhecer a proposta do serviço e seus possíveis temas, bem como a articulação deste com o Programa Bolsa Família, permite perceber os processos que, juntos, eles

podem desencadear processo de autonomia em determinado grupo ou comunidade, principalmente no que diz respeito a mulher e as questões de gênero. Ainda que o documento não mencione o termo gênero, ele sugere temas importantes para ser discutidos com as mulheres.

Em 2014, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 15, orientou que os Conselhos de Assistência Social (tanto a nível municipal como estadual) se reorganizassem para funcionar como instância de participação e de controle social do Programa Bolsa Família (PBF).

O CNAS recomendou, nesta resolução, que cada Conselho de Assistência Social criasse uma Comissão Temática com o objetivo de “assessorar e apoiar as atividades sobre gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda, assim como outras estratégias para este fim” (CNAS, 2014, p.4). Esta resolução recomendou também que esta Comissão a ser criada contasse com composição paritária entre representantes do governo (representantes das secretarias de educação e de saúde) e da sociedade civil (usuários da política de assistência social e/ou beneficiários do Programa Bolsa Família).

Deste modo, tanto os beneficiários, como os agentes governamentais poderiam acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução e operacionalização do Programa Bolsa Família, uma vez que este é executado com recursos públicos. Para que se compreenda sua execução, a seguir serão apresentadas as questões técnicas e operacionais do Programa Bolsa Família, os objetivos, eixos, articulações com outros programas do governo federal e com outras políticas públicas. Bem como os tipos de benefício que compõe o cálculo do valor a ser concedido a cada família, e as responsabilidades de cada ente federado na gestão do Programa.

### **1.3 O Programa Bolsa Família: questões técnicas e operacionais**

O Programa Bolsa Família é o maior programa de transferência direta de renda do governo federal. Beneficia famílias em situação de pobreza no país, com renda per capita inferior a R\$ 77,00 mensais<sup>32</sup>. Seu foco é a garantia de renda, a inclusão

---

<sup>32</sup> Informações disponíveis no sítio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>). Acessado em 5 mar. 2015.

produtiva e o acesso aos serviços públicos, como saúde e educação. Devido aos seus múltiplos objetivos, o Programa possui três eixos principais:

- transferência de renda – valor em dinheiro oferecido mensalmente às famílias que visa o alívio imediato da pobreza;
- condicionalidades – condições para que as famílias continuem recebendo o benefício (manter os filhos na escola e recebendo acompanhamento de saúde) reforçam o acesso às políticas públicas, que são direitos sociais básicos;
- ações e programas complementares – oferecimento de cursos profissionalizantes e de geração de renda para os beneficiários, bem como acompanhamento psicossocial, buscando o desenvolvimento das famílias e a superação das situações de vulnerabilidade.

Os eixos do Programa serão abordados a seguir, uma vez que diversos estudos encontrados que tecem críticas sobre o mesmo se detém a questão da transferência de renda, não levando em conta as condicionalidades e os programas complementares. O Decreto 5.209, de 17 de dezembro de 2004, que regulamenta a lei que cria o Programa Bolsa Família, explica que o programa tem como objetivos:

- I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;
- II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
- IV - combater a pobreza; e
- V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (BRASIL, 2004a, art. 4).

Ao articular as políticas públicas de Saúde, Educação e Assistência Social, o Programa busca oferecer condições para a segurança alimentar e o desenvolvimento da família, através da garantia de direitos, do acesso a serviços públicos e de atividades de inserção no mercado de trabalho. Embora o benefício monetário do Programa Bolsa Família (PBF) proporcione um alívio imediato da pobreza, o governo considera que o objetivo principal do PBF é a superação da condição de vulnerabilidade social em que as famílias se encontram<sup>33</sup>. A legislação sobre o Programa não menciona a questão das relações de gênero e sua superação.

---

<sup>33</sup> Segundo informações disponíveis no sítio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (<http://brasildamudanca.com.br/bolsafamilia/mitos/#mentira-3>). Acessado em 5 mar. 2015.

O Programa Bolsa Família integrou o Plano Brasil Sem Miséria, distribuído em três eixos de atuação: garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva (BRASIL, 2013). No eixo garantia de renda está o Programa Bolsa Família (PBF) e o BPC, com vistas à transferência direta de renda, que estão destacados na tabela a seguir.

**Tabela 1** – Programas, serviços e ações do Plano Brasil Sem Miséria

Plano Brasil Sem Miséria		
Eixos de atuação	Áreas	Programas, Serviços e Ações
Garantia de renda	-	Benefício de Prestação Continuada (BPC)
	-	Programa Bolsa Família
Acesso a serviços	Educação	Brasil Alfabetizado
		Mais Educação
	Saúde	Brasil Sorridente
		Distribuição de Medicamentos
		Olhar Brasil
		Rede Cegonha
		Saúde da Família
		Saúde na Escola
	Assistência Social e Segurança Alimentar	Unidades Básicas de Saúde
		Banco de Alimentos
		CRAS
		CREAS
		Cozinha Comunitária
Inclusão produtiva	Rural	Acesso a mercados públicos e privados
		Água e Luz para todos
		Assistência Técnica
		Bolsa Verde
		Fomento
	Urbano	Apoio aos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis
		Olhar Brasil
		Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (PRONATEC)
		Rede de Equipamentos de Alimentos e Nutrição

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do site do MDS (<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20plano-brasil-sem-miseria-1/plano-brasil-sem-miseria>).

No momento de sua criação, o Programa foi criticado por ser uma política social compensatória<sup>34</sup> (SANTOS et. al., 2012), que não conseguia levar seus beneficiários a emancipação, mantendo-os dependentes do valor repassado e excluídos do mercado de trabalho (ABREU, 2011).

<sup>34</sup> O conceito política social compensatória está ligado a ação de governos que visam minimizar e compensar carências nas condições de vida grupos prejudicados ou discriminados pelo padrão dominante de distribuição da riqueza social, promovendo igualdade de oportunidades e acesso aos requisitos sociais básicos, por meio de políticas públicas que voltadas para programas de assistência e de transferência de renda (SILVA, 2014). No entanto, este termo é utilizado, em muitos casos, de forma irônica e pejorativa, indicando que as tentativas de compensação não conseguem ultrapassar esse ressarcimento, não contribuindo para a independência do repasse monetário a longo prazo.

Ao transferir recursos, o objetivo não era apenas reduzir a pobreza a curto prazo, mas oferecer condições de inserção em atividades geradoras de renda. No entanto, apesar dos estímulos a oportunidades de trabalho e cursos geração de renda por meio, principalmente, do PRONATEC<sup>35</sup>, observou-se uma dificuldade em inserir e manter esses beneficiários no mercado de trabalho. Segundo um estudo dos pesquisadores do IPEA, em comparação com os demais trabalhadores, aqueles que são beneficiários do Bolsa Família passam menos tempo no emprego e, quando o perdem, demoram mais para encontrar outra ocupação com os direitos trabalhistas garantidos, como a carteira assinada (CASTRO et. al., 2010).

Apesar das críticas, o Programa Bolsa Família continuou em curso, sendo aperfeiçoado ao longo dos anos. Em 2005 e 2006 criaram-se condições de gestão interna da base do Cadastro Único e as condicionalidades foram regulamentadas (ABREU, 2011). Em 2011, o governo incorporou o Programa a uma proposta mais ampla e consistente: o Plano Brasil Sem Miséria. Além disso, nesse ano, o benefício teve um reajuste médio de 19,4%, e para os valores pagos na faixa etária de zero a 15 anos o ajuste foi de quase 45,5%, de modo a compensar a inflação (BRASIL, 2011a).

Com o lançamento, em 2012, da ação Brasil Carinhoso, o cálculo passou a considerar a situação de miséria em cada família, de forma que a renda doméstica fosse complementada para que cada membro da família pudesse dispor de no mínimo 70 reais por mês<sup>36</sup>. Em 2013, também foi aperfeiçoado os procedimentos de fiscalização do recebimento indevido de benefícios por meio de uma nova regra de unicidade cadastral (SENARC, 2013).

A gestão do Programa é feita pela União, estados, municípios e Distrito Federal, que dividem as responsabilidades, respeitando os princípios da intersetorialidade, participação comunitária, controle social (BRASIL, 2010), e territorialidade. Esta última preconizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A gestão é descentralizada e compartilhada, de modo que os entes trabalham juntos para aperfeiçoar e fiscalizar a execução do Programa.

Ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome cabe selecionar as famílias com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para

---

<sup>35</sup> Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, criado em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país.

<sup>36</sup> Renda per capita usada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para definir famílias e indivíduos abaixo ou acima da linha da extrema pobreza.



Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), e incluí-las no Programa Bolsa Família, dando prioridade àquelas de menor renda. O artigo 2º do Decreto nº 7.332 traz as principais responsabilidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na gestão do Programa Bolsa Família:

- I - realizar a gestão dos benefícios do Programa Bolsa Família;
- II - supervisionar o cumprimento das condicionalidades e promover a oferta dos programas complementares, em articulação com os Ministérios setoriais e demais entes federados;
- III - acompanhar e fiscalizar a execução do Programa Bolsa Família, podendo utilizar-se, para tanto, de mecanismos intersetoriais;
- IV - disciplinar, coordenar e implementar as ações de apoio financeiro à qualidade da gestão e da execução descentralizada do Programa Bolsa Família; e
- V - coordenar, gerir e operacionalizar o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (BRASIL, 2010).

Aos estados cabe constituir uma coordenação intersetorial, promovendo ações para viabilizar a gestão do Programa na esfera estadual, sensibilizando os gestores municipais e disponibilizando apoio técnico-institucional aos municípios (BRASIL, 2004a). Além disso, a gestão estadual deve apoiar o cadastramento nos municípios, estimulando-os a acompanhar o cumprimento das condicionalidades e a estabelecer parcerias com outros órgãos (governamentais e não-governamentais), para ofertar os programas sociais complementares (BRASIL, 2004a).

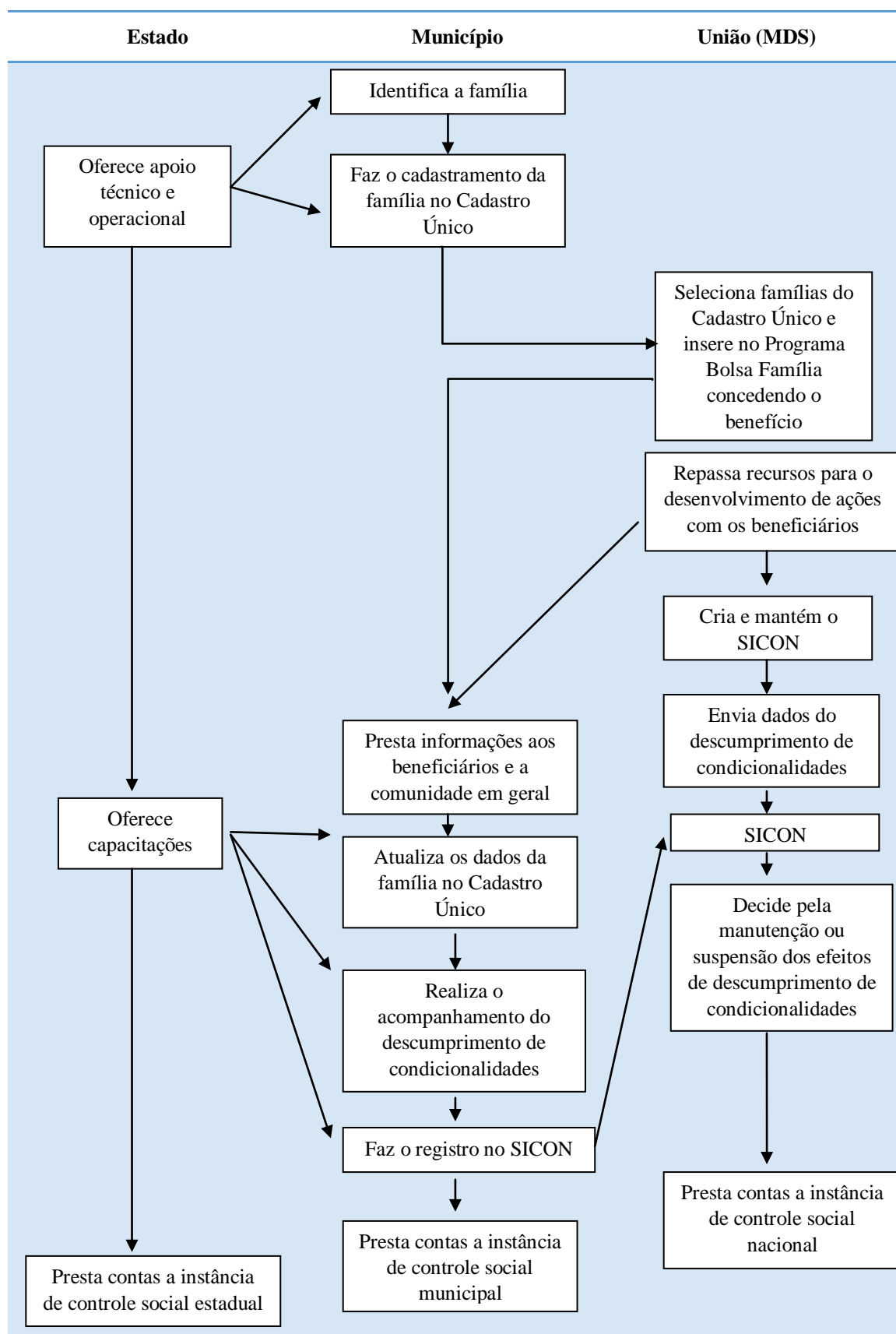
Entre as principais atribuições dos municípios previstas (BRASIL, 2004a), pode-se citar a identificação de todas as famílias de baixa renda em seu território e inserção das mesmas no Cadastro Único, caso estejam dentro do perfil do Programa<sup>37</sup>. Também a disponibilização de serviços e equipamentos das políticas de assistência social, educação e saúde, no que compete à esfera municipal. A promoção, a partir da articulação com a união e o estado, do acompanhamento e cumprimento das condicionalidades. E o estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições (governamentais e não-governamentais), ofertando programas sociais complementares.

São condições para a implantação do Programa Bolsa Família no município a existência formal e funcionamento de instância de controle social (papel cumprido, em geral, pelos conselhos municipais de assistência social) e a indicação de um gestor municipal (BRASIL, 2010). Para melhor compreensão da responsabilidade dos 3 entes federados, vide fluxograma a seguir.

---

<sup>37</sup> Embora o cadastramento não signifique a entrada imediata das famílias no Programa Bolsa Família e o recebimento do benefício.

**Quadro 2** – Fluxograma da operacionalização do Programa Bolsa Família

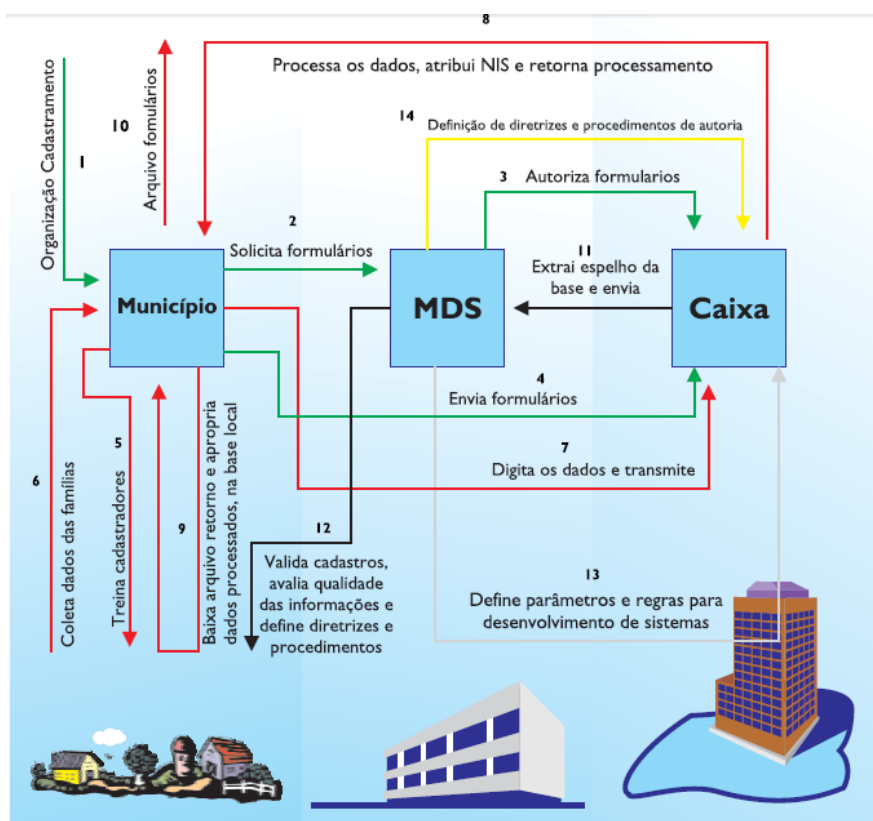


Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados de BRASIL (2004a), (2010), (2014a).

O objetivo do Programa é dar assistência à população em situação de extrema pobreza (renda *per capita* mensal inferior a R\$ 77) e pobreza (renda *per capita* mensal de até R\$ 140). É realizado o pagamento de um benefício mensal, de quantia fixa, que depende do tamanho da família e da quantidade de crianças e adolescentes, embora não seja restrito a grupos familiares compostos por menores de idade. O saque do benefício se dá via cartão magnético, ligado a uma conta bancária na Caixa Econômica Federal.

Para receber, a família precisa estar cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, um tipo de banco de dados, sob responsabilidade dos municípios, capaz de sinalizar algumas necessidades da população de baixa renda. Estar cadastrado não implica a entrada imediata da família no Programa e o recebimento do benefício, pois a família deve ter renda mensal per capita de até R\$ 140 reais. E o Cadastro Único está vinculado a outros programas sociais, como Benefício de Prestação Continuada [BPC], Carteira do Idoso, PETI, Tarifa Social de energia elétrica, Programa Minha Casa Minha Vida, Programa de Cisternas e isenção da taxa de inscrição para concursos públicos e vestibulares. A figura a seguir mostra como se dá a interlocução entre o município, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Caixa Econômica Federal.

**Figura 5** – Fluxo de gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único



Fonte: Brasil (2009, p. 381).

As famílias consideradas pobres (renda mensal de R\$ 77,01 a R\$ 154 por pessoa) e extremamente pobres (renda mensal de até R\$ 77 por pessoa) recebem o benefício. Os valores recebidos dependem dessa classificação, do número de integrantes da família, da quantidade de crianças e adolescentes e da existência de gestantes. Como foi colocado anteriormente, aos municípios cabe fazer o cadastramento das famílias, e ao governo federal, selecionar aquelas com perfil favorável ao recebimento do benefício. De acordo com o MDS (BRASIL, 2014b), existem 6 tipos de benefícios:

- Benefício Básico – pagamento de R\$ 77 mensais para as famílias extremamente pobres (renda por pessoa inferior a R\$77);
- Benefício Variável (0 a 15 anos) – no valor de R\$ 35 mensais para famílias com crianças e adolescentes de 0 a 15 anos. Limitado a 5 benefícios por família;
- Benefício Variável a Gestante – pagamento de R\$ 35 mensais para famílias com presença de gestantes. São nove parcelas consecutivas, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês e esteja cadastrada no Sistema Bolsa Família na Saúde. Limitado a 5 benefícios por família;
- Benefício Variável Nutriz – são destinados R\$ 35 mensais para famílias que possuam crianças de 0 a 6 meses. São seis parcelas consecutivas, desde que a criança seja identificada no Cadastro Único até o sexto mês. Limitado a 5 benefícios por família;
- Benefício Variável Vinculado ao Adolescente – pagamento de R\$ 42 mensais para famílias com adolescentes de 16 e 17 anos. Limitado a dois benefícios por família;
- Benefício para Superação da Extrema Pobreza – é calculado caso a caso, para as famílias em situação de extrema pobreza (renda mensal per capita inferior a R\$ 77,01). Trata-se de um complemento para que a família alcance R\$ 154 de renda mensal por pessoa.

Caso os membros familiares consigam se inserir em atividades produtivas e ampliar sua renda, eles podem pedir a desistência voluntária do Programa. E, se houver necessidade, poderá pedir o retorno imediato ao mesmo em 48 meses. No entanto, estar no Programa implica cumprir algumas exigências do governo, chamadas de condicionalidades, que são uma espécie de compromisso que deve ser cumpridos pela família, na área de educação e saúde, para que a mesma permaneça recebendo o

benefício. O objetivo dessas condicionalidades, segundo Abreu (2011) seria interromper o ciclo intergeracional da pobreza, garantindo que crianças e adolescentes se desenvolvam adequadamente (a partir do acompanhamento de saúde) e concluam seus estudos (evitando a evasão e o abandono escolar). Para Rego e Pinzani (2014) as condicionalidades também são um instrumento de cidadania, uma vez que reafirmam o direito ao acesso as políticas públicas.

Tendo isto em vista, as condicionalidades são: frequência escolar mínima de 85% para os filhos de até 15 anos, e de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos. As crianças de até 7 anos devem ter seu calendário vacinal em dia e acompanhamento médico regular. As mulheres grávidas devem comparecer as consultas de pré-natal na unidade básica de saúde, bem como serem acompanhadas enquanto amamentam. É exigido também uma frequência mínima de 85% aos serviços socioeducativos oferecidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil (BRASIL, 2009b).

Se as condicionalidades não forem cumpridas, a família recebe sanções. A primeira delas é a advertência, onde uma carta é enviada, pelo MDS, para o endereço da família, embora o benefício continua sendo repassado. A partir da segunda ocorrência de descumprimento, o benefício é bloqueado por um mês, e no mês seguinte a família recebe o valor acumulado. Se a ocorrência persistir, o benefício é suspenso por dois meses, e a família não recebe as parcelas relativas aos dois meses de suspensão. Se a família continuar em descumprimento, a suspensão do benefício será mantida. Mas a suspensão será revertida se a família voltar a cumprir condicionalidades nos 6 meses seguintes. Se a situação persistir, a família pode ficar sujeita ao cancelamento do benefício<sup>38</sup>. Este só acontece quando a família, já com um efeito de suspensão, descumprir outra condicionalidade (com efeito no benefício) após 12 meses do registro. A tabela a seguir ilustra, de forma sintética, a questão das condicionalidades.

**Tabela 2** – Descumprimento de condicionalidades do PBF: sanções previstas

<b>Condicionalidades para famílias com crianças, adolescentes e gestantes</b>	
<b>1<sup>a</sup></b>	<b>Advertência</b> (não tem efeito no benefício)
<b>2<sup>a</sup></b>	<b>Bloqueio</b> (benefício bloqueado por um mês)
<b>3<sup>a</sup></b>	<b>Suspensão</b> (parcela fica suspensa por 2 meses)

<sup>38</sup> Informações disponíveis no site do MDS (<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/condicionalidades/gestor/pbf-descumprimento-das-condicionalidades>). Acessado em 5 mar. 2015.

**4ª** **Cancelamento** (não recebe o benefício, e só cancela após 12 meses da data de registro do acompanhamento familiar no SICON se a família estiver em suspensão e voltar a descumprir condicionalidade no primeiro período de acompanhamento posterior aos 12 meses).

Fonte: elaborado pela autora a partir da adaptação de MDS – <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/condicionalidades/gestor/pbf-descumprimento-das-condicionalidades>

Todos os descumprimentos de condicionalidades são registrados no SICON – Sistema de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família, que é um sistema multiusuário (pode ser usado por gestores federal, estadual e municipal, e instâncias de controle social) acessível via internet. A partir das informações dos sistemas dos Ministérios da Educação e da Saúde, esta ferramenta integra os dados e oferece informações da frequência escolar, vigilância nutricional, calendário de vacinação e acompanhamento de consultas pré-natal (MDS, 2010).

A partir daí, os servidores ligados a gestão do Programa serão informados sobre o descumprimento das condicionalidades, devendo localizar as famílias e descobrir o motivo da ocorrência. A família deverá ser inserida em um serviço socioassistencial de acompanhamento familiar do município<sup>39</sup> e este acompanhamento familiar deve ser registrado no SICON, evitando o cancelamento do benefício.

Além disso, as famílias deverão se apresentar a equipe do Cadastro Único anualmente, para atualizar (se houver informações novas) ou revalidar (confirmação de que as informações permanecem inalteradas) o cadastro (BRASIL, 2011b). Isso acontece porque se o cadastro não for atualizado ou revalidado no prazo máximo de 24 meses, o benefício pode ser suspenso e até cancelado. No entanto, o MDS orienta que qualquer mudança na família (nascimento, morte, mudança de unidade escolar por parte das crianças ou adolescentes, mudança de trabalho ou situação de desemprego) deve ser informada imediatamente à equipe do Cadastro Único do município, para que o mesmo seja atualizado.

A questão das condicionalidades é controversa para muitos autores. Alguns discordam, por considerar que estes compromissos assumidos pela família na verdade apenas as responsabilizam, ao mesmo tempo em que não há uma contrapartida do Estado, no sentido de oferecer condições efetivas para o cumprimento das condicionalidades, devido a fragilidade no oferecimento dos serviços de saúde e educação (BARROS, 2012).

---

<sup>39</sup> Preferencialmente o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), oferecido no CRAS.

Já outros autores vêm a questão de forma positiva, argumentando que as condicionalidades contribuem para a redução de jovens em atividades domésticas remuneradas, uma vez que muitos pais retiraram seus filhos destas atividades para o cumprimento das exigências de recebimento do benefício – entre elas, a frequência escolar (FREITAS, 2011).

Nesta linha de raciocínio, Mesquita (2007), Freitas (2011) e Mocelin (2011) consideram que o Programa induz ao acesso a outras políticas públicas consideradas universais, como saúde e educação, uma vez que estimula as famílias a procurar os equipamentos públicos. Além disso, as condicionalidades do Programa contribuem para a instrução, ainda que indiretamente, sobre os cuidados de saúde e a importância da educação e capacitação profissional (FREITAS, 2011; RIOS, 2011), evitando o isolamento social, uma vez que a participação em atividades coletivas favorece a ampliação das redes sociais dos beneficiários (RIOS, 2011).

Esclarecidas as questões sobre o Programa Bolsa Família, seus objetivos, diretrizes e principais características, o mesmo será contextualizado no município de Babaçulândia, lócus desse estudo. Os dados do Cadastro Único permitem observar as características da localidade pesquisada, como a porcentagem da população que vive em situação de extrema pobreza, bem como a faixa etária desses grupos em situação de vulnerabilidade social.

#### **1.4 Retrato da desigualdade social: município de Babaçulândia a partir de dados estatísticos**

O município de Babaçulândia, de acordo com o último Censo Demográfico (2010), contava com 10.424 habitantes, 5.540 homens e 4.884 mulheres, sendo 47,29% das pessoas residentes em área urbana e 52,71% em área rural (IBGE, 2010b). O Índice de Desenvolvimento Humano<sup>40</sup> de Babaçulândia (IDH-M) está avaliado em 0,642

---

<sup>40</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi desenvolvido por um economista paquistanês e é utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde 1993. Os critérios utilizados para a construção do índice são: renda, longevidade e educação. O IDH varia de 0 a 1, sendo baixo desenvolvimento a localidade que atinge menos de 0,499 pontos, de médio desenvolvimento as notas de 0,500 até 0,799, e de alto desenvolvimento a pontuação superior a 0,800.

(IBGE, 2010b) sendo considerado médio, indicando a demanda por desenvolvimento da localidade.

Quando se analisa a situação de extrema pobreza por faixa etária, percebe-se que esta se concentra na população adulta e economicamente ativa (19 a 59 anos), que representa 61,7% do total (BRASIL, 2015a).

**Tabela 3** – População em situação de extrema pobreza por faixa etária (quantidade e porcentagem)

<b>População em situação de extrema pobreza por faixa etária</b>		
<b>Idade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
0 a 3	107	6,6%
4 a 5	79	4,8%
6 a 14	332	20,5%
15 a 17	73	4,5%
18 a 39	610	37,6%
40 a 59	392	24,1%
65 ou mais	30	1,8%
<b>Total</b>	<b>1.623</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados de Brasil (2015a).

A extrema pobreza atinge homens e mulheres, embora os homens sejam maioria, em uma diferença estatística de mais de 10% (44,3% das mulheres e 55,7% de homens). Os números também mostram que a maioria são negros (22,6% se classificaram como brancos e 77,1% como negros; destes 2,9% se declararam pretos, 74,2% pardos e 0,3% amarelos ou indígenas) (BRASIL, 2015a).

Em dezembro de 2014, haviam 2.141 famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Deste contingente, a maioria está em situação de extrema pobreza (53,24%) e pobreza (13,91%) (BRASIL, 2015b), o que é maior que a média nacional no caso da extrema pobreza (48,63%) e um pouco abaixo da média nacional para pobreza (16,35%) (BRASIL, 2015c). Para o detalhamento da situação das famílias inscritas no Cadastro Único em Babaçulândia, veja a tabela a seguir.

**Tabela 4** – Famílias inscritas no Cadastro Único por renda *per capita* mensal

<b>Famílias inscritas no Cadastro Único por renda per capita mensal</b>		
<b>Renda per capita</b>	<b>Números absolutos</b>	<b>Porcentagem</b>
Renda per capita familiar de até R\$77,00	1.140	53,24%
Renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00	298	13,91%



Renda <i>per capita</i> familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo	354	16,53%
Renda <i>per capita</i> acima de meio salário mínimo	349	16,3%
<b>Total</b>	<b>2.141</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados de Brasil (2015b).

Isso mostra a importância de estudos com os beneficiários do Programa Bolsa Família, sobretudo na zona rural, uma vez que concentra a maior parte das famílias em situação de extrema pobreza no município em questão. A busca por estudos sobre o Programa Bolsa Família mostrou que o público da zona rural parece ser o que recebe menor foco nos estudos, uma vez que boa parte das pesquisas com beneficiários do Programa Bolsa Família se centram na zona urbana (MARIANO; CARLOTO, 2009; BARROS, 2012; MARIANO; CARLOTO, 2013; NADU; SIMÃO; FONSECA, 2013).

Lisboa e Lusa (2010) consideram que é de suma importância ver o contexto de mulheres rurais, que possuem condições diversas daquelas que vivem no perímetro urbano. As famílias do Acampamento Ilha Verde residem no local há 4 anos. Ainda não há energia elétrica, água encanada, esgoto. A água do rio represado é imprópria para o consumo e para cozinhar, devido a decomposição da vegetação que não foi retirada da área alagada. Devido a isso, a água utilizada para o consumo vem da cidade. As mulheres do Acampamento são as mais impactadas com este contexto, devido ao fato de serem as responsáveis pelo cuidado da casa e dos membros familiares. Também são elas quem gerenciam o consumo de água nas casas. A falta de infraestrutura faz com que elas dispensem um tempo maior para realizar as atividades domésticas.

Os dados das famílias cadastradas no Cadastro Único em Babaçulândia (em outubro de 2014) apontam 3 famílias assentadas da Reforma Agrária cadastradas e que todas estas eram beneficiárias do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2015b). Os dados mostram ainda que não havia nenhuma família atingida por empreendimentos de infraestrutura cadastrada (BRASIL, 2015b). Isto mostra a invisibilidade da comunidade que foi atingida pela Usina Hidrelétrica de Estreito.

No caso do Programa Bolsa Família, as narrativas das mulheres do Acampamento Ilha Verde mostraram que o valor mínimo recebido por elas é de 147 reais e o valor máximo é 345 reais, dependendo da quantidade de pessoas que compõe a família. Em geral, com a venda de produtos na feira, elas tendem a ganhar até três vezes mais do que o valor que recebem no Programa Bolsa Família. Todas elas estão no

Acampamento Ilha Verde desde o seu início, há quatro anos. E todas relataram já ser beneficiárias do Programa Bolsa Família antes de ir morar no Acampamento.

Em relação à mulher como titular do benefício e os rebatimentos no cotidiano feminino e dada a extensão e importância que este assunto toma nessa pesquisa, o tópico a seguir irá discutir as pesquisas sobre o Programa Bolsa Família que discutiram as questões de gênero. Além de analisar a realidade do Acampamento Ilha Verde, presente nas vozes das mulheres entrevistadas.

### **1.5 Diversas vozes, muitos dilemas: o Programa Bolsa Família e as questões de gênero e empoderamento**

Este tópico irá trazer a análise das pesquisas sobre o Programa Bolsa Família a partir das teorias de gênero, em que medida o valor pago consegue promover a autonomia das mulheres ou se, por outro lado, não contribui para mudanças significativas em sua condição de vida. Também se discute a questão das condicionalidades e seus efeitos no tempo feminino, trazendo as pesquisas já realizadas nesta temática e os resultados encontrados. A discussão de diversos autores permite a análise das narrativas das mulheres do Acampamento Ilha Verde.

O arcabouço teórico<sup>41</sup> que discute a questão de gênero e/ou empoderamento no âmbito do Programa Bolsa Família, foi escrito em sua maioria por pesquisadoras mulheres, ligados a diferentes programas de pós-graduação, utilizando quadros teóricos e metodologias diversas, denotando a interdisciplinariedade do tema.

Boa parte dos trabalhos tem como locus de pesquisa um município ou comunidade. Já outros abordam os dados do Programa a nível nacional, se utilizando de pesquisa quantitativa. Nos trabalhos que têm como locus de pesquisa o município, não foram encontradas pesquisas sobre o Programa em acampamentos.

Os resultados das pesquisas divergem entre si. Para muitos autores, não houve mudança nas relações de gênero (BARROS, 2012; SOUSA, 2013) porque o Programa Bolsa Família não proporcionou autonomia às mulheres beneficiárias (MOCELIN,

---

<sup>41</sup>Trabalhos encontrados numa busca no Banco de Teses da CAPES (<http://bancodeteses.capes.gov.br/>) e indexadores de periódicos científicos, no dia 22 de dezembro de 2014 utilizando os termos 'Bolsa Família', 'Gênero' e 'Empoderamento'.

2011). Houve pouco ou nenhum empoderamento (SILVA, A. 2012) e as mulheres só tiveram mais controle e poder de decisão nas áreas em que historicamente elas sempre tiveram o domínio, que é no âmbito privado (gastos com a aquisição de bens alimentícios, remédios, beleza pessoal e despesas do domicílio, além de bens de pequeno e maior valor) (RIOS, 2011).

Mariano e Carloto (2013) apontaram que as mulheres se tornam mais respeitadas pelos membros de sua família, em virtude do recebimento do benefício do PBF, sobretudo entre aquelas que são chefes de família, em maior proporção do que aquelas que possuem marido. Segundo Brasil (2006) o benefício significaria uma maior possibilidade de cuidar dos filhos e manter as condições básicas para a sobrevivência deles, “fortalecendo seu papel na coesão social do grupo doméstico pelo qual são responsáveis” (p.2). Na pesquisa de Silva, M. (2012) o benefício garante as mulheres maior poder de compra, mas, elas não se sentiram mais independentes ou mais respeitadas no ambiente familiar.

No caso das famílias do Acampamento Ilha Verde, em geral a mulher opina sobre o que vai ser comprado com o benefício, e com a renda familiar como um todo (em muitas casas tanto a renda da feira como o benefício do Programa Bolsa Família é utilizado em conjunto). As compras são feitas pela mulher, segundo o relato de Aparecida, apesar de o esposo ir junto:

Tem vez que vou mais Shirlene, outras vou com Luiz (esposo), as vezes eu vou só. Faço as compras e venho embora. (...) nós só faz pensar, ‘não, vamos comprar isso’, aí nós vai lá e compra. Aí nós deixa o dinheiro, não gasta, nós deixa o dinheiro pra aquele tipo de coisa, aí nós vamos lá e compra. Igual o motorzinho de luz. Nós mexemos com a horta nós precisamos do motorzinho de luz. Aí nós fomos lá, comprei o motor de luz, depois eu arrumei outro dinheiro, comprei a bomba e os cano pra molhar o canteiro, pra ficar mais melhor pra gente dar conta da horta.<sup>42</sup>

Neste relato, Aparecida usa a renda da família para comprar instrumentos que diminuam o tempo gasto com a horta, uma de suas obrigações, reduzindo o tempo que ela gastaria com essa tarefa. É possível perceber que ela investe em meios de produção, mas também com produtos domésticos, para a subsistência da família. Embora sutil essa é uma questão importante, uma vez que, no sistema capitalista, fortemente marcado pelo patriarcado, os homens sempre foram os detentores dos meios de produção. Brumer (2004) ao relatar a situação da mulher na agricultura familiar, observa que cabe aos

---

<sup>42</sup> Entrevista realizada na casa de Aparecida, no Acampamento Ilha Verde, no dia 4 de junho de 2015, pelas pesquisadoras Hareli Fernanda Garcia Cecchin e Magna Marinho.

homens conduzir o processo decisório referente aos investimentos relacionados à produção ou à reposição dos meios de produção necessários para a colheita seguinte. No caso de Aparecida, ela consegue inverter essa lógica, sendo responsável não só pelas despesas destinadas ao consumo doméstico, mas também administrando os recursos que serão investidos na atividade econômica da família, o cultivo de hortaliças. Aparecida segue dizendo da aquisição de um eletrodoméstico para conservar os peixes que serão vendidos na feira, subsidiando a atividade pesqueira e diminuindo o seu custo:

É. O gelo é muito caro pra gente tá comprando, porque nós compra as coisas de comer, compra gasolina pra pescar e o gelo, aí quando eu chego da pescaria, o peixe como é pouco, não dá pra tudo, aí eu comprei o freezer e fico pagando a prestação, e faço o gelo e vou pescar com o meu gelo sem comprar gelo.(...) Aí só paga a gasolina. (...) É. Compro remédio se precisar, eu faço tudo, compro rede pra pescar.<sup>43</sup>

Neste relato observa-se que Aparecida inicia dizendo “nós compra as coisas de comer”, mas posteriormente diz “eu comprei o freezer”, demonstrando que se trata de uma decisão dela. No entanto, há uma mistura do público e do privado, pois quando ela fala dos meios de produção, ela diz “nós”. Já quando ela fala nas atividades de pesca e cultivo da horta, ela diz “eu”, denotando que no caso dos meios de produção, ela não pode decidir sozinha, ou explicitar que tenha sido uma decisão somente dela. Mas na pescaria e no cuidado com a horta, ela vai sozinha, realiza esta atividade sem ajuda de outrem. As questões de gênero se encontram muito imbricadas, a ponto das mulheres do Acampamento Ilha Verde não a perceberem. Sobre isso, Saffioti (2009) explica que o gênero não é só uma maneira de significar relações de poder na tradição, mas de estruturar os modos de perceber e organizar, tanto de forma concreta, como simbólica, a vida social de homens e mulheres.

Na maioria das pesquisas a mulher é a responsável pelo saque do benefício (BARROS, 2012; SILVA, A., 2012) e pela decisão do que fazer com ele (MOCELIN, 2011; BARROS, 2012; SILVA, A., 2012). Esse comportamento também foi observado nas famílias do Acampamento Ilha Verde, pois todas as mulheres relataram que são elas quem sacam o benefício. Quando questionada sobre quem é a pessoa responsável por sacar o dinheiro, Alcione relata:

É eu que vou tirar. (...) Sempre eu vou sozinha, porque eu faço compra mais é em Araguaína, eu não ando fazendo compra aqui na minha cidade, porque as coisas é mais em conta lá, né? Mas sempre eu vou

---

<sup>43</sup> Entrevista citada na página anterior.

sozinha. Senão eu levo o menino, filho. (...) Eu já levo a minha listinha, que pra fazer compra, eu gosto de levar a lista pra não esquecer de alguma coisa.<sup>44</sup>

A decisão do que fazer com o dinheiro recebido do Programa era um poder que a mulher já tinha antes recebimento do benefício, pois é algo atribuído a ela e que está relacionado com sua responsabilidade pelo cuidado com as crianças e a casa (SILVA, A., 2012). Nadú, Simão e Fonseca (2013) destacam que o benefício recebido, por um lado, possibilitou um aumento do consumo, mas por outro, não permitiu, a expansão das habilidades para as mulheres fazerem escolhas mais acertadas em suas vidas (NADÚ, SIMÃO, FONSECA, 2013). As pesquisas de Rios (2011) e Freitas (2011) apontam que as mulheres relataram que conseguiram se expressar com mais liberdade após o ingresso no Programa Bolsa Família, o que significaria uma mudança nas relações de gênero ainda que de forma muito sutil. No entanto, a maioria delas não passou a ter poder de decidir por si só outras questões familiares que divergem da aquisição de alimentos e vestuário (RIOS, 2011).

Os resultados das pesquisas apontaram que sempre o benefício é utilizado em favor dos filhos ou das despesas da casa (MOCELIN, 2011; RIOS, 2011; BARROS, 2012; SILVA, A., 2012; MORTON, 2013), como um reforço da renda familiar, no auxílio ao combate a fome (RIOS, 2011), e nunca para atividades que empoderam a mulher, como custeio de cursos e ações empreendedoras.

Para compreender como se dá a administração do benefício do Programa Bolsa Família no Acampamento Ilha Verde, é preciso compreender a renda familiar como um todo, uma vez que todas as mulheres entrevistadas vendem produtos na feira<sup>45</sup>, o que lhes garante um recurso a mais. Apesar disso, nos relatos é demonstrado que as famílias não separam estas duas fontes de recurso financeiro. No entanto, como o benefício tem uma regularidade, pois em geral vem sempre na mesma quantidade e na mesma data, é mais usado para pagar contas parceladas, como pode ser observado no depoimento de Aparecida:

---

<sup>44</sup> Entrevista realizada na casa de Alcione, no Acampamento Ilha Verde, no dia 4 de junho de 2015, pelas pesquisadoras Hareli Fernanda Garcia Cecchin e Magna Marinho.

<sup>45</sup> A feira acontece na área urbana de Babaçulândia, duas vezes por semana (sexta-feira e sábado) no período matutino. As mulheres trabalham de domingo a quinta-feira no cultivo de hortaliças, na pescaria e no preparo dos alimentos para a venda. O poder público municipal concede transporte gratuito para levar a comunidade, junto com seus produtos para a cidade, facilitando a comercialização dos gêneros alimentícios produzidos. Logo após a feira, esta população retorna para o acampamento com este mesmo transporte.

Vendendo as coisas na feira. Na feira eu faço mais do quê o Bolsa Família. (...) É, eu compro roupa pros meninos, eu compro remédio, muitas vezes eu compro umas coisas fiado sabe, aí quando chega aquela data daquele dinheirinho ali, eu já tiro e pago aquela conta, pago dia de serviço pra ajudar na horta, tira do Bolsa Família, tira da hora, já pago diária pra me ajudar. (...) Tenho um freezer que eu comprei pra fazer gelo pra mim pescar. Aí pago, eu boto um pouco do Bolsa Família e ponho um pouco da feira e do dinheiro dos peixes e pago o freezer.<sup>46</sup>

Na entrevista se percebe que a maioria do trabalho no Acampamento Ilha Verde é feito pelas mulheres, tanto o cuidado com a casa e os filhos, e também com a atividade econômica de produção de verduras para comercialização na feira. No caso das atividades que ela não consegue executar, ela terceiriza, pagando “as diárias” para que algum homem o faça. Seria inviável para Aparecida adquirir o freezer e terceirizar algumas atividades sem a renda do Programa Bolsa Família. O Programa contribuiu para comprar instrumentos para que as mulheres pudessem desenvolverem as atividades com a horta. No entanto, não contribui para empoderar essas mulheres, uma vez que elas estão sobrecarregadas com tantas atividades.

Na pesquisa de Morton (2013) só as beneficiárias do Programa Bolsa Família de domicílios mais prósperos conseguiram mudanças, a partir da aquisição de bens duráveis, como eletrodomésticos e animais de grande porte (bovinos). Já as mulheres mais pobres, acabavam usando o dinheiro para comprar produtos alimentícios, embora algumas recorressem ao segredo, poupando uma parte do dinheiro, sem que o marido soubesse, para posteriormente comprar algo de maior valor.

Essa pesquisa coaduna com as anteriormente mencionadas, porque as mulheres do Acampamento Ilha Verde também relataram utilizar o benefício para manter a sobrevivência da família, uma vez que o mesmo é utilizado para a aquisição de alimentos, roupas e remédios como pode ser percebido no relato de Janete:

É eu e ele.(...) Ah, do Bolsa Família é eu. Eu compro uma feirinha, pago alguma conta que estou devendo. (...) Às vezes eu compro umas roupas pros meninos, calçado. (...) Compro leite pra elas (filhas).<sup>47</sup>

E quando é possível, o benefício é usado para aquisição de móveis e eletrodomésticos. Em geral, a mulher se vê como mantenedora da família e não investe

<sup>46</sup> Entrevista realizada na casa de Aparecida, no Acampamento Ilha Verde, no dia 4 de junho de 2015, pelas pesquisadoras Hareli Fernanda Garcia Cecchin e Magna Marinho.

<sup>47</sup> Entrevista realizada na casa de Janete, no Acampamento Ilha Verde, no dia 4 de junho de 2015, pelas pesquisadoras Hareli Fernanda Garcia Cecchin e Magna Marinho.

nenhuma parte do benefício em si. Isto coincide com os resultados dos estudos de Barros (2012), Morton (2013). No estudo de Rios (2011) em 60,62% dos relatos o benefício é usado para aquisição de alimentos e em 21,25% para aquisição de material escolar, e também são adquiridos bens diversos para o lar. Rego e Pinzani (2014) destacam que os fatores culturais e sociais, além da própria condição feminina são influências na forma de usar o dinheiro, conferindo-lhe significados específicos.

Para além de como o benefício é gasto, se observa a compreensão do Programa por parte de seus beneficiários, uma vez que sua operacionalização não se resume ao pagamento de um valor monetário, mas implica no cumprimento de condicionalidades, na participação em grupos do PAIF e em programas de qualificação profissional.

Durante as entrevistas, foi possível perceber que algumas mulheres do Acampamento não compreendem bem como o Programa Bolsa Família funciona. Euglene diz não receber o benefício devido ao fato de não ser mãe da criança.

Porque uma é neta e a outra é sobrinha, sabe? Aí devido isso essa aqui tá com seis meses que tá comigo e essa outra já tem mais tempo, só que eu não consegui ainda fazer a Bolsa Escola delas, Bolsa Família.<sup>48</sup>

Na fala, Euglene denota que no seu entendimento, um dos critérios para ser beneficiário do Programa é ter filhos, ser mãe biológica deles. Em outro momento da entrevista, era chega a se referir sobre o Programa como Bolsa Escola (extinto há mais de 10 anos). Ou seja, não conhece os critérios para entrada no Programa. Euglene se refere ao “Bolsa Escola delas”, como se o benefício fosse para a criança e não para a família.

O desconhecimento também gera confusão com outras políticas públicas, pois algumas mulheres confundiram os entrevistadores do Cadastro Único com os agentes de saúde, como no caso de Janete quando questionada o que é preciso fazer para não perder o benefício:

Pesar, vacinar. Não perder aula no colégio. (...) É. Vem aqui, vem um agente de saúde que ele sempre avisa aqui quando é pra pesar não é todo mês, não sei se é de seis em seis meses parece.<sup>49</sup>

Aparecida também se confunde quando questionada sobre se os agentes do Programa Bolsa Família a visitam, diz que nunca vieram, que ela nunca viu, pois é visitada apenas pelo agente de saúde.<sup>50</sup> O esposo de Aparecida também se confunde:

<sup>48</sup> Entrevista realizada na casa de Euglene, no Acampamento Ilha Verde, no dia 4 de junho de 2015, pelas pesquisadoras Hareli Fernanda Garcia Cecchin, Temis Gomes Parente e Magna Marinho.

<sup>49</sup> Entrevista citada na página 62.

O menino vem aqui, o agente de saúde fez um o cadastro, não sei se era esse negócio desse Bolsa Família. Eu sei que ele procurou tudo desses negócio.<sup>51</sup>

Percebe-se, pelas falas, que não só as mulheres, mas uma parte dos moradores do Acampamento não tem clareza da distinção entre as políticas públicas, confundindo os agentes públicos da Assistência Social e da Saúde. As falas também demonstram que o aspecto mais conhecido do Programa, pelas mulheres, são as condicionalidades, ou seja, o que fazer para não perder o benefício. Elas desconhecem que um dos objetivos do Programa é estimular a emancipação das famílias em situação de pobreza (BRASIL, 2004a) por meio de ações e programas complementares, com o oferecimento de cursos profissionalizantes para os beneficiários, bem como acompanhamento psico-social (via PAIF), buscando o desenvolvimento das famílias e a superação das situações de vulnerabilidade. Isto poderia ser apontado como um fator de desempoderamento dessas mulheres, uma vez que, ao não conhecerem, também não exigem o serviço como deveria ser prestado.

No entanto, outras mulheres já demonstram ter mais conhecimento sobre o Programa Bolsa Família. É o caso de Valderice, líder do Acampamento, que diz que o Programa conta com visitas domiciliares e encontros grupais na cidade, e que as famílias precisam ir até lá para pegar o cartão magnético:

Eu acompanhei ele assim, várias vezes assim. Ele tem um controle muito rígido. (...) Porque eles fazem reunião com todos, eles visitam. (...) Elas pegam lá na Promoção<sup>52</sup>, as famílias vão buscar na Promoção. Aí eles ligam, eles têm o contato de todo mundo, que aqui pega<sup>53</sup>, né?! Aí eles liga 'ó, o teu cartão chegou, tal, tal..' Eles se comunica muito bem.<sup>54</sup>

A liderança do acampamento demonstrou maior compreensão sobre o Programa em razão da trajetória militante, e não por intermédio de ações de divulgação sobre o Bolsa Família. Esse maior conhecimento também foi demonstrado na fala de Shirlene, em que ela explica o processo de entrada no Programa, com o cadastramento e o recebimento do cartão magnético:

Ah primeiro a gente vai, a gente vai lá na assistência social lá, aí fala, a gente tem que levar primeiro. Tem que ter negócio de baixa renda a

---

<sup>50</sup> Entrevista citada na página 62.

<sup>51</sup> Entrevista citada na página 62.

<sup>52</sup> Possivelmente se referindo a um departamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Assistência Social de Babaçulândia.

<sup>53</sup> A entrevistada está querendo dizer que no Acampamento Ilha Verde tem sinal de telefonia móvel (celular).

<sup>54</sup> Entrevista realizada na casa de Valderice, no Acampamento Ilha Verde, no dia 4 de junho de 2015, pelas pesquisadoras Hareli Fernanda Garcia Cecchin, Temis Gomes Parente e Magna Marinho.



gente vai lá fala o nome da gente, a gente vai fazer o cadastro, aí desse cadastro a gente espera não sei quanto tempo aí vem. A gente fica procurando, procurando, aí vem o cartão. Primeiro... Tem vez que vem a senha antes do cartão, tem vez que vem só o cartão e não vem a senha, aí é assim. Aí a gente vai ficando... (...) Não é eles que vem, a gente que vai atrás.<sup>55</sup>

Nas falas, as mulheres do Acampamento demonstram níveis diferentes de compreensão sobre o Programa Bolsa Família, ainda que façam parte da mesma comunidade. As mulheres que têm um grau de escolaridade mais alto são as que demonstram maior conhecimento sobre o Programa.

Quando se observa o perfil das beneficiárias do Programa Bolsa Família nas pesquisas, se percebe que a maioria tem grau de escolaridade muito baixo. Na pesquisa de Sousa (2013) a maioria das mulheres têm grau de escolaridade baixo (apenas 70% concluíram o ensino fundamental), e estão na faixa etária dos 21 a 40 anos (63%) e têm 2 filhos (35%). A maioria encontrava-se desempregadas (67%), e, dentro das que tinham ocupação, 25% trabalhavam como costureiras, diaristas, chapeleiras, cabeleireiras e 9% como empregadas domésticas, ou seja, ocupações relacionadas ao cuidado da casa, que historicamente são tidas como tarefas femininas.

A pesquisa realizada no Acampamento Ilha Verde demonstrou resultados semelhantes. A idade das mesmas variou entre 24 anos e 48 anos, 85% têm de 2 a 3 filhos e em alguns casos, além dos filhos biológicos, elas cuidam de sobrinhos e netos. O grau de escolaridade varia, mas 57% delas não concluíram o Ensino Fundamental.

Para Abreu (2012), ainda que as possibilidades de gerar autonomia nas mulheres seja limitada, ainda assim apenas o fato de ser a titular do benefício traz impactos tanto sociais, como financeiros e simbólicos para a mulher. Para receber, ela precisa de documentação civil (Registro de Geral de identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF), documentos que muitas não têm antes de fazerem seu Cadastro Único. No Acampamento Ilha Verde nenhuma das entrevistadas relatou não ter documentação civil no momento de seu cadastro no Cadastro Único.

Em relação às condicionalidades, os posicionamentos dos autores são diversos. Entre aqueles que se manifestaram a favor dos compromissos assumidos pelas famílias, o argumento é de que com as condicionalidades, as mulheres passam a frequentar grupos de orientação nas áreas de saúde e educação, diminuindo o isolamento social a que estão submetidas no espaço doméstico, expandindo sua rede de relações

---

<sup>55</sup> Entrevista realizada na casa de Shirlene, no Acampamento Ilha Verde, no dia 4 de junho de 2015, pelas pesquisadoras Hareli Fernanda Garcia Cecchin, Temis Gomes Parente e Magna Marinho.

interpessoais (RIOS, 2011). Shirlene demonstra ter conhecimento sobre as condicionalidades, explicando como é feito o controle das informações.

Ficar estudando, pesando, vacinando. Tudo isso. A frequência na escola, tudo isso. (...) De ano e ano eles pedem, e vem o tempo que a gente tem que pesar, tem que levar o cartão da vacina... Isso tudo eles... A frequência da escola a gente não precisa levar não eles mesmo tem lá o controle lá no sistema eles.<sup>56</sup>

Para Silva, M. (2012) há uma “supervalorização da mulher na responsabilidade com o grupo familiar, seja para receber benefício, seja para cumprir as condicionalidades a ele vinculadas” (p.187). Dentre as críticas da mulher ser a titular do benefício está a sua maior responsabilização na dimensão privada (BARROS, 2012) como se esta fosse a única responsável pela família e pelo cumprimento das condicionalidades.

Os autores apontam que nas condicionalidades as mulheres são as principais responsáveis pelo seu cumprimento (FREITAS, 2011), algo que as impede de usar seu tempo livre para desenvolver-se a si mesmas, não garante o rompimento de seu isolamento e ainda reforçaria as questões de gênero (GOMES, 2011), ao reafirmar os papéis de mãe, cuidadora e responsável pela família, sobrecarregando as mulheres e não favorecendo o seu empoderamento (GOMES, 2011; MIRANDA, 2012). No entanto, quando se questiona as condicionalidades, não se leva em conta que manter os filhos na escola e no acompanhamento de saúde, são atividades tidas como responsabilidades da mulher, que foram construídas historicamente, e não pelo Programa em si.

Para Barros (2012) as condicionalidades do Programa geram uma responsabilidade extra, além das tarefas que lhe são atribuídas tradicionalmente. Isso foi verificado no Acampamento Ilha Verde. Muitas as mulheres relataram que não recebem a visita dos entrevistadores do Cadastro Único nem dos técnicos do CRAS e que devido a isso precisam ir a cidade para resolver as questões relacionadas ao benefício, como relata Alcione:

Aqui no acampamento eles nunca vieram aqui. (...) Se tem alguma coisa a gente procura lá, a Promoção Social<sup>57</sup>, né, que a gente procura. Informação né? Saber de alguma coisa.<sup>58</sup>

<sup>56</sup> Entrevista citada na página 65.

<sup>57</sup> A entrevistada está se referindo a um departamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Assistência Social de Babaçulândia.

<sup>58</sup> Entrevista citada na página 59.

Para Mariano e Carloto (2009) as responsabilidades cotidianas da mulher-mãe ou aquela que assume tal responsabilidade, tais como: a realização do Cadastro Único para inclusão da família no Programa e a atualização do referido cadastro (buscando beneficiar o arranjo familiar) são reforçadas pelo Estado e atuam sobre o tempo livre da mulher.

Para muitos autores, o Programa contribui para a manutenção de padrões de relações de gênero desiguais, pois reforça as questões de gênero. Enquanto a mulher é identificada como mãe e responsável pelos negócios da família, há uma grande invisibilidade quanto aos homens (BARROS, 2012). Sousa (2013) concorda, afirmando que no Bolsa Família as mulheres são vistas como as principais responsáveis pelas famílias e gerenciadoras dos recursos governamentais.

Na pesquisa realizada no Acampamento Ilha Verde também se observou a invisibilidade dos homens, pois as mulheres, em seus relatos, se vêem como as responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades, como manter a frequência dos filhos na escola e o calendário de vacinação em dia. Nos relatos elas sempre usam o termo “eu” para se referir a pessoa responsável pelo cumprimento dessas tarefas. Shirlene narrou que acorda de manhã, e arruma a filha para ir à escola, de modo que a mesma mantenha a frequência escolar.<sup>59</sup>

O controle sobre crianças e adolescentes (para o cumprimento das condicionalidades do Programa), participação em reuniões e demais atividades propostas pelos profissionais responsáveis pelo acompanhamento do Programa sobrecarregam as mulheres (MARIANO; CARLOTO, 2009). Embora os responsáveis pelo PBF afirmem que o foco do Programa é auxiliar as famílias a cumprirem as condicionalidades e não puni-las, não cumprimento sucessivo leva ao bloqueio do benefício, e ao posterior cancelamento, o que se torna uma punição (GOMES, 2011). Ainda que o benefício consiga suprir as necessidades da família, a mulher não é valorizada. Para uma transformação das relações de gênero, seria necessário que os homens também se envolvessem com as atividades e condicionalidades do Programa (GOMES, 2011).

Mariano e Carloto (2009) destacam que as mulheres pobres estão sujeitas a obrigações impostas pelo Estado, o que gera efeitos para o tempo e o trabalho femininos, impedindo-as de inserir-se no mercado de trabalho, ou em atividades de

---

<sup>59</sup> Entrevista citada na página 65.

qualificação profissional. Buscando quebrar o ciclo da pobreza, existem iniciativas que visam a inclusão produtiva, de modo complementar ao Programa Bolsa Família. O Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica – PRONATEC (vide tabela 1) é um exemplo, pois visa fomentar a autonomia e a independência, oferecendo condições para a inserção no mercado de trabalho.

Nas entrevistas realizadas, nenhuma das mulheres do Acampamento Ilha Verde relataram terem participado de cursos por meio do Programa Bolsa Família ou PRONATEC. Shirlene, quando questionada sobre essa questão, responde que não. Janete também expressa uma resposta semelhante: “Não to lembrando não”.<sup>60</sup> Jucilene<sup>61</sup> também se mostra convicta ao dizer que não, demonstrando o que os programas complementares não alcançaram estas mulheres.

Os programas complementares, como o PRONATEC buscam quebrar o ciclo da pobreza, mas Mariano e Carloto (2009) alertam que os cursos oferecidos estão ligados às atividades tidas como femininas, como culinária e costura, reforçando as questões de gênero. Algumas mulheres relataram terem participado de cursos no Acampamento Ilha Verde. Valderice, líder do Acampamento, relata a questão dos cursos oferecidos em parceria com a prefeitura:

Assim... Ah, eu esqueci. É..., o SENAR<sup>62</sup> também, ah é, o SENAI<sup>63</sup> beneficiamento de mandioca. É porque é tanta coisa, que a gente esquece. (...) Beneficiamento de mandioca, é..., pelo SENAR também... (...) As mulheres participaram do curso Mulheres Empreendedoras. (...) Elas aprenderam como vender os produtos que elas têm aqui, né?! Por exemplo, eu gastei 50 reais, como que eu vou vender meus produtos pra mim tirar aqueles 50 reais e ter o meu lucro. Tudo isso elas já aprenderam.<sup>64</sup>

Alcione também relata a sua participação nos cursos:

A gente já participou de um curso de empreendedorismo aqui mesmo do SENAI e eu fiz o outro cursinho de mandioca que a gente recebeu certificado do SENAI também.<sup>65</sup>

A maioria das mulheres entrevistadas narraram que não participaram de cursos de geração de renda. Uma vez que o benefício oferecido pelo Programa Bolsa Família se constitui em um valor pequeno, às vezes insuficiente para a satisfação das

<sup>60</sup> Entrevista citada na página 65.

<sup>61</sup> Entrevista realizada na casa de Jucilene, no Acampamento Ilha Verde, no dia 4 de junho de 2015, pelas pesquisadoras Hareli Fernanda Garcia Cecchin e Magna Marinho.

<sup>62</sup> SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

<sup>63</sup> SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

<sup>64</sup> Entrevista citada na página 64.

<sup>65</sup> Entrevista citada na página 59.

necessidades básicas, o quadro de pobreza das mulheres não se altera. No estudo de Sousa (2013) a maioria das beneficiárias se encontrava desempregadas ou subempregadas, segundo os dados do Cadastro Único.

As mulheres do Acampamento Ilha Verde não reportam a si mesmas como desempregadas, devido à atividade econômica de comercialização de verduras e legumes, bem como de peixes, na feira. No entanto, a inserção nesta atividade econômica não se deu por meio dos programas complementares ao Bolsa Família, mas devido a organização da comunidade no Acampamento, porque é imprescindível que elas produzam para permanecer no acampamento e garantir a posse da terra. Antes de morar no Acampamento Ilha Verde, boa parte dessas pessoas tinham vínculos precários de trabalho como diarista, empregadas domésticas, contratos de prestação de serviço com o poder público, trabalho em lojas, bares, entre outros.

Apesar da mudança de vínculo de trabalho, muitas vezes os esforços estão centrados no melhoramento das condições diárias das mulheres, como no caso dos programas sociais e algumas políticas públicas, deixando de fomentar a consciência delas a respeito do baixo status econômico e social em relação aos homens (BATLIWALA, 1997). Isso também diminui sua disposição para atuar contra as estruturas reforçadoras desse processo de subordinação e desigualdade, estruturas estas pouco visíveis, porém muito poderosas. Na pesquisa no Acampamento Ilha Verde se percebeu que as mulheres não percebem as estruturas que reforçam a subordinação, assumindo como sua responsabilidade diversas atividades diárias como o cuidado com a horta, os filhos e a casa.

No Acampamento apenas uma das mulheres divide o cuidado com o filho com o esposo e a avó materna da criança. Janete relata que ambos ficam com a criança quando ela está estudando. As demais mulheres não conseguem dividir as responsabilidades com a casa e os filhos com o esposo. Silva, A. (2012) também encontrou essa situação em sua pesquisa com beneficiárias na zona rural, com as mulheres desejando que os homens contribuam nas tarefas de casa, porém permanecendo o modelo tradicional da família nuclear.

Entre os diversos posicionamentos sobre os efeitos do Programa Bolsa Família na vida das mulheres, há os autores que colocam que o Programa é contraditório. Pois “ao mesmo tempo em que reforça a importância e o papel da mulher como elemento de mediação entre o público e o privado” também reafirma “o papel da mesma na dinâmica familiar, colocando-a como grande responsável pela criação e pelo cuidado com as

crianças da família” (SILVA, A., 2012, p.46). Cruz (2014) também aponta que o Programa é paradoxal e permeado por tensões:

Por um lado delegar mais responsabilidades a essas mulheres pode reforçar a desigual divisão do trabalho doméstico, sobrecarregá-las em suas históricas funções sociais e sugerir que assim o PBF acentua as desigualdades entre os gêneros. Por outro lado o acesso à renda, ter um dinheiro próprio e que poderão escolher como gastá-lo, pode iniciar um processo de desestabilização das hierarquias de poder internalizadas nas famílias. Essas mulheres podem começar a alcançar potencialidades de transformar as negociações cotidianas, (...), como por exemplo, não ter que pedir mais dinheiro para o marido para realizar os gastos com a casa e com os filhos. (...) a obrigatoriedade em cumprir as condicionalidades (...) pode auxiliar para que descubram ter outras capacidades, ampliando os lugares por onde circulam e (...) rompem com a barreira do âmbito privado do lar (CRUZ, 2014, p. 14).

Segundo Silva, A. (2012), embora o Programa não tenha como objetivo empoderar as mulheres, mas diminuir a pobreza, ele poderia interferir nas relações de gênero, já que confere renda as mulheres. No entanto, a renda não é suficiente para tirar a mulher da posição de subalternidade, ainda que seja uma dimensão importante.

Nadú, Fonseca e Simão (2013) explicam que o fato de receber o benefício ajudou na decisão de separação conjugal e auxiliou na manutenção da família. Embora o controle das mulheres sobre suas vidas é mínimo, estando sempre atrelado ao comportamento e desejos do homem, as beneficiárias tem consciência das desigualdades, desejando que a situação mudasse, sobretudo quanto a participação dos companheiros na educação dos filhos.

No Acampamento Ilha Verde, o tempo das mulheres é dedicado ao cuidado com a horta, com a casa e com os filhos. Além da atividade pesqueira, para algumas. Isso faz com que elas não tenham tempo disponível para se dedicar a outras atividades, como estudar ou participar das instâncias de controle social, como os conselhos de políticas públicas. Aparecida usa o benefício recebido para adquirir eletrodomésticos que a auxiliem a conservar o produto a ser vendido na feira, o que faz com que haja uma economia de recursos e de tempo. Embora não seja a maioria das mulheres do Acampamento que adotem essa estratégia.

Nadú, Simão e Fonseca (2013) incluíram, em sua pesquisa, além do marido, as pessoas mais próximas da mulher. As autoras propõem-se a discutir se o benefício do Programa Bolsa Família contribui para o “empoderamento da mulher no sentido de favorecer sua autonomia e propiciar transformações, (...) nas relações de gênero estabelecidas entre o casal” (NADÚ; SIMÃO; FONSECA, 2013, p.1). As autoras atentam para o fato de se perceber a cristalização dos papéis sociais, o que mantém

aprisionadas as mulheres nas tarefas relacionadas ao cuidado e a maternagem, impedindo-as de ter acesso a oportunidades.

Para fomentar o empoderamento, o Programa Bolsa Família deve estar articulado ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), como preconiza as normativas do SUAS. Este serviço é oferecido pelos técnicos sociais do CRAS<sup>66</sup> e tem um papel importante no processo de empoderamento não só das mulheres, como das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (MOREIRA et. al., 2012), sobretudo a partir da inserção destas nos grupos e atividades comunitárias. O PAIF tem como objetivo assegurar espaços de convívio, e, além disso, “contribui para a gestão intersetorial local, para o desenvolvimento da autonomia, o empoderamento das famílias e a ampliação de sua capacidade protetiva” (BRASIL, 2012a, p. 5 e 6). É neste sentido que Moreira et. al. (2012) afirma que o Programa Bolsa Família pode contribuir para a diminuição das desigualdades de gênero, bem como auxiliar no processo de empoderamento e autonomia.

Silva, A. (2012) alerta que o empoderamento, além do viés individual, é também político, sobretudo quanto a participação das mulheres nas decisões da comunidade, o que também não foi identificado nas mulheres do Acampamento Ilha Verde. Elas que não possuem participação política. Rios (2011) concorda que o empoderamento político das beneficiárias é tão importante como sua autonomia financeira.

Dada a importância do empoderamento como processo de mudança e sua relação com as questões de gênero, esta temática será explicitada no capítulo a seguir. Serão abordadas as teorias sobre as questões de gênero e discutidos termos como subordinação feminina, gênero e patriarcado, bem como a história do movimento feminista. Também será apresentado o conceito de empoderamento para diversos autores, bem como os fatores impulsionadores e inibidores deste processo. E sua ocorrência entre as mulheres do Acampamento Ilha Verde.

---

<sup>66</sup> Em geral uma equipe formada por assistentes sociais e psicólogos.

## **2. INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, EMPODERAMENTO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

A ascensão da mulher na sociedade tem sido considerada um dos fenômenos mais marcantes desde o final do século passado. Este capítulo busca abordar a história do movimento feminista, que lutou para o reconhecimento dos direitos políticos, sociais e civis das mulheres (CUNHA, 2008). A partir das ondas deste movimento no século XX, e principais autoras e ideias de cada época, discute-se como a mulher lutou por seu espaço, passando a ser vista como um ator social importante.

Explica o uso dos termos mulher, mulheres e gênero pelo movimento feminista ao longo do tempo e o amadurecimento teórico das ideias. A discussão sobre gênero perpassa três questões principais, que é o corpo biológico, os papéis sociais e as relações de poder.

Em seguida se aborda o empoderamento, processo no qual as mulheres se tornam autoras de sua própria história. Após a definição do termo, se apresenta os 3 (três) tipos de empoderamento (pessoal, relações interpessoais e coletivo) segundo Zapata-Martelo et. al. (2008). Posteriormente são discutidas as questões de gênero e empoderamento no Programa Bolsa Família no Acampamento Ilha Verde, e os resultados das pesquisas realizadas em torno do tema, bem como análise das entrevistas realizadas.

### **2.1 Feminismo: um panorama histórico**

O estudo das relações de gênero no campo científico está ligado à história do movimento feminista (COSTA; SILVEIRA; MADEIRA, 2012) e sua extensão para os diversos campos do saber como Literatura, Psicanálise, Antropologia (SOIHET; PEDRO, 2007), Sociologia, Economia, História, e Filosofia. Para compreender as discussões sobre gênero é preciso conhecer a história do movimento feminista (JESUS; SACRAMENTO, 2014), suas reivindicações, conquistas e seu processo de desenvolvimento, que continua em curso até os dias de hoje.

O movimento feminista, para Pedro (2011) se constitui nas “lutas que reconhecem as mulheres como oprimidas” (p.278), discutindo que as relações entre



homens e mulheres não são dadas biologicamente, e, por isso, são passíveis de transformação. Este movimento social se desenvolveu a partir de ondas, assim denominadas porque são momentos históricos em que determinadas ideias foram defendidas, que são considerados mais do que fases do pensamento feminista, mas diferentes posições filosóficas e políticas que não se desenvolveram de uma forma evolucionista, onde uma nova fase encerra sua anterior, mas como ondas, que perdem sua força, mas ainda deixam resquícios (JESUS; SACRAMENTO, 2014). Estas fases aconteceram em épocas diferentes, de acordo com as necessidades políticas e contexto social de cada período, bem como as reivindicações de cada momento histórico.

As primeiras lutas do feminismo surgiram no final do século XIX (PEDRO, 2011), quando as mulheres perceberam que, apesar da criação da Declaração dos Direitos do Homem, após a Revolução Francesa, os direitos adquiridos não se estendiam a elas (SAFFIOTI, 2009), porque continuaram diluídas no pretenso universalismo do texto, que utilizava todos os termos no masculino e não considerava as diferentes necessidades das mulheres (JESUS, SACRAMENTO, 2014). Isso fez com que elas criticassem o modelo de sujeito (homem, branco e burguês) defendido pela Revolução Francesa, buscando a igualdade na universalidade (JESUS; SACRAMENTO, 2014).

A primeira onda se iniciou nesse período, a partir das lutas das mulheres por direitos econômicos, sociais e políticos, sobretudo pelo sufrágio feminino, que ganhou força no final do século XIX e início do século XX (PEDRO, 2011). A ideia principal era a de que as mulheres precisavam se unir para conseguir direitos, no antagonismo homem versus mulher.

Além das reivindicações pelos direitos sociais e políticos, lutava-se também pela autonomia econômica da mulher, pois haviam leis que determinavam que a mulher casada só poderia se inserir no mercado de trabalho com a autorização do marido<sup>67</sup> (JESUS; SACRAMENTO, 2014, p.189). A obra de Simone de Beauvoir, o *Segundo Sexo*, publicada em 1949 fica famosa, bem como sua frase célebre “não se nasce mulher, torna-se” indicando que a identidade feminina não era biológica, mas construída socialmente.

---

<sup>67</sup> No Brasil, esta proibição só foi revertida com a Lei nº 4.121/1962, na década de 60.

Na segunda onda, que ocorreu a partir da metade dos anos 1960, as mulheres passaram a exigir o direito ao corpo e ao prazer, e lutar contra o patriarcado<sup>68</sup> (PEDRO, 2011). Iniciam-se movimentos de liberação feminina, que lutavam pela igualdade legal e social para as mulheres. A linguagem é questionada, e considerada um elemento de formação dos estereótipos sobre o sujeito feminino, estereótipos que são legitimados pelas diferenças sexuais, em que o masculino é tomado como referência (JESUS; SACRAMENTO, 2014, p.189).

Nesse período, as desigualdades culturais e políticas das mulheres foram vistas como intrinsecamente ligadas, bem como os aspectos da vida pessoal ligados a questões políticas, popularizando-se a frase de Carol Hanisch “o pessoal é político”. Apesar disso, foi colocada a impossibilidade de uma identidade comum. Ao invés de ‘mulher’, começou-se a utilizar o termo ‘mulheres’ para sinalizar que estas se diferem devido a pertencer a classes, etnias e gerações diferentes (SOIHET; PEDRO, 2007).

As feministas começaram a usar a palavra gênero a partir de 1970, e o termo ganha uma trajetória de luta por direitos civis e humanos (PEDRO, 2005). Mas é somente nos anos 1990 que ele se difunde, devido as publicações de Joan Scott (PEDRO, 2011), inaugurando a terceira onda do feminismo (SOIHET; PEDRO, 2007). Para Scott (1990) “o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (p.14).

A terceira onda do feminismo seria uma resposta às possíveis falhas da segunda onda e também como uma retaliação a iniciativas e movimentos criados pela segunda onda. Trata-se de desafiar a definição essencialista da feminilidade da segunda onda, que se centrou nas experiências das mulheres brancas de classe média. Por isso se considera que essa fase faz uma interpretação pós-estruturalista do gênero, enfatizando a micropolítica, se apoiando nos estudos pós-estruturalistas de Derrida e Foucault (SOIHET; PEDRO, 2007).

Atualmente considera-se que estamos na quarta onda, momento em que se debate o feminismo cultural, o ecofeminismo, o feminismo queer de Judith Butler e o cyberfeminismo de Donna Haraway (PEDRO, 2011), embora a questão das ondas não devem ser vistas de forma linear, porque várias temáticas, de diversas ondas, continuam sendo discutidas até hoje (JESUS; SACRAMENTO, 2014). Para as autoras, a igualdade de gênero deve ser contextualizada, porque a construção do sujeito feminino é diferente

---

<sup>68</sup>Para Saffioti (2009) patriarcado é uma estrutura hierárquica, construída historicamente, que confere aos homens o direito de dominar as mulheres.

em cada cultura, o que não era levado em conta na primeira e segunda onda em que as discussões se centravam em um sujeito único.

Matos (2010) considera que na América Latina e, sobretudo no Brasil, as ideias de Nancy Fraser se difundiram mais com as discussões consideradas da quarta onda. Para Fraser (2006) as mulheres fazem parte de um grupo que é oprimido e subordinado, que sofre injustiça, o que demanda redistribuição e reconhecimento, porque está relacionada tanto a economia, quanto a política e a cultura. A autora explica que

as normas culturais sexistas e androcêntricas estão institucionalizadas no Estado e na economia e a desvantagem econômica das mulheres restringe a “voz” das mulheres, impedindo a participação igualitária na formação da cultura, nas esferas públicas e na vida cotidiana. O resultado é um círculo vicioso de subordinação cultural e econômica. Para compensar a injustiça de gênero, portanto, é preciso mudar a economia política e a cultura (FRASER, 2006, p.234-235).

Os estudos sobre gênero foram construídos a partir das discussões do movimento feminista, não se constituindo em teorias somente acadêmicas, mas permeados de debates sociais. O termo gênero, que esteve presente nas publicações científicas do final do século XX e início do século XXI, como sinônimo de mulher, e em outras, de forma confusa (PEDRO, 2011). Segundo Saffioti (2009), o termo é polissêmico e, apesar dos debates em torno do tema, gênero não tem um significado fixo (SCOTT, 2012). Pois o termo é uma tentativa de revelar contradições e instabilidades em torno das relações sociais entre os sexos. Trata-se de um “instrumento para diagnosticar e extirpar a desigualdade” (SCOTT, 2012, p.338), que desequilibra os conceitos sociais vigentes. Pedro (2005) afirma que o termo foi utilizado dentro dos debates das feministas, para entender a subordinação e a subalternização da mulher.

Pensar em termos de gênero significa discutir, sumariamente, três questões fundamentais: o corpo biológico, papéis sociais e as relações de poder. A questão do gênero está relacionada com o corpo e sua condição social. Não existe um corpo separado da coletividade, e por isso é necessário pensar o biológico e o sociológico.

A questão se torna problemática quando a condição biológica é utilizada para legitimar processos sociais (PEDRO, 2005; SCOTT, 1990), embora estes usos são diferentes em cada sociedade. Sobre isso Scott (2012) alerta que a “anatomia das mulheres não é o seu destino” (p.335), abrindo uma discussão em torno do determinismo biológico do sexo e do quanto a dimensão social e relacional precisa ser problematizada.

Em outros termos, trata-se de uma questão de papéis sociais, ditados por convenções e processos históricos, e não ditames biológicos. Muitas vezes inclusive, estes papéis têm pouca relação com a biologia, e estão mais intimamente relacionados com a cultura. Trata-se de uma categoria social imposta sobre o corpo (SCOTT, 1990), que foi tomada como natural durante muito tempo e que ajuda a manter a ordem social vigente.

Devido as construções de gênero, aos papéis femininos de cuidar da casa e dos filhos, foi possível perceber que as mulheres do Acampamento naturalizaram as atividades domésticas que realizavam cotidianamente, pois, durante as entrevistas, apesar de todas as dificuldades, elas repetiam “eu acho bom aqui”.

Embora as teorias influenciadas pela psicanálise tenham focado no papel da família na socialização do indivíduo, Scott (1990) alerta para o fato de que as significações sociais também tem ampla influência. Para a autora, masculino e feminino não são características inerentes, mas construídas subjetivamente.

Para compreender essa questão, é necessário pensar na assimetria de poder entre homens e mulheres na sociedade. Perceber o lugar da mulher na vida social, o significado do que é atribuído a ela e o reconhecimento ou não de suas individualidades. Um olhar sobre a situação permite perceber a desigualdade de poder existente. Pensar e discutir as complexas relações que se dão entre sexo e gênero é lançar um olhar sobre o binômio natureza e cultura, como um suporte para discutir a “discriminação contra as mulheres, sua exclusão dos mundos dos homens” (SCOTT, 2012, p.333), como uma maneira de interrogar as complexas formas que fazem das mulheres uma coletividade, desnaturalizando conceitos. E também como um modo de romper com a hierarquia entre homens e mulheres.

São desigualdades que, somadas a outras, como as de etnia, classe, minorias marca a vivência dos oprimidos, e, para ser superada, necessita questionar a organização social vigente. Scott (1990) aponta que gênero é uma forma de dar significado as relações de poder, e que se refere a diferença sexual, embora não esteja inteiramente ligado a ela. Porque há um poder político que se sustenta na relação homem/mulher, e um interesse do Estado em manter a ordem social vigente. Pensando deste modo, trata-se de um lugar de contestação política, de perceber as estruturas econômicas que moldam estas vidas.

Para Scott (1990) gênero é uma categoria analítica, porque busca compreender historicamente, de que forma os papéis e simbolismos sociais são atribuídos

socialmente, a partir da relação entre os sexos. Sua compreensão implica considerar homens e mulheres, pois são papéis opostos e, ao mesmo tempo, complementares na sociedade. Para Scott (2012) se trata da “atribuição de significados a corpos sexuados” (p.341), pois o sexo, em si, é apenas a “diferença anatômica entre homens e mulheres” (p.341). Pedro (2005) analisa que no Brasil são poucas as historiadoras e os historiadores que, refletem sobre gênero como categoria de análise, em geral mencionam o tema sem aprofundar-se no assunto. Para Saffioti (2009) o uso do termo foi um passo importante, porque chamou a atenção para as relações homem-mulher.

Trata-se de um conceito que articula poder social, orientação sexual e diferença anatômica, buscando compreender como estas coisas se articulam para produzir desigualdades políticas e sociais. Uma análise dos símbolos culturais e das representações simbólicas pode dar a dimensão de como isso se dá na subjetividade. As figuras cristãs de Eva e Maria, por exemplo, carregam consigo diversos simbolismos perpetuados até hoje (SCOTT, 1990).

Trata-se de uma questão de identidade, de processos de diferenciação e distinção, formados a partir da convivência familiar e social. Que se complementa com a descrição do indivíduo sobre si mesmo. O sentimento de ser mulher ou de ser homem, em outras palavras, a identidade de gênero, é mais importante do que as características anatômicas (PEDRO, 2005). Por isso leva-se em conta a forma de perceber os significados de macho e fêmea, pois não só os papéis são construídos, mas a subjetividade como um todo.

Vê-se uma interação entre essas duas coisas. Embora Scott (2012) enfatize a relação homem-mulher, as teorias se focam na mulher, seu lugar na sociedade, o significado das suas atividades e a evidente assimetria de poder em relação ao homem. É uma forma de compreender as complexas conexões e as diversas interações humanas (SCOTT, 1990).

Faz-se interessante pensar que, se as mulheres são diferentes, “então em quais bases elas podem ser consideradas iguais (o mesmo que) aos homens?” (SCOTT, 2012, p.336). É um questionamento difícil de ser respondido, e que deve ser pensado em nível de direitos sociais e humanos. A partir da prática social e cultural, problematizada, e objeto de estudo das teorias de gênero, poderia ser possível transgredir conceitos e valores.

Outro termo importante na teoria feminista é o patriarcado, um fenômeno social, construído historicamente, que se baseia em um sistema de subordinação das mulheres

aos homens, por meio do controle e do medo, a partir de uma hierarquia baseada nas faixas etárias masculinas, mas que não impede a solidariedade entre os homens (SAFFIOTI, 2009).

Este sistema conta, muitas vezes, com a participação das próprias mulheres, que agem na opressão das demais, as vezes sem uma reflexão prévia. Neste regime, “as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (p.10), o que inclui a prestação de serviços sexuais os sujeitos dominadores, os homens.

Apesar dos avanços feministas, a base material do patriarcado, para Saffioti (2009) não foi destruída, uma vez que os salários médios das trabalhadoras são inferiores aos dos homens, ainda que o grau de escolaridade das mulheres seja maior. Soma-se a isso, o controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva das mulheres, ainda muito vigentes. A autora chama a atenção para o fato que o patriarcado possui uma intersecção com a questão de classe social e raça, trazendo um interesse pela preservação do *status quo*.

Desse modo, apesar de todos os avanços e conquistas, considera-se que a subordinação feminina continua a existir, uma vez que há uma desigualdade na relação de poder entre os sexos (SOIHET; PEDRO, 2007). Mas, Saffioti (2009) alerta que poder e dominação são diferentes – enquanto a dominação conta com o consentimento dos dominados, o poder dispensa-o, podendo ser exercido contra a vontade dos subordinados.

A dominação e a exploração, juntas, formam o que Saffioti (2009) denomina de opressão, outro conceito importante para a teoria. O sistema engendrado do patriarcado é muito sutil, e se insere em todas as esferas da vida das mulheres. Mas isso não significa que onde há dominação e exploração não exista resistência, em grau mais ou menos forte. Para Lisboa e Lusa (2010) ainda que a participação das mulheres em reivindicações seja muito recente, esta tem contribuído para a redefinição de sua própria identidade como mulher, dando maior visibilidade não só ao assunto pelas quais elas lutam, como também ao significado de gênero.

Uma vez que esta pesquisa discute o Programa Bolsa Família sob o foco das questões de gênero, iremos apresentar os diversos posicionamentos sobre a questão. Pois a mulher enquanto titular do benefício é a principal atingida com a suspensão ou cancelamento deste, no caso do descumprimento das condicionalidades. Ou seja, as questões de gênero são transversais a este Programa de transferência de renda, porque

ainda que não seja voltado para as mulheres, ele exerce uma influência em seu cotidiano, sobretudo porque a mulher tem a preferência sobre a titularidade do benefício.

Bandeira (2005) explica que a transversalidade de gênero nas políticas públicas se constitui em um conjunto de estratégias (políticas, institucionais e administrativas) integradas entre diversas instâncias governamentais visando o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres.

Ao observar esta questão, o tópico seguinte irá abordar a resistência feminina e as discussões sobre o empoderamento, bem como as repercussões decorrentes disso. Buscará compreender se o Programa está reforçando o papel da mulher como mãe e cuidadora, e sobrecarregando-a em suas obrigações de cuidado com a casa e com os filhos (MARIANO; CARLOTO, 2009; GOMES, 2011; BARROS, 2012; SOUSA, 2013). Ou se está possibilitando aumento do poder de compra, maior participação em espaços públicos e uma ajuda no cuidado dos filhos, sobretudo na manutenção das condições básicas de sobrevivência deles (BRASIL, 2006; FREITAS, 2011), trazendo maior autonomia e empoderamento a mulher. A compreensão de como se dá este processo é imprescindível para o uso adequado do termo, uma vez que o empoderamento é um processo amplo, difícil de medir e de encontrar indicadores que o expressem (ZAPATA-MARTELO et.al., 2008).

## **2.2 Empoderamento: formas de resistência**

Na década de oitenta, a crítica feminista se voltou contra as intervenções que não haviam fomentado a melhoria da condição das mulheres, em que permanecia uma abordagem assistencialista, de combate à pobreza e de negócios, que não alteravam fatores estruturais que perpetuam a opressão e exploração das mulheres pobres (BATLIWALA, 1997).

Em 1995, na Conferência em Pequim, as mulheres fizeram o mundo reconhecer que igualdade entre os sexos era essencial para o desenvolvimento e a paz de todos os

países. Nesse contexto, elas conseguiram se destacar como agentes ativos de mudança e promotoras de transformações sociais. Também neste ano, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento trabalhou o tema Gênero e Desenvolvimento Humano em seu relatório anual, mostrando a preocupação com este assunto (PNUD, 2013).

O uso do termo empoderamento, começou a se fazer presente nas discussões sobre desenvolvimento (HORTA; CARRILLO; ZAPATA-MARTELO, 2015), especialmente no que se refere às mulheres (BATLIWALA, 1997), mostrando que os termos gênero e empoderamento caminham juntos. O conceito buscou, segundo a autora, abarcar a transformação das estruturas de subordinação, implicando em mudanças radicais nas leis e nos direitos de propriedades das instituições que reforçavam e perpetuavam a dominação masculina.

Trata-se de um conceito complexo, sem uma definição única e que se vale de diferentes âmbitos, como a educação, democracia, participação cidadã, trabalho digno e outros (HORTA; CARRILLO; ZAPATA-MARTELO, 2015). A melhoria da capacidade das mulheres para acessar aos componentes de desenvolvimento (a saúde, educação, oportunidades de renda, direitos e participação política) tem um papel importante na diminuição da desigualdade entre homens e mulheres (DUFLO, 2012).

O poder feminino acontece por meio não só da independência econômica, mas também da emancipação social. A igualdade de gênero propicia o empoderamento, que se constitui no aumento da confiança de uma pessoa ou de um grupo nas capacidades que possui, em outras palavras, é o aumento da força política, econômica ou social de um indivíduo ou comunidade (DEERE; LEÓN, 2002). Ocorre a partir do momento em que a pessoa ou a comunidade assume o controle da própria vida, percebendo suas capacidades, habilidades e competência para transformar. Empoderamento é um processo em que as mulheres buscam o poder dentro de si mesmas para desenvolver suas potencialidades, não de modo impositivo ou hierárquico, mas de modo criador, com a possibilidade de construir e reconstruir a si mesmo (HORTA; CARRILLO; ZAPATA-MARTELO, 2015).

Percebe-se a igualdade de gênero, com estímulo ao empoderamento, como condição essencial para estabelecer sociedades mais estáveis e justas e melhorar a qualidade de vida de todos.

Horta, Carrillo, Zapata-Martelo (2015) explicam que o empoderamento possui três características importantes: 1) é um processo multidimensional, porque envolve o âmbito político, econômico, social, cultural e outros, e tem implicações em diversos



níveis, de forma que para quem uma mulher se empodere, é necessário que obtenha satisfação em vários âmbitos 2) é amplo, porque combina elementos subjetivos e objetivos, pois se inicia no interior da pessoa, mas não se limita a isso, e implica valorizar-se, transformar-se, crescer e ganhar autonomia, 3) é específico, porque adquire significado quando aplicado a um contexto específico. No caso do Acampamento Ilha Verde, temos poucos fatores que promovem o empoderamento e outros que dificultam esse processo.

A seguir será discutido, a partir dos três tipos de empoderamento (pessoal, relações interpessoais e coletivo) propostos por Zapata-Martelo et. al. (2008), como se dá esse processo na vida das mulheres no Acampamento Ilha Verde, buscando compreender se as mesmas estão conseguindo obter maior autonomia ou se as relações de gênero permanecem inalteradas.

### **2.3 “Pra te falar a verdade, essa situação de gênero, eu vejo uma coisa muito distante”: o desempoderamento na dimensão pessoal**

Na dimensão pessoal o empoderamento se manifesta em mudanças tais como o desenvolvimento de habilidades para expressar-se e participar em novos espaços, organizar o tempo pessoal, obter e controlar recursos, ter o sentimento de que as aspirações são possíveis e os problemas podem ser resolvidos. Também no aumento da confiança em si mesma e da autoestima, maior habilidade para expressar opiniões e atuar fora do lugar, assim como a busca de uma educação diferente para seus filhos e filhas (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008). Nesta dimensão, os fatores inibidores do empoderamento são:

- Falta de controle sobre o seu tempo pessoal;
- Responsabilidade pelo trabalho doméstico e cuidado com os filhos;
- Opressão internalizada;
- Dependência;
- Críticas de pessoas externas ao grupo;
- Analfabetismo;
- Fofoca;

- Machismo e o sistema patriarcal;
- Oposição ativa do esposo ou de outros familiares.

Segundo Zapata-Martelo et. al. (2008) os fatores impulsionadores do empoderamento são:

- Fazer parte de um grupo e compartilhar problemas;
- Confiança entre as mulheres do grupo;
- Poupar e contribuir para a renda familiar;
- Desenvolver conhecimentos e habilidades;
- Realizar atividades fora de casa;
- Capacitação sobre gênero;
- Conhecimento dos direitos das mulheres;
- Participar da dinâmica do grupo;
- Romper o isolamento e ampliar as amizades.

Na dimensão pessoal, alguns fatores inibidores do empoderamento foram encontrados no Acampamento Ilha Verde, como a falta de controle sobre o seu tempo pessoal, porque muitas mulheres não conseguem participar de determinadas atividades, o que fica expresso em suas narrativas. Isso acontece devido às obrigações ditas femininas que consome grande parte do tempo das mulheres (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008), o que está relacionado a outro fator inibidor, a responsabilidade pelo trabalho doméstico e cuidado com os filhos. Pois quando a mulher é a única responsável por esta tarefa, que demanda dedicação integral, ela não tem condições de ter controle sobre o seu tempo e utilizá-lo para outras atividades.

Aparecida relata que estudou até a quarta série e não consegue voltar a estudar devido ter de se dedicar as atividades de subsistência e o cuidado com os filhos, o que faz com que ela não tenha tempo nem paciência:

Não dou conta, porque o meu sentido não dá mais pra... Dá conta de aprender essas coisas não, só do serviço. E aí já chega o filho, já chega os netos. Essas coisas aí acaba o juízo, aí é só pro serviço.<sup>69</sup>

Alcione relata a mesma dificuldade, e além da questão das obrigações domésticas, inclui também a dificuldade de transporte do Acampamento até a escola na cidade, no período noturno:

---

<sup>69</sup> Entrevista citada na página 62.

Até que pra aprender eu queria sim. E também se tivesse um carro pra levar a gente a noite e trazer, eu até eu já tinha combinado isso com as meninas aqui, pra gente ir continuar estudando que é muito bom. Mas aí o horário de estudar é de dia, aí é quando os meus filhos vai eu já não posso ir junto porque eu tenho que fazer as coisas aqui na roça, aí não fui estudar mais.<sup>70</sup>

Este fator inibidor também está diretamente relacionado a outro, a opressão internalizada, pois o fato do trabalho doméstico não ser compartilhado entre os membros da família limita o desenvolvimento das potencialidades femininas (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008), como alcançar maiores níveis de escolaridade. O cuidado com a casa e os filhos é tido como uma tarefa da mulher devido aos costumes e as normas socialmente aceitas, o que faz com que esta questão não seja questionada, pressionando as mulheres a se encarregar do trabalho doméstico e “proíbe o esposo ou companheiro seja responsável, ajude ou atenda sua esposa”<sup>71</sup> (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008, p.224).

Para Freitas (2011) aí está implícita uma noção de mulher-cuidadora, onde o cuidado com as gerações posteriores é uma tarefa exclusiva das mulheres e não da sociedade. Zapata-Martelo et. al. (2008) explica que, devido as tarefas com a casa e os filhos, o tempo que a mulher dedica a si própria acaba sendo reduzido ao máximo, e o lazer termina por ser raro ou inexistente. Isso pode ser observado no relato de Aparecida, quando ela relata que seu lazer é pescar, ainda que esta seja a sua atividade produtiva diária:

Pescar. O meu destino aqui é só pescar eu não gosto de ir na casa de ninguém. (...) Porque eu não gosto. Aí é só pescaria e mexer nos meus canteiros, não vou pra casa de ninguém aqui de jeito nenhum, é só meu serviço, é porque eu não gosto mesmo de entrar nas casas. (...) Eu prefiro ir pra dentro de uma água pescar de quer ir pra uma casa, não gosto de estar nas casas de jeito nenhum. Tem um povo que fala que diz que eu não fico quieto em casa, não quieto porque é difícil a pessoa me achar aqui.<sup>72</sup>

Este relato coaduna com os resultados encontrados no estudo de Zapata-Martelo et. al. (2008) em que algumas mulheres vêem como descanso costurar, bordar e trabalhar na horta. De modo, o lazer se constitui em outra atividade laboral, o que traz prejuízos a saúde física e mental.

---

<sup>70</sup> Entrevista citada na página 59.

<sup>71</sup> Prohíbe que el esposo o compañero sea responsable, ayude o atienda a su esposa.

<sup>72</sup> Entrevista citada na página 62.

Outro fator inibidor, a dependência, foi observada nas entrevistas, em momentos que as mulheres perguntavam aos esposos determinadas informações que elas saberiam responder, como forma de pedir consentimento para falar daquele assunto, ou para incluir o esposo na conversa, de modo que ele também se sentisse importante, uma vez que é tido como o ‘chefe da casa’. Quando questionada sobre os produtos que leva para feira semanalmente, Janete citou: abóbora, alface, cheiro verde, jiló, melancia, fava, farinha, tomate, banana, mamão. Mas em seguida se dirigiu ao esposo para que ele a ajudasse a lembrar de mais algum item, e ele acrescentou berinjela. Ao passo que ela repetiu a mesma palavra e sorriu.

A dependência das mulheres explica porque elas buscam a proteção dos homens e atribuem a eles certas responsabilidades que elas deveriam assumir, pedindo permissão aos maridos, sobretudo em momentos de decisão e tensão, sentindo que deste modo é mais fácil (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008). No caso da entrevista de Janete, a dependência do marido não foi expressa de forma direta, porém velada. Na metodologia da História Oral “o não-dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação” (VOLDMAN, 2006, p.38) também são elementos integrantes e até estruturantes do relato” e por isso são parte do texto e devem ser interpretados.

Nos elementos inibidores do empoderamento, não é só a relação com o companheiro que pode se tornar um obstáculo para o desenvolvimento feminino. Em muitos casos, a crítica de pessoas externas ao grupo doméstico, como vizinhos e familiares influenciam as mulheres (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008). No relato de Aparecida, ela comenta que deixou de realizar a atividade de mergulho durante a pesca devido ao fato de seus irmãos terem comentado que é perigoso

No tempo que era o rio, que nós botava espiel, o peixe enganchava o espiel lá no fundo, nós ia mergulhava e tirava o peixe de dentro dos paus, das moitas de sará. Eu e meus irmãos nós não tinha medo naquele tempo de nada né?! Nós mergulhava e desenganchava aquela linha. Quando não era espiel era umas linha sozinha que você botava aqui, o peixinho enganchava aqui no anzol entrava dentro das moitas, aqui nós guiava por a linha e bater lá aonde está o peixe. Chegava lá desenrolava ele do pau todinho e puxava pra fora. Desde de pequena que eu era desse jeito. E hoje não vou mais hoje porque virou esse lago. E ainda depois desse lago ainda fui uma vez ainda. Mas eu não fui mais, não é porque eu vi nada assim nesse dia, é porque os meus irmãos disse não pra mim está fazendo mais isso porque pode ter outro bicho, né?! Aí não fui mais (...)<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Entrevista citada na página 62.

Além da relação com familiares e vizinhos, outro fator que inibe o empoderamento é o analfabetismo ou a baixa escolaridade. Alcione relata que tem muita dificuldade em realizar operações bancárias:

Ah minha filha, eu tinha tanta vontade de ter terminado os meus estudos, hoje eu sou arrependida de não te terminado. (...) É, por exemplo, mexer com banco, eu tenho um pouco de dificuldade, sabe? Isso aí eu já sinto dificuldade. E tem várias coisas assim que eu tenho dificuldade. A gente tem que seguir informação, que muitas coisas tem que pedir informação. Mas eu vejo que se eu tivesse estudado, eu sabia, né? Não era toda coisa que eu tinha que pedir informação.<sup>74</sup>

A baixa escolaridade limita a participação das mulheres nos grupos e como candidatas a cargos de liderança, além disso, elas sentem vergonha em reconhecer que não sabem e que precisam pedir ajuda (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008). Isso faz com que elas tenham dificuldades com determinadas atividades e evitem ocupar determinados cargos, por vergonha ou medo.

Os fatores inibidores do empoderamento pessoal como a fofoca e a oposição ativa do esposo ou de outros familiares não se constituíram como objeto da pesquisa realizada.

O machismo e o sistema patriarcal é um fator inibidor que aparece nas 3 (três dimensões do empoderamento). Mas na dimensão pessoal Zapata-Martelo et. al. (2008) o define como o controle que os homens exercem sobre a mobilidade física das mulheres, impedindo-as de participar de determinadas atividades, como reuniões e viagens. Nenhuma das mulheres entrevistadas relatou que o esposo se manifestava contrário a sua participação em reuniões ou cursos, talvez porque estas não eram constantes. Alcione e Aparecida disseram já ter participado de alguns encontros fora do município de Babaçulândia, via MAB, assunto que será discutido adiante.

Entre os fatores impulsionadores do empoderamento na dimensão pessoal, para Zapata-Martelo et. al. (2008) fazer parte de um grupo e compartilhar problemas é uma questão importante. Este fator não foi observado entre as mulheres pesquisadas, porque a maioria delas relataram que não participam das reuniões do Programa Bolsa Família e nem de outro tipo de reunião ou curso. As poucas reuniões que acontecem no Acampamento Ilha Verde se dão por iniciativa da líder local, Valderice. Nestas são

---

<sup>74</sup> Entrevista citada na página 59.

tratados diversos assuntos do cotidiano, como as atividades produtivas, como relata Valderice:

Mas só que aqui também tem famílias que tá sobrevivendo só do Bolsa Família. Só que hoje, quando eu faço reunião, que as vezes de mês em mês, de dois em dois meses eu faço reunião, no acampamento. Aí eu fico incentivando, né?! Fico citando os que tão fazendo feira. Você vai incentivar as famílias que não tão plantando nada ainda.<sup>75</sup>

Essas reuniões tem o caráter de informar sobre questões cotidianas do Acampamento, e também comunicar aos demais sobre o que foi discutido nos encontros do MAB em que a líder, Valderice, participa. Não se trata de um espaço onde acontecem processos decisórios mais amplos.

Para Zapata-Martelo et. al. (2008) os grupos são importantes porque mobilizam outro fator impulsionador, a confiança que as mulheres estabelecem entre si, se tornando um espaço em que elas possam compartilhar problemas, o que não aconteceria em outras ocasiões. A oportunidade de “compartilhar as vivências que se assemelham ao que cada uma delas vive, as faz identificar-se enquanto grupo, sentir-se unidas e construir redes de apoio”<sup>76</sup> (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008, p.226) formando redes de confiança e solidariedade em que elas possam se apoiar mutuamente. No entanto, durante a pesquisa não foi abordado se nestas reuniões as mulheres se sentem a vontade para compartilhar problemas, uma vez que esta questão não se constituía no foco do trabalho.

Além das reuniões de mulheres, para discutir assuntos relacionados ao Acampamento, atividades produtivas e relacionamento, existem também os grupos de lazer e descontração, como relata Euglene:

No domingo é assim, a gente se junta na casa dela, (risos). Alcione. (...) Já tá o nome, né?! Um clube. (...) Aí a gente reúne, assa um peixinho, aí a Valderice vem também, a gente assa um peixinho e aí as vezes a gente fica o dia todo, uma cervejinha, aí o dia todo... (...) Aí. As vezes nós faz um pagodin... Também. Menino, aqui é bom demais!<sup>77</sup>

Contudo, a reunião narrada por Euglene não coaduna com o proposto pelos autores que embasam essa análise, uma vez que a entrevistada se refere a momentos de

<sup>75</sup> Entrevista citada na página 64.

<sup>76</sup> Compartir las vivencias que se asemejan a lo que cada una de ellas vive, las hace identificarse como grupo, sentirse unidas por las propias experiencias y construir redes de apoyo.

<sup>77</sup> Entrevista citada na página 63.

lazer, no domingo, depois da feira, em que elas vão confraternizar. Não é o tipo de reunião proposto por Zapata-Martelo et. al. (2008) espaços em que se desenvolvem processos de formação de grupo, conscientização, movimentos políticos e construção de redes de apoio.

Para Zapata-Martelo et. al. (2008) os encontros são importantes, porque permitem romper o isolamento e ampliar as amizades, pois ao sair da casa, espaço tido como feminino, as mulheres podem conhecer outras e trocar experiências. A narrativa de Euglene denota que esta troca de experiências é diferente daquela proposta por Zapata-Martelo et. al. (2008), porque não há interação entre mulheres de diferentes Acampamentos, de modo que elas possam se unir, formar redes de apoio e confiança, ajudando-se mutuamente. As mulheres do Acampamento Ilha Verde convivem com o círculo social formado por pessoas de sua comunidade, não ampliando as amizades, discutindo apenas os acontecimentos vivenciados cotidianamente entre elas.

Apesar dos recursos obtidos com a renda dos produtos comercializados na feira e com o benefício do Programa Bolsa Família, as mulheres do Acampamento Ilha Verde não conseguem ter uma participação ativa na renda familiar, uma vez que elas trabalham para a sobrevivência de si e do grupo familiar. Os recursos são escassos e não permitem o investimento em outros tipos de negócios. O relato de Shirlene ilustra isso:

Sempre nós fala que o dinheiro é dos meninos né? (...) É, porque sempre o que eu entendo sempre assim que vem mais é por causa dos meninos. Aí no caso eu gasto mais é com eles. A não ser com eles eu compro assim, coisa de comida ou então é...<sup>78</sup>

Este fator impulsionador do empoderamento pessoal está relacionado a outro, a capacidade de poupar e contribuir para a renda familiar, que traz benefícios materiais e melhora a renda da família, reforça a autoestima e o bem-estar das mulheres (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008) uma vez que elas sentem que seu esforço produz resultados observáveis na família. As mulheres do Acampamento Ilha Verde não tem esse fator impulsionador, uma vez que elas narram que no final do mês, em geral, não sobra nenhum dinheiro. Quando sobra, elas adquirem de modo parcelado móveis e eletrodomésticos, voltados para o conforto da família, como para conservar os alimentos que serão vendidos na feira, como relata Janete:

---

<sup>78</sup> Entrevista citada na página 65.

Da Bolsa Família eu já comprei uma televisão. Agora não estou comprando. Eu comprei um guarda-roupa também, a cômoda pra Amanda (filha).<sup>79</sup>

E Alcione:

Tem, às vezes eu compro assim. Eu tenho um guarda roupinha que eu precisava, que é ruim a gente guardar..., tem que guardar roupa em alguma coisa, eu comprei o guarda roupa. Aí esse eu devo prestação.<sup>80</sup>

Isso mostra que elas tendem a investir mais nos gastos familiares do que no individual. O modo como elas direcionam a renda reafirma os papéis de gênero, uma vez que elas fazem aquisição de utensílios para a casa, a partir do papel de dona de casa e de boa mãe internalizado.

No entanto, esses bens não conseguem mudar a vida de suas famílias ou trazer novas perspectivas para elas ou para os membros do grupo familiar, ou mesmo para mudar a realidade da comunidade, uma vez que são bens domésticos e de consumo. Muitas delas têm receio de afirmar que são as responsáveis pela renda da casa.

Em algumas famílias, são as mulheres que sustentam a casa, mas elas evitam dizer isso claramente, talvez porque “nos papéis de gênero é o homem quem sustenta a casa” (PARENTE, 2012, p.281). Em uma das entrevistas, Euglene não consegue dizer “eu faço” embora pareça ser a única pessoa adulta que trabalha na casa. Talvez isso se dê por conta das questões de gênero, pois Euglene queria evitar dizer que o marido não contribui.

Aqui é eu. Eu e os vizinho que me ajuda. Quando a gente pode arrumar um dinheirinho, a gente paga a diária de um, o serviço que não dá conta de fazer, né?! A gente paga a diária de um. (...) Por exemplo, roçar, capinar que é muito pesado, tem que pagar a diária, porque isso aí a gente, mulher não dá conta, muito pesado. (...) Não. A renda nós tira daqui mesmo. (...) Daqui, ele tem o salário dele pra lá, pra cobrir as ... Aqui é as nossas feira, que nós faiz, trabalha, galinha que a gente cria, mata. (...) A gente eu, é que a gente fala assim..., né?! Mas EU trabalho. Eu crio galinha, nós mexe com galinha caipira, galinha... É porque eu já acostumei aqui do... (risos). É. Aí, galinha melhorada, galinha caipira, ovos e a horta.<sup>81</sup>

Em uma parte da narrativa Euglene diz ‘nós’, depois utiliza o termo ‘eu’, e posteriormente se refere a ‘nós’ novamente. Há uma hesitação em utilizar a primeira

<sup>79</sup> Entrevista citada na página 62.

<sup>80</sup> Entrevista citada na página 59.

<sup>81</sup> Sino que son espacios en donde las mujeres pueden conocerse, distraerse, platicar los problemas y compartirlos.



pessoa do singular (eu). Portelli (1996) explica que narrar também é interpretar, porque ao contar os fatos, “as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade” (p.2) e por isso a narração está imbuída de subjetividade e o argumento, não só o fato, está presente no discurso. É isso que dá para perceber na narrativa acima, no momento que fala ‘nós’, trazendo o discurso coletivo de que no Acampamento todas as famílias tiram seu sustento de lá, a partir da agricultura e da comercialização dos produtos na feira.

No final, Euglene afirma ‘É porque eu já acostumei aqui’ demonstrando que está habituada a falar deste modo e interpretando a sua própria fala. Para Portelli (2001), mesmo que as histórias já tenham sido contadas antes, elas nunca foram contadas para o ouvinte especial que é o pesquisador. Isso faz com que a ela seja contada de um modo diferente, pois realça a autoridade e a autoconsciência do narrador, levando-o a refletir sobre aspectos de sua experiência que ele nunca havia pensado ou falado de modo mais sério. Durante a narração, Euglene percebe a quantidade de atividades que descreveu, e do quão penoso pode parecer o dia a dia no Acampamento. Percebe também que utiliza ‘nós’ para se referir a atividades que ela executa sozinha, então se justifica dizendo que esta forma de expressão é comum no Acampamento Ilha Verde. E ela já se acostumou com esta maneira de se referir as atividades.

Horta, Carrillo e Zapata-Martelo (2015) em sua pesquisa com mulheres que receberam micro-crédito no México perceberam que houve um aumento da autoestima, bem como um maior respeito pelos membros da família, maior poder de decisão dentro do grupo doméstico, redução da violência contra a mulher, maior conhecimento de seus direitos e maior desejo de participar de questões públicas. Os autores mostram que existe uma relação das mulheres com o dinheiro, pois o êxito econômico influi de forma decisiva em seu valor social e seu bem-estar. No Acampamento Ilha Verde essas questões não foram observadas, uma vez que, a renda familiar consegue garantir apenas o sustento da casa. Não foi abordado nas entrevistas o conhecimento de seus direitos enquanto mulher e o desejo de participar de questões públicas, uma vez que não fazia parte dos objetivos da pesquisa.

Além disso, Valderice narra que tem conhecimento de um caso de violência doméstica no Acampamento. Disse que nunca fez nada para impedir, mas que convidou a mulher para as reuniões que acontecem no Acampamento e esta começou a participar:

Não. A única coisa que eu fiz foi, convidei ela pra reunião de mulheres. (...) Porque não teve mais aqui, né?! Mas no dia que teve a reunião aqui ela foi.<sup>82</sup>

Outro fator importante para o empoderamento pessoal é o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades, que se dá por meio dos cursos oferecidos as mulheres. Estes não só transmitem novos conhecimentos, “mas são espaços onde as mulheres podem se conhecer, distrair-se, conversar sobre os problemas e compartilhá-los, e (...) encontrar apoio para enfrentá-los ou resolvê-los” (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008, p.227). Estes cursos são centrais para o desenvolvimento pessoal. Todas as mulheres entrevistadas disseram nunca ter participado de cursos através do Programa Bolsa Família. No entanto, elas já participaram de outros cursos, via SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) como relata Alcione:

A gente já participou de um curso de empreendedorismo aqui mesmo do SENAI e eu fiz o outro cursinho de mandioca que a gente recebeu certificado do SENAI também. (...) Aí eu fiz aquele outro do SESI que é... Esqueci agorinha, mexeu com comida sabe, porque dá outro nome lá. Agorinha eu não estou lembrada. Mas já fiz uns três cursinhos assim.<sup>83</sup>

A líder do Acampamento, Valderice, relata com mais detalhes esses cursos:

Ah, eu esqueci. É..., o SENAR também, ah é, o SENAI também ajudou aqui assim, nós trouxemos um curso aqui de beneficiamento de mandioca. É porque é tanta coisa, que a gente esquece. (...) Beneficiamento de mandioca, é..., pelo SENAR também... (...) É. As mulheres participaram do curso Mulheres Empreendedoras. (...) Elas..., é..., elas aprenderam como vender os produtos que elas têm aqui, né?! Por exemplo, eu gastei 50 reais, como que eu vou vender meus produtos pra mim tirar aqueles 50 reais e ter o meu lucro. Tudo isso elas já aprenderam<sup>84</sup>.

Estes cursos são importantes porque possibilitam as mulheres melhor administrarem seu próprio negócio. Segundo Pérez, Santana e Moreno (2007) o empoderamento é um processo que se gera no interior das pessoas e está ligado não só ao exercício do poder adquirido, mas adquirir a consciência da capacidade e habilidade de fazê-lo. No entanto, as entrevistadas demonstraram que estes cursos não conseguiram levá-las a desenvolver novos conhecimentos e habilidades.

---

<sup>82</sup> Entrevista citada na página 64

<sup>83</sup> Entrevista citada na página 59.

<sup>84</sup> Entrevista citada na página 64.

Estes cursos mencionados tiveram a participação de poucas mulheres. E as que participaram, não conseguiram colocar em prática os conhecimentos adquiridos, pois se percebeu que elas não conseguiram melhor estruturar e desenvolver seu negócio de comercialização de produtos na feira, ou mesmo traçar um plano de negócios para si ou para o grupo. Em sua fala, Alcione confessa não se lembrar nem do nome do curso que participou.

Realizar atividades fora de casa é um fator importante para impulsionar o empoderamento individual, uma vez que as saídas para participação em encontros e eventos “faz com que as mulheres rompam com a rotina de sua vida doméstica, descubram outras possibilidades, outras pessoas e lugares que ampliam a sua visão de mundo e delas mesmas”<sup>85</sup> (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008, p.320). E deste modo elas podem ampliar sua visão de mundo e modificar a forma como se vêem.

A única atividade que as mulheres do Acampamento realizam fora de casa é aquela ligada a venda de produtos na feira, primordial para a subsistência da família. Não foi registrada a participação em encontros e eventos com todas as mulheres. Algumas relatam já ter ido a reuniões do Bolsa Família na cidade e outras comentaram que foram em reuniões do MAB na capital do estado. Alcione relata que já esteve nessas reuniões e que gosta muito, porque é uma oportunidade para viajar:

Ah, eu já fui também em Palmas num encontro. (...) Ah, maravilha. Pelo menos viajar, uma beleza né?! (risos)<sup>86</sup>

No entanto, essas participações pontuais não conseguem levar essas mulheres a se tornarem líderes ou a modificarem a comunidade em que vivem. São momentos que significam a oportunidade de estar fora do Acampamento por um momento, conhecer outros lugares, mas não assumem uma importância quanto aos temas que são discutidos.

Outro fator importante para o empoderamento pessoal é a capacitação sobre gênero que permite as mulheres tomarem consciência das causas que as limitam as mulheres e a partir daí se empreender ações para a mudança” (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008). Nos relatos colhidos no Acampamento Ilha Verde não foi registrada nenhuma ocorrência em que as questões de gênero tenham sido discutidas em reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família. Ou por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família como preconiza as normativas da Política Nacional de

---

<sup>85</sup> Hacen que las mujeres rompan con la rutina de su vida doméstica, descubran otras posibilidades, otras personas y lugares que amplían su visión del mundo y de ellas mismas.

<sup>86</sup> Entrevista citada na página 59.

Assistência Social (BRASIL, 2012b). Algumas mulheres relataram que já participaram de reuniões com os demais beneficiários no município de Babaçulândia. Shirlene diz não se lembrar do que foi discutido

Já, de vez em quando tem, eu vou. (...) Quando eles mandam avisar a gente vai assim no carro da escola, a gente vai, participa. Aí ouve lá, depois vem embora. (...) Ih, já faz tanto tempo (se referindo a pergunta do que foi discutido na reunião).<sup>87</sup>

No entanto já ocorreram encontros sobre gênero no Acampamento Ilha Verde por iniciativa do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) como conta Valderice, líder do movimento:

Mulher, pra te falar a verdade, essa situação de gênero, é, a respeito do MAB, eu vejo assim, uma coisa muito distante. Porque eles falam, falam, falam, mas na realidade não tem nada, não existe isso. (...) Não existe, por exemplo eles trabalharem assim, gênero. Não existe. (...) Assim, aqui eu vi eles falando assim, alguma coisa sobre gênero, mas não era assim aquela coisa muito profundo. (...) Eu achei assim que elas não entenderam bem não. Alguma coisa assim, ainda ficou escuro para elas, porque apesar que..., algumas já participou de encontro de mulheres. Mas teve outras que foi a primeira vez. Sempre a primeira vez a gente fica perdido, né?! É muito difícil. Eu que já participei de várias, as vezes tem algum lá que eu fico assim meio perdida... Imagine elas que tão lá a primeira vez, né?!<sup>88</sup>

A partir do relato de Valderice, percebe-se que a capacitação citada por Valderice, não se constituiu em um fator impulsionador do empoderamento pessoal das mulheres, uma vez que não obteve efeito sobre as mesmas, porque elas não chegaram a compreensão do que seria as questões de gênero. Desconhecer os seus direitos enquanto mulheres impede que elas possam exercê-los e/ou exigi-los, fazendo com que não lutem por melhores condições de vida.

Este tema poderia ser trabalhado com as famílias do Acampamento, preferencialmente com as beneficiárias do Programa, via PAIF, que prevê, em suas orientações de temáticas, oficinas com famílias sobre o Direito das Mulheres visando “promover a reflexão sobre o isolamento social das mulheres, a feminização da pobreza, a violência contra mulheres, a sobrecarga das mulheres na divisão das responsabilidades familiares” (BRASIL, 2012b, p.29).

Na dimensão pessoal, foram identificados todos os fatores inibidores propostos por Zapata-Martelo et. al. (2008). As mulheres não conseguiram desenvolver novas

<sup>87</sup> Entrevista citada na página 65.

<sup>88</sup> Entrevista citada na página 64.

habilidades, ter maior capacidade para controlar circunstâncias pessoais (saídas, uso do tempo, ida a reuniões) e tomar decisões próprias. A sobrecarga com os trabalhos domésticos impedem estas mulheres de continuarem seus estudos. A única atividade realizada fora de casa, como a venda de produtos na feira, está ligada a subsistência da família. A renda proveniente da comercialização destes produtos e do Programa Bolsa Família é baixa, conseguindo manter apenas os gastos com alimentação e vestuário, impedindo essas mulheres de investirem em si.

Não foram identificados fatores impulsionadores do empoderamento pessoal, uma vez que as mulheres não têm conseguido participar ativamente da renda familiar, poupar e investir, romper o isolamento e ampliar as amizades, ou mesmo participar do acompanhamento familiar ou de reuniões do Programa Bolsa Família.

#### **2.4 “Estou fazendo um curso lá na EFA, mas fica bem pesado porque às vezes esse serviço aqui atrapalha”: as múltiplas faces do desempoderamento na dimensão das relações interpessoais**

Neste tópico será abordado o empoderamento no nível das relações interpessoais, sobretudo no que diz respeito a convivência da mulher com os membros do grupo familiar, como esposos e filhos, como com membros da comunidade em geral, como vizinhos, amigos e parentes.

Na dimensão das relações interpessoais o empoderamento se manifesta na capacidade de negociar, sobretudo com esposos e familiares, de modo a transformar as relações e permitir as mulheres decisões sobre as questões que lhes afetam. Os elementos centrais nesta dimensão estão relacionados com “a comunicação que as mulheres estabelecem com pessoas próximas a elas e a capacidade de negociação que desenvolvem ao longo do tempo”<sup>89</sup> (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008, p.125). De modo que elas conseguem redistribuir o trabalho doméstico entre os membros da família, ter um maior manejo da renda e conseguir consentimento do marido para participar de reuniões, eventos e viagens. Os fatores inibidores do empoderamento nesta dimensão são:

---

<sup>89</sup> La comunicación que las mujeres establecen con personas cercanas a ellas, y la capacidad de negociación que desarrollan a lo largo del tiempo.

- Opressão internalizada;
- Falta de apoio dos companheiros e outros membros da família;
- Sistema patriarcal;
- Estereótipos de gênero;
- Expectativas culturais das mulheres;
- Alcoolismo e violência do companheiro;
- Controle da renda pelo homem.

Já os fatores impulsionadores do empoderamento na dimensão das relações interpessoais, segundo Zapata-Martelo et. al. (2008), são:

- Apoio do companheiro;
- Compartilhar problemas com outras mulheres;
- Comunicação;
- Contribuição para a renda familiar;
- Novas masculinidades;
- Participar de grupos;
- Participar de oficinas sobre direitos da mulher e sobre gênero;
- Terminar com o isolamento.

O empoderamento feminino no âmbito das relações interpessoais está relacionado ao desenvolvimento da comunicação com pessoas próximas e a capacidade de negociação para eliminar os fatores inibidores e potencializar os fatores impulsionadores a favor de si mesmas e de outras mulheres (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008). No estudo das autoras, algumas mulheres alcançaram muitas mudanças na dimensão pessoal, porém o mesmo não aconteceu no âmbito das relações interpessoais e na dimensão coletiva. Isso acontece porque cada dimensão de empoderamento pode acontecer em ritmos diferentes. Zapata-Martelo et. al. (2008) explica que uma dimensão do empoderamento pode não ser consequência do outro.

A opressão internalizada é mencionada por Zapata-Martelo et. al. (2008) como um fator inibidor na dimensão das relações interpessoais, devido as mulheres aceitarem seu papel e a ordem existente como algo natural e intocável e dado. Isso reflete em outro fator, as expectativas culturais das mulheres, em que elas, aceitando as normas e as orientações culturais que definem os papéis do homem e da mulher, continuam

desejando que as filhas aprendam as responsabilidades da casa (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008) ou dando a elas essa responsabilidade, como aparece no relato de Aparecida:

Mas eu tenho oito filhos. Cuido desse oito filhos, criei, trabalhando como eu disse (...). Aí eu tenho essa daqui [se referindo a uma das filhas]. Essa daqui eu deixei ela aqui, quando eu chego está aqui mais eu. Ela me ajuda muito. Ela arruma a casa, ela molha a horta, ajuda, acho bom, ela lava as roupa.<sup>90</sup>

E também no relato de Jucilene:

Minha filha. Sempre aliás os meus filhos porque tem uma que está aqui comigo, tem outra, essa daqui também é minha aí sempre elas me ajudam, vai ajudando. Tem os pequeninos também que a mais velha toma de conta.<sup>91</sup>

Nos dois casos, como se tratam de famílias mais numerosas, as mães saem para pescar, para aumentar a renda familiar com a venda dos peixes, e as filhas mais velhas ficam cuidando da casa e dos irmãos mais novos. A opressão internalizada perpetua-se as questões de gênero, em que essas meninas vão aprendendo e assumindo, desde muito jovem, os papéis culturalmente tidos como femininos. E os meninos vão aprendendo que o cuidado com a casa e com as crianças é responsabilidade da mulher.

Muitas mulheres contam com o apoio das filhas e de irmãs, devido ao fator inibidor relacionado a falta de apoio dos companheiros e outros membros da família. Desse modo, para que uma mulher possa trabalhar, outra tem que sacrificar seu tempo, cuidando das crianças, o que, segundo Freitas (2011), impacta negativamente no uso do tempo das mulheres, ocasionando uma sobrecarga de serviços e limitando as possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Os filhos se constituem em uma rede<sup>92</sup> de cooperação, principalmente para os trabalhos ditos femininos, como preparar e embalar os produtos para serem comercializados na feira. No caso de Aparecida, os filhos fazem o serviço da casa. Isso facilita que Aparecida se dedique a pescaria e que sua renda familiar seja maior. Barros (2012) e Morton (2013) chamam a atenção para o fato de quanto as redes e os vínculos de parentesco se constituem em uma estratégia de sobrevivência diária e manutenção do cotidiano familiar, apresentando traços culturais que devem ser observados. A autora,

<sup>90</sup> Entrevista citada na página 62.

<sup>91</sup> Entrevista citada na página 68.

<sup>92</sup> Por rede se entende “a extensão em que as pessoas conhecidas por uma família se conhecem e se encontram umas com as outras” (BOTT, 1976, p.76).

em seu estudo com beneficiárias do Bolsa Família, também percebeu a existência da rede de apoio que envolve parentes e amigos do sexo feminino.

Para Mariano e Carloto (2009) tanto a maternidade como a maternagem são foco do Programa Bolsa Família, o que implica repensar qual é o lugar das mulheres na família e na relação com o Estado. Para as autoras, as contribuições feministas podem fomentar o debate sobre a cristalização dos papéis sociais de gênero, repensando o aprisionamento das mulheres nas tarefas relacionadas ao cuidado e à maternagem, e à reprodução social como um todo. A grande crítica delas ao Programa, é que, com a transferência de renda, as necessidades das mulheres são levadas em conta quanto à situação de pobreza, sem considerar a situação de subordinação feminina (MARIANO; CARLOTO, 2009).

A falta de apoio dos homens é um fator inibidor do empoderamento feminino, não só nas questões domésticas, mas nas atividades econômicas. No Acampamento Ilha Verde muitos deles não participam da produção de hortaliças para a comercialização na feira. Isso faz com que muitas mulheres tenham que pagar ‘diária’ para outros homens realizarem os serviços que exigem maior força física e que elas não conseguem executar, diminuindo o ganho obtido com a venda dos produtos. Aparecida relata que ‘paga diária’ para o cuidado da horta.

É, eu compro roupa pros meninos, eu compro remédio, muitas vezes eu compro umas coisas fiado sabe, aí quando chega aquela data daquele dinheirinho ali, eu já tiro e pago aquela conta, pago dia de serviço pra ajudar na horta, tira do Bolsa Família, tira da hora, já pago diária pra me ajudar.<sup>93</sup>

Euglene também relata essa situação:

Aqui é eu. Eu e os vizinho que me ajuda. Quando a gente pode arrumar um dinheirinho, a gente paga a diária de um, o serviço que não dá conta de fazer, né?! A gente paga a diária de um. (...) Por exemplo, roçar, capinar que é muito pesado, tem que pagar a diária, porque isso aí a gente, mulher não dá conta, muito pesado.<sup>94</sup>

Euglene conta que este passa os dias úteis em outro município trabalhando e está no Acampamento somente no final de semana. As atividades relacionadas com a horta ficam sob a responsabilidade dela, que terceiriza o trabalho que não consegue fazer. No acampamento os homens se dedicam a pesca e a produção de farinha, esta última é

---

<sup>93</sup> Entrevista citada na página 62.

<sup>94</sup> Entrevista citada na página 63.



fabricada de modo rudimentar e exige força física. Para Zapata-Martelo et. al. (2008) a falta de apoio e solidariedade por parte dos companheiros minimiza o desenvolvimento das capacidades e inibe o processo de empoderamento das mulheres. Isto dificulta a participação das mulheres em grupos e atividades coletivas.

O sistema patriarcal também é um importante fator inibidor do empoderamento, não só no nível individual, mas também na dimensão das relações interpessoais e coletiva. Zapata-Martelo et. al. (2008) explica que o machismo se manifesta de diversas formas:

a) machismo dos homens do grupo doméstico – os companheiros das mulheres não admitem as mudanças na identidade destas e as funções que ambos desempenham;

b) machismo dos homens externos a casa – os homens (familiares, companheiros de trabalho, amigos ou vizinhos) pressionam ao esposo de determinada mulher para que tome ações que evitem que se produzam mudanças;

c) machismo aceito pelas próprias mulheres – as mulheres concebem o machismo como um comportamento socialmente aceito, porque o interpretam como uma expressão da masculinidade dos homens.

Em dois momentos do relato do senhor Luíz, companheiro de uma das mulheres entrevistadas, demonstra o machismo presente nas relações de gênero. Em um momento, colocando que a pesca é uma atividade perigosa, e que portanto não deve ser realizada por uma mulher sem a presença de um homem que direcione as ações:

A teimosia é porque enquanto era só o rio era estreitinho, né? Logo era perigoso, mas atravessava com barco pequeno era mais rápido. Agora é o lago, vamos supor daqui pra aculá vai dar mais de oito quilômetros de largura, ela taca por meio dum aguão desses aí, numa canoinha, aí vem um banheiro, ela quer entrar no meio daqueles banheiro<sup>95</sup>, não está nem aí. Aí vamos dizer uma teimosia, porque a pessoa tá vendo a dificuldade e quer entrar, né? E aí eu estando com mais ela, eu tomo de conta do barco e não vou entrar, pode ela dizer pra mim entrar, eu não vou. E aí ela quer entrar, sabendo que é um risco. Aí que eu digo a pessoa no caso a teimosia é isso, é porque a pessoa está vendo dificuldade e não vai dá a vida por causa de um peixe, ou dois, ou dez ou mil, né?!<sup>96</sup>

<sup>95</sup> Banheiro, na explicação do senhor Luíz “é quando vem o vento, aí a água fica agitada assim que nem.... Que lá no mar eles chama maré. Dá umas ondas de água, a água fica assanhada e dá onda. E quando a gente vai na canoa, a canoa pula, ou as vezes a água joga pra dentro, alaga”.

<sup>96</sup> Entrevista citada na página 62.

Em sua fala, ele explicita os estereótipos de gênero, um fator inibidor do empoderamento, quando demonstra sua cobrança para que a esposa exerça os papéis de pescadora e dona de casa, tentando conciliar os dois:

É porque, numa parte, é bom porque ajuda, agora outra, assim que, ela se for mesmo na gestão dela, ela quer ficar mas no rio do que na casa. E aí a gente tem que, vamos dizer, levar uma base assim que não atrapalhe nem um e nem outro, né?! Nem tanto o trabalho da casa quando da pesca. (...) Não, assim, é porque a pesca assim, que nós temos umas crianças pequenas, aí pra nós ir lá pra longe, e aí tem que ficar... as vezes tem que ficar na casa, tem que dá assistência na casa também, aí não pode diretamente tá indo todo dia por conta disso.<sup>97</sup>

Apesar da pesca ser uma atividade produtiva e importante para a renda familiar, ele afirma que a esposa precisa ficar em casa cuidando dos filhos, ainda que as duas atividades não possam ser executadas ao mesmo tempo. Quando Aparecida disse que deixa os filhos em casa e vai pescar, outra mulher, que estava presente no momento da entrevista, afirmou que, em sua opinião, devido Aparecida não dar atenção para o esposo, ele ia atrás dela pescar.

Isso mostra as expectativas culturais das mulheres, um fator inibidor do empoderamento ligado ao mencionado anteriormente. E ao machismo internalizado, pois evidencia a ideia de que a mulher deveria dar atenção ao companheiro e cumprir o seu papel de esposa e mãe. Os estereótipos de gênero se constituem em um conjunto de características de ser e atuar definidas para as mulheres e os homens, e que serão diferentes para cada cultura e dependerão da idade, da classe social, da religião e da etnia a que pertença a pessoa (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008). Para as autoras, as mulheres sabem quais são as expectativas culturais, como mulheres casadas e como mães, o que as leva a atuar de forma a merecer o adjetivo de ‘boa mulher’, ‘boa mãe’ e ‘boa esposa’. Quando a mulher não se encaixa nesse papel, tende a se sentir desapontada. Janete, em seu relato, confessa, timidamente, que não faz café porque erra muito. Nesse momento seu esposo a corrige, pedindo que contasse a história de forma bonita para a pesquisadora.

As expressões faciais e os gestos que acompanham o discurso também incidem sobre o significado da enunciação (ALBERTI, 2005) e por isso devem ser anotados e analisados posteriormente, porque transmitem significados para além da fala, oferecendo pistas para uma interpretação simbólica (THOMPSON, 2002). Neste trecho

---

<sup>97</sup> Entrevista citada na página 62.

da narrativa se percebe a influência das questões de gênero, sobretudo do papel feminino nos serviços domésticos, e no desejo do narrador de que sua esposa, por meio do discurso, passe a imagem de boa dona de casa. Para Portelli (2001) o discurso oral é marcado pelo “empenho pela exatidão, reparos a conversa, correções e um esforço pessoal na composição de uma performance” (p.12) numa busca por um discurso socialmente aceito.

Outro fator que inibe o empoderamento da mulher é o alcoolismo e violência do companheiro devido ao conflito que provoca as relações de casal, e na maior agressividade dos homens quando estão embriagados (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008). No Acampamento Ilha Verde, Valderice, líder do Acampamento, quando questionada sobre o principal motivo de desentendimento entre os casais, explicou que é a questão do alcoolismo. Ela relatou algumas situações:

Cachaça que, muitas vezes aqui, as que eu já pude observar é a cachaça. Porque eles vão pro buteco, as vezes eles traz, já vem da rua bêbado. E é uma coisa que a gente não impede, né?! Aí isso provoca muita briga.<sup>98</sup>

O álcool é um fator que influencia na deterioração das relações e na desintegração do grupo doméstico, porque a situação de abuso de substância leva aos homens a negligenciar suas responsabilidades, tanto materiais como emocionais, e a se tornarem violentos, sobretudo com as esposas, expressando-se em agressões físicas, sexuais e emocionais (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008). No entanto, esta questão não foi mencionada diretamente por nenhuma outra mulher entrevistada, de modo que a questão não pode ser generalizada.

O alcoolismo também está ligado a outro fator inibidor, o controle da renda pelo homem, embora a maior parte das mulheres entrevistadas relatem que são elas quem administram o benefício do Programa Bolsa Família, Valderice, líder do Acampamento, narrou um caso, em uma família, em que o homem é o responsável por administrar o benefício, e se utiliza do mesmo para comprar bebida alcoólica:

As mulheres daqui são muito espertas. Homem aqui não pega em cartão de Bolsa Família não. Aqui só tem uma que eu conheço, que ela saca e passa pro marido. Ou então ele vai lá e saca. Mas só ela. Mas também eu já conversei com ela, não sei se ela vai mudar de ideia, eu sei que eu to botando umas coisinhas na cabeça dela... (...) É. É esse mesmo casal que vive do Bolsa Família, essas coisas.<sup>99</sup>

---

<sup>98</sup> Entrevista citada na página 64.

<sup>99</sup> Entrevista citada na página 64.

O controle masculino, sobretudo com a renda familiar reforça a dependência da mulher para com o esposo já que as despesas dependem da vontade deste (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008). Esta questão não foi mencionada pelas mulheres entrevistadas e por isso este fator não foi identificado no Acampamento Ilha Verde.

Entre os fatores impulsionadores do empoderamento nas relações interpessoais, além daqueles já mencionados na dimensão pessoal, as autoras mencionam o apoio do companheiro, que permite às mulheres ter uma participação ativa em outros espaços. Nas entrevistas, se registrou apenas uma ocorrência deste fator. Janete, que está fazendo um curso técnico na EFA<sup>100</sup> (Escola da Família Agrícola) no município de Porto Nacional (distante aproximadamente 500 quilômetros do Acampamento Ilha Verde), relata que quando ela sai para estudar, seu esposo e sua mãe assumem as responsabilidades de Janete, cuidando da criança e da horta:

Eu tenho, estou fazendo um curso lá na EFA mas assim fica bem pesado porque as vezes esse serviço aqui atrapalha. Tem de cuidar de menino, aí de horta. Essas coisas atrapalha um pouco. (...) Aquele homem ali ó (se referindo ao esposo) e minha mãe (explicando quem cuida das suas responsabilidades quando vai estudar). Minha mãe que mora aqui perto. (...) Não. Eu vou é só. Tem os meninos e o canteiro aí pra mexer.<sup>101</sup>

Para Celarié (2003) o empoderamento está ligado as questões de gênero e se define pela capacidade de assumir o controle de sua própria vida, alterando os processos e as estruturas que reproduzem a subordinação das mulheres, por meio de uma redistribuição de poder entre homens e mulheres na sociedade. No caso de Janete, apesar dela contar com a ajuda de familiares para estudar, ainda permanece a questão de o cuidado ser responsabilidade feminina, uma vez que é a avó que se responsabiliza pelo cuidado com a criança. Também não foram encontradas outras famílias, no Acampamento Ilha Verde, em que os companheiros dividem o cuidado das crianças com as mulheres.

A compreensão e o apoio dos esposos ou companheiros propicia um aporte para o envolvimento das mulheres em outras atividades, permitindo tanto o empoderamento individual como o desenvolvimento coletivo (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008). Para as autoras, os principais indicadores do empoderamento na dimensão das relações

---

<sup>100</sup> Janete está se referindo a Escola Família Agrícola de Porto Nacional – TO (EFA), uma instituição pública de ensino que trabalha a Educação do Campo em cursos intensivos e atende aos filhos (as) dos agricultores (as) familiares, ofertando desde a Educação Básica até a Educação Profissional. Para saber mais consulte: <<http://efaportonacional.com.br/a-instituicao>>.

<sup>101</sup> Entrevista citada na página 62.

interpessoais podem ser observados no aumento do respeito pessoal e de outros que as mulheres vão conquistando, no compartilhamento do trabalho doméstico com os homens da família e da comunidade e luta pelos seus direitos como mulheres.

Nos relatos, nenhuma das mulheres comentou sobre a busca ativa do Programa Bolsa Família, que é uma estratégia para encontrar e cadastrar famílias em extrema pobreza no Cadastro Único, de modo que “o poder público vá até estas famílias ‘invisíveis’ aos olhos do Estado, sem esperar que elas façam o movimento de procurá-lo” (CAMPELLO; NERI, 2013, p. 21). Isso faz com que, no Acampamento, elas se esforcem para ir até a cidade para resolver todas as questões relacionadas ao Programa, com todas as dificuldades de deslocamento que têm no Acampamento, sem saber que tem o direito de serem visitadas em suas casas.

No Acampamento Ilha Verde ainda são raros os casos em que os homens compartilham com as mulheres o trabalho da casa e o cuidado com as crianças. Segundo Valderice, em relação a essas responsabilidades, apenas um homem na comunidade é a exceção, se encarregando das tarefas domésticas, devido ao fato de não ter esposa.

Para Batliwala (1997) empoderamento é o processo de desafiar as relações de poder existentes, assim como a obtenção de um maior controle sobre as fontes de poder (bens materiais, recursos intelectuais, ideologia, entre outros). Nos relatos as mulheres não verbalizaram terem adquirido um aumento no respeito pessoal. Seu poder de decisão quanto à destinação da renda familiar ainda está restrito as questões domésticas. Também não se registrou nas entrevistas uma busca pelos seus direitos como mulher. As poucas capacitações sobre gênero, ministradas no Acampamento Ilha Verde, não conseguiram tornar as mulheres mais conscientes de sua posição de gênero, nem fomentar uma percepção mais crítica da desigualdade, do isolamento e do acesso limitado a recursos, espaços e tempos.

Para Batliwala (1997), as mulheres exercem controle apenas no interior da família e nos espaços e recursos que a sociedade tem lhe permitido ter acesso e a ideologia patriarcal prevalece na maior parte das vezes. No Acampamento Ilha Verde identificou-se diversos fatores inibidores do empoderamento nas relações interpessoais, uma vez que as mulheres não têm conseguido negociar as responsabilidades dentro do grupo doméstico, pois a maioria não conta com o apoio dos companheiros. A opressão internalizada faz com que elas tenham dificuldade de perceber a sobrecarga de tarefas ao longo do dia, e, conseqüentemente, a não dividir as responsabilidades com os demais membros da família, sobretudo com os esposos.

Não se identificou nenhum dos fatores impulsionadores do empoderamento na dimensão das relações interpessoais explanados por Zapata-Martelo et. al. (2008). As mulheres do Acampamento Ilha Verde não tem apoio do companheiro, não conseguem compartilhar problemas com suas companheiras, não desenvolveram a comunicação por meio de um diálogo com os companheiros ou como ponto de construção de identidades coletivas. Além disso, elas não conseguem desconstruir os papéis tradicionais de gênero com os filhos, fomentando novas masculinidades. Elas não participam e não se organizam em grupos, não contam com oficinas sobre direitos da mulher e sobre gênero e sofrem com o isolamento de sua comunidade e do grupo como um todo, uma vez que trabalham isoladas umas das outras.

## **2.5 “Eles sempre alegam que nós não podemos ficar aqui”: caminhos e descaminhos do desempoderamento na dimensão coletiva**

A dimensão coletiva está relacionada ao “trabalho realizado por pessoas pertencentes a um grupo para alcançar um maior impacto mediante a ação coletiva”<sup>102</sup> (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008, p.138). Neste sentido, alguns fatores inibidores e impulsionadores podem ser similares aos descritos nas dimensões anteriores, mas se manifesta de forma diferente. As autoras explicam que, no caso do machismo, por exemplo, em que um homem exerce pressão sobre outro para que suas esposas não participem da atividade daquele grupo. As mudanças na dimensão coletiva envolvem: aumento do reconhecimento por parte de outras pessoas, aumento no sentimento de poder fazer coisas ao estar organizadas, aumento no reconhecimento por parte de outras pessoas, maior participação política, aumento de habilidade para iniciar redes de organizações e melhora na relação entre as mulheres. Os fatores inibidores do empoderamento nesta dimensão, segundo as autoras, são os seguintes:

- Pouca participação na tomada de decisões no interior do grupo;
- Falta de apoio das autoridades;
- Falta de apoio técnico e capacitação administrativa;

---

<sup>102</sup> Trabajo realizado por personas pertenientes a un grupo, para lograr un mayor impacto mediante la acción colectiva.

- Manejo inadequado dos recursos;
- Cultura do assistencialismo;
- Críticas de pessoas externas ao grupo;
- Dependência financeira e de pessoas chave;
- Desconfiança e críticas entre membros;
- Descumprimento das tarefas;
- Falta de capacitação sobre as questões de gênero;
- Falta de cooperação para o alcance dos objetivos do grupo;
- Inveja e concorrência entre membros;
- Machismo e sistema patriarcal;
- Opressão internalizada.

E por outro lado, os fatores impulsionadores do empoderamento na dimensão coletiva, segundo Zapata-Martelo et. al. (2008) são:

- Desenvolvimento de lideranças formais e informais comprometidas;
- Reconhecimento legal;
- Identificação das próprias necessidades;
- Autonomia e respeito como norma do grupo;
- Cooperação e solidariedade comunitária;
- Organização de atividades que geram pequenas rendas;
- Receber um estímulo dentro do grupo;
- Trabalho em equipe e confiança entre as mulheres.

Esta dimensão está relacionada ao trabalho realizado por pessoas pertencentes a um grupo para alcançar um maior impacto por meio de ações coletivas. Devido a isso, alguns fatores inibidores e impulsionadores são similares aos descritos nas dimensões anteriores, com a particularidade de que, são fatores que se manifestam no grupo ou dizem respeito a uma coletividade (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008).

No Acampamento Ilha Verde o grupo das trinta e sete famílias está organizado na luta pela posse da terra, se identificando como parte do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. Apesar das mulheres venderem coisas na feira, elas ainda não estão organizadas enquanto grupo, no sentido de ter uma associação, um plano de

negócio ou um planejamento do que vão levar para vender (pois todas elas levam produtos semelhantes para feira).

A falta de participação das mulheres na tomada de decisões no interior dos grupos nos quais estão inseridas é um fator que inibe o empoderamento. Nos relatos, não foi registrado a participação de nenhuma delas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e nem em nenhuma outra instância de controle social de políticas públicas ou associação em Babaçulândia. Uma pesquisa no CADSUAS<sup>103</sup>, (Sistema de Cadastro do SUAS), onde estão inseridas informações cadastrais da rede socioassistencial, órgãos governamentais e trabalhadores do SUAS (BRASIL, 2014c) confirmou que não existe a participação de nenhuma beneficiária do Programa Bolsa Família do Acampamento Ilha Verde participando do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Babaçulândia. Também não foi registrada a existência de Fórum Municipal ou Fórum Estadual de Usuários do SUAS<sup>104</sup>, que se constitui em um outro espaço de organização coletiva para os beneficiários do Programa Bolsa Família. Para as mulheres, sobretudo as que se encontram em uma situação financeira mais difícil, é um desafio é conciliar trabalho remunerado e participação social (BRASIL, 2014d) uma vez que as responsabilidades familiares ocupam quase todo o seu tempo.

Entre os principais fatores inibidores do empoderamento coletivo, cita-se a falta de apoio das autoridades nas diferentes esferas de governo. Tanto para fornecer serviços e infraestrutura básica, (como água encanada, energia elétrica, transporte para que as mulheres possam estudar), como na regularização da terra ocupada pela comunidade, na Busca Ativa do Programa Bolsa Família e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Essa questão apareceu com frequência na narrativa das mulheres, e pode ser ilustrada na fala de Alcione:

Até que pra aprender eu queria sim. E também se tivesse um carro pra levar a gente a noite e trazer, eu até eu já tinha combinado isso com as meninas aqui, pra gente ir continuar estudando que é muito bom. Mas aí o horário de estudar é de dia, aí é quando os meus filhos vai eu já não posso ir junto porque eu tenho que fazer as coisas aqui na roça, aí não fui estudar mais.<sup>105</sup>

---

<sup>103</sup> Os dados básicos de cada conselho municipal são de livre acesso, podendo qualquer cidadão, sem o uso de senha, ter acesso a eles por meio do CADSUAS, que pode ser acessado em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/visualizarConsultaExterna.html>>. Acessado em 20 dez. 2015.

<sup>104</sup> Informações buscadas no site do Fórum Nacional de Usuários do SUAS, disponível em: <<http://forumusuariosuas.org>>. Acessado em 6 dez. 2015.

<sup>105</sup> Entrevista citada na página 59.



Percebe-se que houve uma tentativa de organização coletiva, de um grupo de mulheres, que se interessava em voltar a estudar. Mas a iniciativa não se concretizou por falta de transporte. No relato de Jucilene a questão da necessidade de reconhecimento legalidade da terra fica explícita:

A maior dificuldade pra mim sempre é assim, a gente está aqui, né? O que nós estamos tentando fazer é conseguir o pedaço da terra pra gente mesmo, né? Porque sendo da gente tem como a gente seguir pra frente, plantar tudo que quer, que através da pesca tem a terrinha pra plantar, né, cultivar ela.<sup>106</sup>

A narração de Shirlene também tangencia o assunto da legalidade da terra e da infraestrutura básica:

O quê eu queria que mudasse mesmo era só deles resolver a situação, né?! Pra gente dizer que, que nós trabalha aqui, mas só que não é nosso, não é nosso, aí mas só que nós estamos trabalhando. Eu queria que eles resolvessem de mudar assim, deles arrumar, legalizar aqui aonde nós mora, passar o documento, que a gente pode fazer algum financiamento, alguma coisa. (..) O que eu gostaria mesmo é água encanada, tratada né? Que nós traz da rua. Energia. Aqui tem... Quando a gente traz alimento assim, a não ser a gente não comprar o gelo, estraga. O quando é tempo de chuva a gente tem que arrumar o tempo que dar o sol pra botar carne no sol essas coisas assim.<sup>107</sup>

Percebe-se que a falta de infraestrutura básica acarreta um maior gasto financeiro para conservação dos alimentos ou de tempo para realização das atividades domésticas. O apoio das autoridades, sobretudo governamental, é indispensável para questões coletivas, uma vez que estas podem fornecer um suporte adequado a sociedade civil organizada, como espaço físico para a realização das reuniões, materiais diversos, transporte, entre outros. As mulheres do Acampamento Ilha Verde não contam com esses benefícios.

Outro fator que inibe o empoderamento coletivo, sobretudo em relação a atividade produtiva de comercialização dos produtos é a falta de apoio técnico e capacitação administrativa. Pois “a carência de conhecimentos das mulheres sobre o manejo financeiro, administrativo e contábil, faz com que fracassem pequenos negócios”<sup>108</sup> (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008, p. 243) iniciados. Shirlene relata essa situação com muita tristeza:

<sup>106</sup> Entrevista citada na página 68.

<sup>107</sup> Entrevista citada na página 65.

<sup>108</sup> La carencia de conocimientos de las mujeres sobre manejo financiero, administrativo y contable, hace que fracasen pequeños negocios.

Não. Deixa eu ver, a única coisa que eu participei que tem que esse negócio do Bolsa Família foi aquele do Programa Brasil sem Miséria<sup>109</sup> que teve. Aí teve foi uma ajuda assim, de dois mil e quatrocentos e aí foi dividido em três vezes pra gente investir, a gente investir. (...) Investi na horta. Foi comprado o motor, a bomba, as telas que tinha umas galinhas aqui, tinha umas galinha aqui, mas só que minhas galinhas morreu tudo. Era pra vim o técnico, o agrônomo. Essas coisas assim. O veterinário. Mas só que não veio. E aí as minhas galinhas morreu aí eu..., morreu um bocado. Aí eu parei de mexer nas galinhas e fiquei só na horta mesmo.<sup>110</sup>

Parte do recurso oferecido pelo governo federal se perdeu, uma vez que, sem o apoio técnico, essa mulher não conseguiu impedir que as aves morressem, tampouco descobrir a sua causa e evitar novas percas. Isso também é relatado por Valderice, líder do Acampamento:

E para mim isso é muito bom, porque eles plantavam, assim só..., minha avó me ensinou a fazer um canteiro, eu ia lá e plantava também. Deu certo, deu. Não deu, não deu. E tendo uma pessoa para orientar, eles vão aproveitar cem por cento da plantação deles, né?! Mais do que eles plantando porque eu aprendi com a minha mãe, com a minha avó, com a tradição, né?! Deu certo, deu. Não deu... Aí as vezes eles me perguntam: 'Valderice, não deu certo isso...?' Como eu vou ajudar porque eu não sei também. Eu quero aprender.<sup>111</sup>

A falta de apoio técnico e capacitação administrativa contribui também para o fator inibidor do empoderamento, o manejo inadequado dos recursos uma vez que o planejamento financeiro é necessário não só para um grupo familiar, como para uma coletividade organizada em torno de um pequeno negócio. Janete diz que em algumas ocasiões, sobra um pequeno dinheiro no final do mês, mas ela nunca guarda e consequentemente também não o investe. Ela não soube explicar porque não consegue guardar o dinheiro que sobra. O manejo inadequado dos recursos financeiros a nível individual dificulta a organização coletiva, uma vez que elas dependem de investimento, de tempo, energia e recursos de seus membros para existir.

Outro fator que pode inibir o empoderamento é a cultura do assistencialismo, porque algumas políticas e programas de desenvolvimento que têm acostumado as beneficiárias a receber auxílio sem nenhuma contrapartida, tornando as pessoas mais dependentes de agentes externos para sua subsistência. Nos relatos colhidos no Acampamento Ilha Verde, se percebeu que o benefício do Programa Bolsa Família e a

<sup>109</sup> A entrevistada deve estar se referindo ao microcrédito oferecido aos beneficiários do Programa Bolsa Família.

<sup>110</sup> Entrevista citada na página 64.

<sup>111</sup> Entrevista citada na página 64.

distribuição de cestas básicas é um fator que favorece a acomodação em uns, mas que é um incentivo para outros, como pode ser observado no relato de Valderice:

Eu vejo assim, assim, é..., pra eles é um complemento da alimentação deles, porque tem muitas famílias que vive aqui no acampamento também, que vive do Bolsa Família, porque sempre tem aqueles né?! Que espera por aquele dinheirinho, e outras pessoas não, é um complemento. Porque, vão para a feira. Tem pessoas aqui que fazem 600 reais numa feira, mulher! É bom. (...) Vem 50 cestas, só que tem outras famílias, que vai para os outros assentamentos também, né?! É 3 assentamentos que vem pros outros assentamentos. Pro Baixão, Bela Vista e Santo Estevão. (...) Não. As cesta, ela vem pelo MAB. (...) Que não tem essa diferença de assentamento e nem assentado, nem acampado, nem... É pra pessoas de baixa renda.<sup>112</sup>

Enquanto algumas mulheres relatam que conseguiriam viver sem o benefício, como Aparecida:

Se esse Bolsa Família acabar eu fico no mesmo que eu estou ficando, trabalhando na minha horta, porque antes do Bolsa Família chegar eu já trabalhava, eu já tinha as minhas coisas de eu passar. Eu fazia mexe com roça, já mexia com roça, com negócio de canteiro, tudo eu já mexia. Daí já tinha nosso sustentinho, não vou comprar coisa que o dinheiro não dá de pagar, eu já tiro um tanto que tenho aquele dinheiro todo mês, de tirar aquele pouquinho pra pagar a prestação.<sup>113</sup>

Outras dizem, como Jucilene, que seria difícil viver sem este benefício:

Sim. Porque ia diminuir e muito, né? Porque ele já é bem uma ajuda, para mim já é bem avançado. Porque tem vez que chega o dia não vamos tirar o Bolsa Família já tem um menino que precisa de um chinelo tem outro que precisa de uma roupa, muitas vezes de um remédio que não está tendo na hora ali, aí vem calço bem bom.<sup>114</sup>

Para Zapata-Martelo et. al. (2008) em alguns casos, a cultura do assistencialismo ameaça projetos que se orientam para a sustentabilidade, porque tende a fazer com que as pessoas os rejeitem e não se desenvolvam. Poderia ser pelo medo de perder o auxílio do governo ou, em função da dependência, ter dificuldade em vislumbrar outras perspectivas.

Entre os fatores impulsionadores do empoderamento na dimensão coletiva está o desenvolvimento de lideranças formais e informais comprometidas com o grupo. O desenvolvimento da liderança gera um tipo de poder que deixa implícito ganhar uma voz, ter mobilidade e estabelecer uma presença pública, fazendo com que se desenvolva uma identidade coletiva e que outras mulheres se espelhem no comportamento da líder

<sup>112</sup> Entrevista citada na página 64.

<sup>113</sup> Entrevista citada na página 62.

<sup>114</sup> Entrevista citada na página 68.

(ZAPATA-MARTELO et. al., 2008). No Acampamento Ilha Verde percebe-se que Valderice é a líder da comunidade, e que ela influenciou as famílias a se mudarem e construir o Acampamento Ilha Verde. No entanto, as famílias se mobilizaram a criar o Acampamento para lutar por algo que poderia favorecer a si e a sua família, mas não o grupo como um todo. Não se identificou um processo de desenvolvimento de novas lideranças.

Para Celarié (2003) o empoderamento trata das mulheres se organizarem para ajudar umas as outras e levar demandas para o Estado, modificando a sociedade. No relato de Alcione, ela narra que se uniu a outras mulheres do Acampamento para exercer pressão política e lutar pela assistência de saúde:

Até que sobre isso a gente lutou. Juntou eu e a Shirlene ali, e a Euglênia, a gente foi na Secretaria de Saúde e pediu um agente de saúde pra cá. (...) Demorou, mas graça a Deus ele vem todo mês. Inclusive ontem ele veio aqui.<sup>115</sup>

No entanto, as mulheres do Acampamento não conseguiram ter mobilidade e estabelecer uma presença pública no município onde residem. A comunidade que reside no Acampamento não conseguiu desenvolver uma identidade coletiva e unir esforços para exercer pressão política sobre as autoridades. A única liderança existente é isolada e não tem conseguido formar outras. E está mobilizada para a subsistência das famílias, questão primordial no Acampamento Ilha Verde.

Quando as mulheres se reúnem e são comprometidas com sua organização, elas tendem a se tornar líderes e desenvolver a capacidade de negociação frente às autoridades, exercendo pressão política (ZAPATA-MARTELO et. al., 2008, p.140). Além da presença de mulheres líderes, por meios formais e informais, no grupo, as autoras explicam que a formação política auxilia o grupo para contar com novas mulheres líderes. Mas esta situação não foi observada no Acampamento, uma vez que não há espaços de formação política, pois essa comunidade não tem tradição dessa formação, uma vez que esse processo só se iniciou quando foram para o Acampamento Ilha Verde.

O reconhecimento legal, segundo as autoras, é outro fator que impulsiona o empoderamento coletivo, porque otimiza os esforços e viabiliza os negócios. As mulheres do Acampamento Ilha Verde não tem a posse da terra, portanto, não tem o reconhecimento legal, o que as impede de construir moradias definitivas, criar animais

---

<sup>115</sup> Entrevista citada. na página 59

de grande porte, como bovinos, e solicitar financiamentos junto às instituições financeiras. A contribuição do poder público municipal para buscar e levar as famílias para a feira, buscar adubo, transportar produtos de Araguaína até o Acampamento, entre outros, e pode ser interrompida a qualquer momento. A narrativa de Valderice<sup>116</sup> demonstra que se trata de uma negociação pessoal:

E o prefeito, ele me chamou um dia e disse: Valderice, o meu sonho, eu queria era resgatar a feira de Babaçulândia. Porque antes tinha, aí acabou. Em dois mandatos<sup>117</sup>, acabou (...). E ele queria voltar isso aí, na feira. Quando eu vi eles plantando, aí eu reuni eles e dei a ideia. Gente vamo voltar a feira? Aí todo mundo concordou, né?! As famílias daqui concordaram. Bom. Aí foi umas quatro pessoas primeiro dia. Vendeu bem. Aí foi... Hoje tá quase 10 pessoas já. (...) Ele dá o transporte. Ele manda o transporte buscar os feirantes, trazer de volta. Quando a gente precisa de um caminhão para buscar adubo, ele dá o caminhão. É... quando eu preciso, para buscar pra minhas galinha, coisa em Araguaína, ele dá o transporte. (...) Tudo aqui é o prefeito, tudo. (...) Não. Pra toda a comunidade. Aí as vezes, assim, sabe que o transporte são poucos. As vezes a gente tá agoniado, a gente pega e arruma outro transporte, mas sempre ele ajuda. E hoje, os feirantes tão de parabéns, nós aqui do acampamento Ilha Verde, porque hoje é o prefeito, junto com a (...) Secretaria da Agricultura, fizeram um projeto pro CESTE, e, não passou 30 dias eles aprovaram este projeto. (...) O projeto hoje, vai ajudar os feirantes, porque eles vão ter a barraquinha, eles vão ter uma balança, bebedouro, é..., carrocinha de mão. É... um kitzinho completo. Sacola, blusa.

Essa questão também é relatada por Aparecida:

O prefeito diz que não quer que acabe com a venda, com a feirinha lá da cidade porque não estava tendo. Aí nós estamos com esse negócio aqui, trabalhando aqui pra sempre ter, sabe? Agora o pessoal está me cobrando pra mim levar no domingo, mas não sei se dou conta de levar no domingo, porque nós já leva dois dias da semana Valderice, na sexta e no sábado.<sup>118</sup>

Para que exista a organização de atividades coletivas, onde as pessoas possam ir de uma motivação ou interesse pessoal a uma grupal, é necessária a confluência de outro fator, a identificação das próprias necessidades. A capacidade organizativa do grupo depende da capacidade para identificar e posteriormente demandar algum recurso ou serviço, que é chamado de ação grupal consciente por Zapata-Martelo et. al. (2008), em que o grupo se organiza para demandar apoio de instituições.

<sup>116</sup> Entrevista citada na página 64.

<sup>117</sup> Em dois mandatos de prefeitos da cidade, possivelmente.

<sup>118</sup> Entrevista citada na página 62.

Nas entrevistas as mulheres conseguem identificar apenas as suas demandas individuais, sobretudo aquelas ligadas à sobrevivência. Elas reclamam da falta de infraestrutura no Acampamento<sup>119</sup>, a distância da cidade e a conseqüente falta de transporte. Além da incerteza quanto a questão de permanecer na terra, como pode ser observado no relato de Alcione:

Ah, minha filha, no meu futuro, se eles organizassem a nossa situação nos desse casa, uma estrada boa, que essa estrada não é boa, água potável que essa água aí a gente não pode beber ela. Seria bem mais fácil se eles organizassem a nossa situação. (...) É, falta de estrada, moradia digna. Antes a gente vivia casa de palha, mas a gente não vivia nessa atribulação, porque aqui mesmo o pessoal do CESTE eles manda advogado, querer tirar a gente daqui. Tipo ameaçando, sabe?! Aí assim pra gente não é uma..., um lazer, a gente não vive sossegado. (...) Eles falam que a área da APP. (...) A APP é, eles falam que é terra da União, terra do governo federal, né? Então eles sempre alegam que nós não podemos ficar aqui. Que é área da APP. Também não sei que há algum risco que eles acham, que eles falam área de risco. (...) Mas pelo menos eles nos organizasse. Porque é assim, as famílias que eles indenizaram eles botaram também em péssimas condições, porque antes a gente podia usar a água do rio, o pessoal que morava na beira do rio podia usar a água do rio, hoje a gente tem medo de usar essa água aí sem ser tratada. E aí eles tiraram o pessoal do sossego que eles viviam, podia ser fraco de condição era, não ter casa boa igual, casa boa não que eles deram casinha construída, né, mais a água é péssima. (...) Aqui pra cozinhar nós usa essa água aí, pra beber, quando a gente não traz da rua, a gente tem que atravessar esse rio, esse lago, para ir apanhar num ribeirãozinho que tem a água. Eu sou difícil trazer da rua, porque até porque eu me acho em dificuldade porque o transporte que nós temos é essa moto, pra trazer um bujão de água fica dispendioso. O meu menino trouxe hoje porque o barco do meu cunhado ele não arrumou, porque eles vão buscar essa água de barco, joga o bujão dentro e vai buscar. (...) Casa, estrada e a água, energia também.<sup>120</sup>

Essa narrativa demonstra o quanto o apoio do poder público municipal é insuficiente para dar conta de todas as demandas da comunidade do Acampamento Ilha Verde, e a insegurança que há na continuidade dos serviços prestados. Todas as falas demonstram que as mulheres sofrem um processo de desempoderamento, com a presença de elementos inibidores das dimensões: pessoal, coletiva e das relações interpessoais.

A falta de moradia digna, transporte adequado, energia elétrica, água potável, somadas a incerteza quanto a posse da terra, a baixa escolaridade, insuficiência de renda

<sup>119</sup> Ainda que a falta de infraestrutura seja característica do acampamento e do processo de luta para a obtenção da posse da terra.

<sup>120</sup> Entrevista citada na página 59.

e falta de apoio dos companheiros, dificultam o processo de empoderamento das mulheres.

No entanto, percebe-se que a maioria das mulheres identifica as demandas relacionadas às questões de infraestrutura do Acampamento, talvez porque este já tenha se tornado um discurso coletivo na localidade. Uma vez que a memória individual é também uma memória social, familiar e grupal, uma fronteira em que se cruzam o modo de ser do indivíduo e de sua cultura (BOSI, 1987).

Algumas mulheres mencionaram ainda demandas relacionadas ao cotidiano feminino, relacionadas à casa. Janete, quando questionada, afirmou que o seu sonho era uma casa bem confortável, com cerâmica, banheiro dentro de casa e um quarto para os meninos.<sup>121</sup> Shirlene também reclamou da falta de infraestrutura no Acampamento. Quando questionada qual era seu sonho, confessou:

Ah, meu Deus. (...). Eu primeiro queria uma casa, não era? (Risos). Uma casa construída. (...) É uma casa assim, de tijolo com uma cerâmica. Mas fácil, né, pra gente arrumar. É... Só assim, organizadinho assim, com... Mais moderna, ser mais moderna, né, pra gente ter mais conforto, essas coisas assim.<sup>122</sup>

Essas falas refletem o desempoderamento na dimensão coletiva. Nenhuma das mulheres mencionou o desejo pelo aumento do reconhecimento por parte de outras pessoas, aumento no sentimento de poder fazer coisas ao estar organizadas. Nem um interesse por maior participação política ou para iniciar redes de cooperação, que seriam fatores impulsionadores do empoderamento coletivo segundo Zapata-Martelo et. al. (2008).

Os fatores inibidores relacionados a críticas de pessoas externas ao grupo, dependência financeira e de pessoas chave, desconfiança e críticas entre membros, descumprimento das tarefas, falta de cooperação para o alcance dos objetivos do grupo, inveja e concorrência entre membros da comunidade, não foram elementos dessa pesquisa. A falta de capacitação sobre as questões de gênero, o machismo e o sistema patriarcal e a opressão internalizada já foram mencionadas em outras dimensões do empoderamento.

Na dimensão coletiva não se identificou nas entrevistas com as mulheres os fatores ligados ao trabalho em equipe, cooperação e solidariedade comunitária, autonomia como norma do grupo, organizar coletivamente atividades que geram

---

<sup>121</sup> Entrevista citada na página 62.

<sup>122</sup> Entrevista citada na página 65.

pequenas rendas, que são considerados impulsionadores do empoderamento de acordo com Zapata-Martelo et. al. (2008). Não foi abordada nas entrevistas a confiança entre as mulheres, uma vez que esta questão não se constituía no foco do trabalho.

Empoderar-se significa possuir alternativas, e as mulheres do Acampamento Ilha Verde demonstraram não possuir nenhuma para empoderar-se. Nas narrativas identificaram-se quase todos os fatores inibidores propostos por Zapata-Martelo et. al. (2008), que interagem entre si nas dimensões pessoal, das relações interpessoais e coletiva, e levam ao desempoderamento.

Na dimensão pessoal, a responsabilidade pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos, aliada a falta de controle sobre o seu tempo pessoal, a dependência do esposo e a crítica de pessoas externas são fatores que inibem o empoderamento das mulheres. Na dimensão das relações interpessoais, a falta de apoio do companheiro e de outros membros da família, expectativas culturais das mulheres e o sistema patriarcal são os principais fatores inibidores do empoderamento. A opressão internalizada também foi identificada, e é um fator inibidor tanto na dimensão pessoal como nas relações interpessoais, segundo Zapata-Martelo et. al. (2008). Na dimensão coletiva, a falta de apoio das autoridades, e de apoio técnico e capacitação administrativa, o manejo inadequado dos recursos, a cultura do assistencialismo e a ausência de participação nas decisões dos grupos no qual fazem parte, são fatores que inibem o empoderamento coletivo. Por outro lado, não se identificou nenhum fator impulsionador do empoderamento nas dimensões citadas anteriormente.

Para que o processo de empoderamento seja compreendido em sua complexidade, é preciso percebê-lo como uma conquista coletiva, porque se a questão é vista de forma individual, as mulheres empoderadas são transformadas em alibi: se as demais não conseguiram, é porque são incapazes (SAFFIOTI, 2009). Esse processo coletivo de ganho de autonomia falta as mulheres do Acampamento Ilha Verde. Para Celarié (2003) o empoderamento não se dá apenas no nível pessoal, mas dentro da família e da comunidade. Pois as diversas características desse processo estão relacionadas aos fatores presentes no cotidiano das mulheres pesquisadas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou investigar os efeitos do Programa Bolsa Família no cotidiano das mulheres beneficiárias do Acampamento Ilha Verde. Essas mulheres lidam com duas fontes monetárias: o benefício do Programa Bolsa Família e a renda proveniente da venda de produtos na feira. No entanto, essas atividades reforçam os papéis tradicionais de gênero porque estão ligadas a ações culturalmente tidas como femininas: padrões culturais internalizados pelas mulheres.

As 37 (trinta e sete famílias) do Acampamento Ilha Verde estão organizadas na luta pela posse da terra, por meio do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. No entanto, as mulheres do Acampamento ainda não estão organizadas enquanto grupos políticos, ou seja, não têm uma luta comum que inclua às conquistas para o Acampamento como um todo. A não regularização das terras acarreta uma falta de infraestrutura (falta de saneamento básico) e uma limitação das atividades produtivas realizadas, pois não é possível a criação de animais de grande porte e tampouco o aumento da produção agrícola, com uso de mecanização. A comunidade vive da produção para a subsistência, complementada por benefícios do governo federal, como Programa Bolsa Família, o que pouco impacta na qualidade de vida dessas famílias, uma vez que o benefício, dado seu valor reduzido, consegue cobrir somente algumas despesas para para a manutenção da casa.

Os produtos derivados das hortas e comercializados na feira são altamente perecíveis, e no caso de não serem vendidos durante os dias das feiras, são descartados, o que diminui as possibilidades de ganho. Apesar da renda das mulheres ser igual ou maior que os seus companheiros, o seu trabalho não tem valor social. Em muitas entrevistas as mulheres narraram suas contribuições como secundária ou mesmo como uma ajuda.

A partir das relações de gênero compreendeu-se que a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão se restringem as questões domésticas, como a aquisição de alimentos, vestuário e remédios para os membros da família. Apesar das mulheres narrarem que são elas responsáveis pela administração do benefício do Programa Bolsa Família, os bens adquiridos são unicamente para manter a sobrevivência da mesma.

As mulheres narraram ainda, que não participam de cursos relacionados à capacitação profissional e à geração de emprego e renda que é uma proposta do

Programa Bolsa Família, mas, não é por falta de interesses das mesmas, mais sim porque não são oferecidos. Os únicos cursos que as mulheres fizeram foram cursos pontuais oferecidos pelo SENAI e SENAR o que não contribuiu para o processo de capacitação das mesmas, pois o que aprederam durante esses cursos não está sendo colocado em prática.

No que se refere aos fatores inibidores do empoderamento na dimensão pessoal elas vivem em uma situação de dependência e falta de controle sobre o seu tempo pessoal por conta das atividades domésticas e cuidado com os filhos. Além de que o trabalho doméstico das mulheres do Acampamento se torna mais difícil de realizar dadas as condições de infraestrutura precárias. Soma-se a isso, a baixa escolaridade e conseqüentemente as dificuldades de se inserir em atividades fora de casa, gerando, portanto, falta de renda para investir em outras atividades econômicas, bem como limitações de desenvolver outros conhecimentos e outras habilidades.

Na dimensão das relações interpessoais, elas convivem com diversos fatores inibidores do empoderamento, como a de falta de apoio dos companheiros, o isolamento e a ausência de participação em grupos, que favoreçam as relações entre si e a confiança.

Já na dimensão coletiva, os fatores que contribuem para o desempoderamento das mulheres do Acampamento Ilha Verde são falta de reconhecimento legal, manejo inadequado dos recursos e ausência de capacitação e de orientação técnica.

Detectou-se também que no Acampamento há uma ausência de formação política e, portanto, de possibilidades de formação novas lideranças, o que compromete a continuidade do grupo. No âmbito da pesquisa essa falta de concientização política foi claramente identificada, pois nenhuma mulher do Acampamento participou ou participa das arenas decisórias como os espaços de participação coletiva da política de assistência social, como o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fórum de Usuários do SUAS.

A partir das teorias que versam sobre gênero e empoderamento, se percebeu, através das narrativas, que o Programa Bolsa Família não provocou transformações no cotidiano das famílias do Acampamento Ilha Verde. Esse cotidiano permanece inalterado, uma vez que as mulheres mantêm, fortalecem e reproduzem as relações de gênero.

Acredita-se que o Programa Bolsa Família deve evitar reproduzir as práticas ligadas aos valores patriarcais existentes, mantendo as mulheres em lugares ‘destinados’

as elas e colocar em prática um de seus objetivos, preconizados no Decreto nº 5.209, de 17 de dezembro de 2004, em que se propõe buscar “estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza”.

O Programa Bolsa Família, ao priorizar as carências de recursos materiais sem abordar as questões subjetivas e às vezes intangíveis, como a desigualdade de gênero, pode não ser uma estratégia eficaz para empoderar as mulheres. Para superar a pobreza é preciso trabalhar em aspectos chave, como a autoestima, a autonomia e a participação feminina.

Sem desconsiderar a importância do Programa Bolsa Família, este benefício não é o único que poderá empoderar as mulheres (e não tem esse objetivo, segundo o aparato legal do programa) e reduzir a pobreza, mas um conjunto de fatores relacionados ao contexto e ao espaço onde se encontram as mulheres do Acampamento Ilha Verde bem como de outras realidades semelhantes, uma vez que o empoderamento é multidimensional. Para atender as necessidades das mulheres e contribuir para maior acesso aos direitos e expansão de sua cidadania, faz-se necessário partir de uma compreensão das desigualdades regionais em suas especificidades, criando políticas e serviços que atendam às demandas de grupos específicos.

A pesquisa buscou atender a carência de estudos sobre os beneficiários do Programa Bolsa Família que residem em acampamentos e poderá contribuir para o debate de planejamento de ações, com formas diversas de sugerir intervenções e acompanhamentos para comunidades que vivem em situações similares as do Acampamento Ilha Verde.

**FONTES**

- **Alcione Pereira de Almeida** – 36 anos, 3 filhos, ensino fundamental incompleto (6º ano), beneficiária do Programa Bolsa Família;
- **Aparecida Alves da Silva Santos** – 45 anos, 8 filhos, ensino fundamental incompleto (5º ano), beneficiária do Programa Bolsa Família;
- **Euglene Gomes da Costa** – 43 anos, 2 filhos, ensino fundamental incompleto (9º ano), não beneficiária do Programa Bolsa Família;
- **Janete Pereira da Silva Cruz** – 32 anos, 2 filhos, ensino médio completo, beneficiária do Programa Bolsa Família;
- **Jucilene Ribeiro da Conceição** – 42 anos, 6 filhos, ensino fundamental incompleto (7º ano), beneficiária do Programa Bolsa Família;
- **Shirlene Alves dos Santos** – 24 anos, 2 filhos, ensino médio incompleto, beneficiária do Programa Bolsa Família;
- **Valderice Pereira da Silva** – 48 anos, 2 filhos, ensino médio completo, não beneficiária do Programa Bolsa Família, líder do Acampamento Ilha Verde.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Lidiane Rocha. **Direitos Sociais no Brasil: Programa Bolsa Família e transferência de renda**. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.

ABREU, Débora Nunes. **Ação complementar do Programa Bolsa Família em Congonhas-MG: correlação de Políticas Públicas e Gênero**. Monografia (Especialização em Gestão em Políticas Públicas com foco em Gênero e Raça). Conselheiro Lafaiete: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBUQUERQUE, Erika Felipe de; AHLERT, Martina; DUARTE, Tatiane dos Santos; FERREIRA, Marineide Bezerra; SILVA, Joana Etienne Lima e; BEZERRA, Anderson Pereira; MOREIRA, Atalicio Gomes de Sousa; TELES, Eliana Silva; SOUZA, Emanuely Karoline de; OLIVEIRA, Khety Elane Holanda de. Estratégias de enfrentamento da fome e construções de gênero: o cotidiano das quebradeiras de coco babaçu na região dos Cocais – MA. In: **BRASIL**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome. Volume 1: Introdução e temas transversais. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

AIZZA, Leila Eliane. **O Programa Bolsa Família: um estudo sobre a desigualdade de renda e a pobreza no estado do Tocantins (2004-2013)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2014.

AQUINO, Napoleão Araújo de. A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do estado do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair (org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. 2ª ed. Goiânia: Editora UFG, 2004.

BANDEIRA, Lourdes. **Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM, 2005. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/.arquivos/integra\\_transversalidade\\_genero](http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/.arquivos/integra_transversalidade_genero)> Acessado em 20 ago. 2015.

BARROS, Lia Canejo Diniz. **Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres beneficiárias do Badu – Niterói**. Dissertação (Mestrado em Política Social) Niterói: Escola de Serviço Social/Universidade Federal Fluminense, 2012.

BATLIWALA, Srilatha. El significado del empoderamiento de las mujeres:nuevos conceptos desde la acción.In: LEÓN, Magdalena. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Santa Fe de Bogotá: T/M Editores, 1997. Disponível em: <[http://www.congresoed.org/wp-content/uploads/2014/10/D4\\_Batliwala\\_1997.pdf](http://www.congresoed.org/wp-content/uploads/2014/10/D4_Batliwala_1997.pdf)>. Acesso em 17 abr. 2015.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

**BRASIL.** Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Secretaria de Estado de Assistência Social. Portaria nº 1.111, de 6 de junho de 2000. Brasília, 2000.

**BRASIL.** Guia para Gestores do Projeto Agente Jovem. Ministério da Previdência e Assistência Social: Brasília, 2001a.

**BRASIL.** Portaria nº 458, de 4 de outubro de 2001. Estabelece Diretrizes e Normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Brasília, Ministério da Previdência e Assistência Social, 2001b. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/portarias/2001/Portaria%20no%20458-%20de%2004%20de%20outubro%20de%202001.pdf>>. Acesso em 26 mar. 2015.

**BRASIL.** Decreto 5.209, de 17 de dezembro de 2004a. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm)>. Acesso em 1 mar. 2015.

**BRASIL.** Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Brasília: Tribunal de Contas da União (TCU), 2004b.

**BRASIL.** O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero. Brasília: MDS/AGENDE, 2006. Disponível em:

<<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/PBF%20e%20desigualdade%20de%20g%C3%AAnero.pdf>>. Acessado em 2 mai. 2015.

**BRASIL.** Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)> Acessado em 5 fev. 2016.

**BRASIL.** Comissão Intergestores Tripartite. Resolução nº 7, de 10 de setembro de 2009. Ministério do Desenvolvimento Social: Brasília, 2009a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas/protocolo-de-gestao-integrada-de-servicos-beneficios-e-transferencias-de-renda-no-ambito-do-sistema-unico-de-assistencia-social-suas>> Acessado em: 21 jan. 2016.

**BRASIL.** Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Ministério do Desenvolvimento Social: Brasília, 2009b.

**BRASIL.** Decreto nº 7.332, de 19 de outubro de 2010. Dá nova redação e acresce artigos ao Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2010.

**BRASIL.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Decreto nº 7.447, de 1º de março de 2011. Dá nova redação ao art. 19 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Brasília: MDS, 2011a. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7447.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7447.htm)>. Acessado em: 3 mai. 2015.

**BRASIL.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 177 de 16/06/2011. Define procedimentos para a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, revoga a Portaria nº 376, de 16 de outubro de 2008, e dá outras providências. Brasília: MDS, 2011b. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/bolsafamilia/portarias/2011/Portaria%20no%20177%20-%20MDS%20de%202016%20de%20junho%20de%202011.pdf>>. Acessado em: 2 mai. 2015.

**BRASIL.** Orientações Técnicas sobre o PAIF – O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. vol. 1. Ministério do Desenvolvimento Social: Brasília, 2012a.

**BRASIL.** Orientações Técnicas sobre o PAIF – Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. vol. 2. Ministério do Desenvolvimento Social: Brasília, 2012b.

**BRASIL.** Orientações Conjuntas sobre os Índices de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD-PBF) e do SUAS (IGDSUAS). Ministério do Desenvolvimento Social: Brasília, 2013.

**BRASIL.** Benefícios. Ministério do Desenvolvimento Social: Brasília, 2014a. Encontrado em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>> Acessado em 2 ago. 2014.

**BRASIL.** Relatório de Informações Sociais. 2014b. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Índice de Gestão Descentralizada>> Brasília, v. 28, n. 2, ago. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922013000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000200011&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 2 ago. 2014.

**BRASIL.** Manual do Sistema CadSUAS. Versão 2.0 Brasília: MDS, 2014c. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2014/02/Manual-CadSUAS-v-2-0.pdf>> Acesso em 27 ago. 2014.

**BRASIL.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome. Volume 1: Introdução e temas transversais. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014d.

**BRASIL.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A extrema pobreza em seu município – Babaçulândia. Brasília, DF: MDS/SAGI, 2015a. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega\\_pdf.php?rel=extrema\\_pobreza](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=extrema_pobreza)>. Acessado em 22 mar. 2015.

**BRASIL.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. RI Bolsa Família e Cadastro Único – Babaçulândia (TO). Brasília, DF: MDS/SAGI, 2015b. Disponível

em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Visão Geral](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral)>. Acessado em 22 mar. 2015.

**BRASIL.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. RI Bolsa Família e Cadastro Único – Brasil. Brasília, DF: MDS/SAGI, 2015c. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#>>. Acessado em 20 mai. 2015.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do rio grande do sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12, v.1, janeiro-abril, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699>> Acessado em 3 jan. 2016.

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. Projeto Agente Jovem: Ação, Programa ou Política Pública de Juventude? **Anais da 27ª Reunião Anual da ANPED**, Caxambu, 2004. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br/gt03/t039.pdf>>. Acessado em 9 jul. 2014.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_bolsafamilia\\_10anos.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf)>. Acessado em 9 dez. 2014.

CASTRO, Jorge Abrahão de; et. al. Desafios para a inclusão produtiva das famílias vulneráveis: uma análise exploratória. In: **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. v.1. Orgs.: Jorge Abrahão de Castro, Shirlene Modesto. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_bolsafamilia\\_vo11.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vo11.pdf)>. Acessado em 1 mai. 2015.

CELARIÉ, Nidia Hidalgo. **Género, empoderamiento y Microfinanzas – un estudio del caso en el norte de México**. Tesis de Maestría (Instituto Nacional de las Mujeres). México, 2003.

CESTE. Institucional – Localização. Portal Ceste, 2015. Disponível em: <[http://www.uhe-estreito.com.br/ver\\_secao.php?session\\_id=71](http://www.uhe-estreito.com.br/ver_secao.php?session_id=71)> Acessado em 6 jan. 2016.

CNAS. Resolução nº 15, de 5 de junho de 2014. Conselho Nacional de Assistência Social: Brasília, 2014. Disponível em: <[www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes](http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes)> Acessado em 20 mai. 2015.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. **As mudanças na agenda das políticas sócias no Brasil e os desafios da inovação: o caso das políticas de assistência social à infância e adolescência**. In: CARVALHO, Alysson (et al.) (org). Políticas Públicas. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002

COSTA, Renata Gomes da; SILVEIRA, Clara Maria Holanda; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina. **Anais do 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero**, Paraíba, 2012. Disponível em:



<<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/56/196>>  
Acessado em 6 de novembro de 2015.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CRUZ, Luciana Ramirez da. O Programa Bolsa Família e perspectivas de gênero: análises transversais. **Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, São Pedro-SP, 2014. Disponível em:  
<[http://abep.info/files/trabalhos/trabalho\\_completo/TC-8-33-596-81.pdf](http://abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-8-33-596-81.pdf)>. Acessado em 20 mai. 2015.

CUNHA, Sheila Santos. **O perfil da participação nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e de Saúde (CMS) em Camaçari (BA): uma análise sobre quem e como participa**. Dissertação (Mestrado em Administração). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DUFLO, Esther. Women Empowerment and Economic Development. **Journal of Economic Literature**, v.4, n.50, p.1051–1079, 2012. Disponível em:  
<<http://dx.doi.org/10.1257/jel.50.4.1051>> Acesso em 3 ago. 2014.

FAVERO, Celso Antonio; SANTOS, Stella Rodrigues dos Santos. O Programa Bolsa Família e as relações de gênero e geração na agricultura familiar do semiárido do nordeste. In: **BRASIL**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome. Volume 1: Introdução e temas transversais. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

FERREIRA, Amauri Carlos, GROSSI, Yonne de Souza. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. **Economia & gestão**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 120-134, jan-jun, 2002.

FERREIRA, Dallyla Tais Assunção Milhomem; MARQUES, Elineide Eugênio; BUENAFUENTE, Sandra Maria Franco; SOUZA, Lucas Barbosa e; GRISON, Marcelo da Gama; LIMA Adila Maria Taveira de. Perdas simbólicas e os atingidos por barragens: o caso da Usina Hidrelétrica de Estreito, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 30, p. 73-87, jul., 2014. Disponível em:  
<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/34187/22870>> Acessado em 7 fev. 2016.

FIGUEIREDO, Gislayne Cristina; PINTO, José Marcelino de Rezende. Acampamento e Assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. **Psicologia & Sociedade**; v. 26, n.3, p. 562-571, 2014.

FRAGA, Gerson Wasen. Memórias de terras e de águas: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no norte do Rio Grande do Sul através da História Oral. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal-RN, 2013. Disponível em:

<[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371327960\\_ARQUIVO\\_memoria\\_sdeterrasedeaguas2.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371327960_ARQUIVO_memoria_sdeterrasedeaguas2.pdf)> Acessado em 21 out. 2015.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça numa era pós-socialista. Trad. Julio Assis Simões. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>>  
Acessado em 5 set. 2014

FREITAS, Sônia Maria de. História oral: possibilidades e procedimentos. **Eccos Revista Científica**, Universidade Nove de Julho, v. 5, n. 1, junho, 2003.

FREITAS, Ana Maria Lacerda de. **Políticas Públicas, gênero e autonomia econômica das mulheres: uma análise de Programas do governo brasileiro no período de 2000 a 2007**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, 2011.

FROTA, Mainara Mizzi Rocha; ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. O Brasil e as experiências internacionais de Programas de Transferência de Renda. **Anais do 13º Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica**, Faculdade de Economia e Administração (USP), São Paulo, 2010. Disponível em:  
<<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/mainaramizziOBrasileasexperienciasinternacionaisdeProgramas.pdf>> Acessado em 22 dez. 2015.

GOMES, Simone da Silva Ribeiro. Notas preliminares de uma crítica feminista aos Programas de transferência direta de renda - o caso do Programa Bolsa Família no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, p. 69-81, 2011. Disponível em:  
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/8560/6425>>  
Acessado em 25 jul. 2014.

HORTA, José Luís Garcia; CARRILLO, María del Rosario Ayala; ZAPATA-MARTELO, Emma. ¿Empoderan las microfinanzas? Un estudio de caso em Mexico. In: PARENTE, Temis Gomes; MIRANDA, Cynthia Mara (orgs.). **Arquiteturas de gênero: questões e debates**. Palmas: UFT/EDUFT, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Babaçulândia – Histórico**. Ferramenta Cidades, 2010a. Disponível em:  
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=170300&search=tocantins|babaculandia|infograficos:-historico>>. Acessado em 8 abr. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Babaçulândia – Informações Completas Censo Demográfico de 2010**. Ferramenta Cidades, 2010b. Disponível em:  
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=170300&search=tocantins|babaculandia|infograficos:-informacoes-completas>>. Acessado em 8 abr. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tocantins – IDH**. Ferramenta Cidades, 2010c. Disponível em:  
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=170300&search=tocantins|babaculandia|infograficos:-historico>>. Acessado em 8 abr. 2015.

JACCOUD, Luciana, HADJAB, Patrícia Dario El-Moor, ROCHET, Juliana. A Política de Assistência Social e a Juventude: um diálogo sobre a vulnerabilidade social? In:

**Juventude e Políticas Sociais no Brasil.** CASTRO, Jorge Abrahão, AQUINO, Luseni Maria C. de, ANDRADE, Carla Coelho (orgs.). Brasília: IPEA, 2009.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n.5, jan-jun, 2013. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/RBMAs/RBMA\\_5.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/RBMAs/RBMA_5.pdf)> Acessado em 14 abr. 2015.

JESUS, Milena Santos de Jesus; SACRAMENTO, Euglene Maria Pereira do. A abordagem conferida ao sexo e gênero nas distintas ondas feministas. **Revista Café com Sociologia**, v.3, n.3, set-dez, 2014. Disponível em: <<http://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/download/355/pdf>> Acessado em 3 mai. 2015.

LAVINAS, Lena. **Programas de Garantia de Renda Mínima: perspectivas brasileiras.** Texto para discussão nº 596. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. Disponível em: <[http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0596.pdf](http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0596.pdf)> Acessado em 24 abr. 2015.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; INÁCIO, Pedro Henrique Dias. O Programa Bolsa Família na voz das pescadoras artesanais do litoral de Pernambuco. In: **BRASIL.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome. Volume 1: Introdução e temas transversais. Brasília: MDS/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

LEVI, Giovani. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos & abusos da história oral.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.18, n.3, dez., 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-26X2010000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-26X2010000300013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 25 fev. 2015

LONARDONI, Eliana; GIMENES, Junia Garcia; SANTOS, Maria Lúcia dos; NOZABIELLI, Sônia Regina. O processo de afirmação da assistência social como política social. **Serviço Social em Revista** (Online), v. 08, p. 01-100, 2005. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2\\_sonia.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm)> Acessado em 22 dez. 2015.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: Programa bolsa família. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 17, n. 3, dez. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2009000300018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000300018&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 24 jul. 2014.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. **Soc. estado.**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 393-417, ago., 2013. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922013000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000200011&lng=en&nrm=iso)> Acessado em 24 jul. 2014.

MATOS, Marlise. Movimento e a Teoria Feminista em sua Nova Onda: entre encontros e confrontos, seria possível reconstruir a Teoria Feminista a partir do Sul Global? **Revista de Sociologia e Política** (Impresso), v. 18, p. 67-92, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06.pdf>>. Acessado em 4 jan. 2015.

**MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Sistema de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família – Manual do Usuário Versão 4.0. Brasília: MDS, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania-senarc/manuais/manual-do-usuario-do-sicon-pbf-versao-4.0/Manual%20do%20Usuario%20do%20SICON-PBF%20versao%204.0.pdf>>. Acessado em 2 mai. 2015.

**MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Articulação do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada com os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social, especialmente os ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), em espaços metropolitanos de pobreza e vulnerabilidade. Brasília: MDS, 2011. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Articula%C3%A7%C3%A3o%20do%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20e%20do%20Benef%C3%ADcio%20de%20Presta%C3%A7%C3%A3o%20Continuada.pdf>> Acessado em 21 jan. 2016.

**MDS– Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): redesenho pactuado na CIT e aprovado no CNAS em abril de 2013. Brasília: MDS, 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/mural/redesenho-peti-2.pdf/view>>. Acessado em 26 abr. 2015.

MESQUITA, Camile Sahb. **O Programa Bolsa Família: análise de seu impacto e alcance social.** Dissertação (Mestrado em Política Social). Brasília: Universidade de Brasília – UNB, 2007.

MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. Desenvolvimento Regional sob a perspectiva de gênero: um estudo sobre a atuação organizada das mulheres nos governos do Amazonas e Tocantins. **Anais do 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero**, João Pessoa, 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/45/190>> Acesso em 8 set. 2014

MIRANDA, Cynthia Mara; SANTOS, Gleyslally Ramos dos. Mulheres do Bico do Papagaio: questões de gênero e desenvolvimento regional nos municípios de São Miguel e Axixá. **Revista Eletrônica Mutações**, ago-dez, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/720>> Acesso em 20 jan. 2015.

MOCELIN, Cássia Engres. **Pobreza rural e o Programa Bolsa Família: o caso dos beneficiários da comunidade de São João do Barro Preto – Júlio de Castilhos/RS**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

MOREIRA, Nathalia Carvalho; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; LIMA, Afonso Augusto Teixeira de Freitas Carvalho; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v.46, n. 2, p. 403-423, abr., 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122012000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122012000200004&script=sci_arttext)>. Acesso em 23 abr. 2015.

MORTON, Gregory Duff. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano. **Política e Trabalho – Revista de Ciências Sociais**, n. 38, p. 43-67, abr., 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14360>>. Acessado em 20 fev. 2015.

NADÚ, Amanda do Carmo Amorim; SIMÃO, Andréa Branco; FONSECA, Maria do Carmo. Empoderamento feminino e relações de gênero no contexto do Programa Bolsa Família: breves reflexões. **Anais do III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/EMPODERAMENTO%20FEMININO%20E%20RELA%C3%87%C3%95ES%20DE%20G%C3%8ANERO%20NO%20CONTEXTO%20DO%20PROGRAMA%20BOLSA%20FAM%C3%8DLIA%20EM%20CONTAGEM%20BREVES%20REFLEX%C3%95ES.pdf>>. Acessado em 4 jul. 2014.

NEME, Flávia; BARBOSA, Henrique Fialho; LANG, João Pedro; PINHEIRO, Raphaella Gurgel. **Programas de transferência de renda – um paradigma em proteção social e combate à pobreza**. Simulação das Nações Unidas para Secundaristas (SINUS), 2013. Disponível em: <<http://www.sinus.org.br/2013/wp-content/uploads/2013/03/9.-BM-Artigo.pdf>>. Acessado em 24 abr. 2015.

OLIVEIRA, Rosilda Pinto de; SOARES, Maria de Lourdes Soares. O debate sobre a renda mínima: uma forma de enfrentamento às desigualdades sociais? **Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís, 2007. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/c70f3a76c2092a582cf0Rosilda\\_Maria1.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/c70f3a76c2092a582cf0Rosilda_Maria1.pdf)>. Acessado em 24 abr. 2015.

PARENTE, Temis. Gênero e memória de mulheres desterritorializadas. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 99-111, jan-jun, 2007.

PARENTE, Temis. Desenvolvimento regional na perspectiva de gênero. **Rev. Projeto História**, São Paulo, n. 45, dez., 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/15015/11209>>. Acesso em 20 fev. 2015.

PARENTE, Temis. Gênero e Desempoderamento de mulheres nos reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica de Estreito, Tocantins. In: ASSIS, Gláucia de; MINELLA,

Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo (orgs.). **Entre lugares e mobilidades – desafios feministas**. v. 3. Tubarão, SC: Ed. Copiart, 2014.

PARISE, Éldi Vendrame; ARAUJO, Gessi Carvalho de; PINHEIRO, Renato Torres. Análise espacial e determinação de áreas prioritárias para o controle da malária, no Estado no Tocantins, 2003-2008. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop.**, Uberaba, v. 44, n.1, p. 63-69, fev. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0037-86822011000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822011000100015&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: 10 mar. 2015.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi - Revista de História**, v. 12, p. 270-283, 2011. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi22/topoi%2022%20-%20artigo%2015.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi22/topoi%2022%20-%20artigo%2015.pdf)> Acessado em 12 fev. 2015.

PÉREZ, Arcadia Martín; SANTANA, Cristina Miranda; MORENO, Fátima Sosa. Discursos vacíos en políticas de mujer: los partidos políticos y sus web. In: **Sociedad de la información, educación para la paz y equidad de género**. Combyte, Netbiblo, , p. 225-248, 2007. Disponível em: <[http://www.mujeresenred.net/IMG/article\\_PDF/article\\_a706.pdf](http://www.mujeresenred.net/IMG/article_PDF/article_a706.pdf)>. Acesso em 17 abr. 2015.

**PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 – A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado. Nova York, 2013. (Versão em espanhol). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013-resumo.pdf>> Acessado em 20 abr. 2015.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História**. São Paulo, PUC-SP, v.22, junho, p.9-36, 2001. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10728/7960>> Acessado em 25 fev. 2015.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família – autonomia, dinheiro e cidadania**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RIOS, Denis Fernando Fraga. **O Programa Bolsa Família em um contexto de cidades rurais: o caso de Bambuí – MG**. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2011.

ROCHA; Maria Regina Teixeira da. **A rede sociotécnica do babaçu no Bico do Papagaio - TO: dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes\\_teses/arquivos/doutorado/PGDR\\_D\\_044\\_MARIA\\_DA\\_ROCHA.pdf](http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses/arquivos/doutorado/PGDR_D_044_MARIA_DA_ROCHA.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2014.

ROCHA, Teresa Hevia; CABA, Laura Peniche. **Manual de Elaboración de proyectos de desarrollo social com perspectiva de gênero**. 3ª ed. México: Instituto nacional de las mujeres, 2012.

ROCHA, Marcelo Cardona; SACCHET, Teresa; FAVILLA, Kátia. Programa Bolsa Família: perspectivas a partir do olhar de gênero e da diversidade sociocultural de povos e comunidades tradicionais. In: **BRASIL**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome. Volume 1: Introdução e temas transversais. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel. **O Estudo da Política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **FLACSO-Brasil**, Série Estudos e Ensaios, Ciências Sociais, junho, 2009. Disponível em: <[http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie\\_estudos\\_ensaios/Heleieth\\_Saffioti.pdf](http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf)> Acessado em 12 mar. 2015.

SALVATICI, Silvia. Memória de gênero: reflexões sobre a História Oral de Mulheres. Trad. Luiz A. R. R. Campos. **História Oral**, v.8, n.1, p.29-42, jan-jun, 2005. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10728/7960>> Acessado em 1 mar. 2015.

SANTOS, Pollyana dos Santos. Projeto Agente Jovem: da participação ao controle. **Anais do I Seminário Internacional Direitos Humanos Violência e Pobreza**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[http://www.unec.edu.br/sitesespeciais/ics/artigos/projeto\\_agente\\_jovem.pdf](http://www.unec.edu.br/sitesespeciais/ics/artigos/projeto_agente_jovem.pdf)>. Acessado em 10 jul. 2014.

SANTOS, Francisco Waleisondos; NOGUEIRA, Ariana; FIGUEIREDO, Maria Tamires Cruz; SANTOS, Rafael Soares dos. Análise crítica acerca do Programa de transferência de renda bolsa família na esfera compensatória da ofensiva neoliberal. **II Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento**, Universidade Regional do Cariri-URCA, Ceará, 2012. Disponível em: <[http://www.urca.br/coloquioeconomia/IIcoloquio/anais/trab\\_est\\_pol\\_pub\\_bra\\_ident\\_li\\_m\\_nov\\_possib/3.pdf](http://www.urca.br/coloquioeconomia/IIcoloquio/anais/trab_est_pol_pub_bra_ident_li_m_nov_possib/3.pdf)> Acessado em 10 mar. 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, nº 2, p. 71-99, jul-dez, 1990.

SCOTT, Joan Wallach. Usos e Abusos do Gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez., 2012.

SENARC. Procedimentos de fiscalização do recebimento indevido de benefícios do PBF são aperfeiçoados. Informe nº 354. Brasília: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/informes/informe-gestores/Informe,P20354.pdf.pagespeed.ce.q91qdfuyzk.pdf>> Acessado em 1 mai. 2015.

SILVA, Cícero Pereira da Júnior. **Memória, Dádiva e Distopia: impactos socioambientais da UHE Estreito sobre a Ilha de São José – TO**. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia). Bragança: Universidade Federal do Pará, 2014.

SILVA, Lana Claudia Macedo da. Mulher e trabalho no Programa Bolsa Família. In: **BRASIL**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome. Volume 1: Introdução e temas transversais. Brasília: MDS/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

SILVA, Queila Pereira da; SIEBEN, Airton; SILVA, Marivaldo Cavalcante da. Efeitos da Usina Hidrelétrica Estreito na cultura de vazante da Ilha de São José e na feira livre em Babaçulândia-TO. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, v.3, n. 1, p. 85-103, 2014.

SOUSA, Roberta Menezes. Feminização da pobreza em tempos de crise capitalista e assistencialização da Questão Social. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos**, Florianópolis, UFSC, 2013. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386698355\\_ARQUIVO\\_RobertaMenezesSousa.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386698355_ARQUIVO_RobertaMenezesSousa.pdf)>. Acessado em 5 jul. 2014.

SOUZA, Sônia Maria de. Belém-Brasília: abrindo fronteiras no norte goiano (atual Tocantins) – 1958-1975. In: GIRALDIN, Odair (org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. 2ª ed. Goiânia: Editora UFG, 2004.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul-dez, p. 20-45, 2006.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 281, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>> Acessado em 22 mar. 2015.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaíza. Os 20 anos de LOAS: a ruptura com o modelo assistencialista. In: COLIN, Denise Ratmann Arruda; CRUS, José Ferreira da; TAPAJÓS, Luziele Maria de Souza; ALBUQUERQUE, Simone Aparecida (orgs.). **Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. 1ª ed. Brasília: MDS, 2013.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo; BUARQUE, Cristovam. Garantia de renda mínima para erradicar a pobreza: o debate e a experiência brasileiros. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 79-93, ago., 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141997000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 24 abr. 2015.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.



TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 26, n. especial, p. 9-24, 2010. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a02v26ns.pdf>> Acessado em 25 fev. 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 6ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. Sistema de Proteção Social Brasileiro: modelo, dilemas e desafios. **Anais do Seminário Internacional do BPC** (resumo da Conferência Magna). Brasília, MDS, 2010. Disponível em:  
<<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/seminario-internacional-bpc/sobre-o-evento/apresentacoes/arquivos/Maria%20Carmelita%20Yazbek%20-%20Protecao%20Social.pdf>> Acessado em 26 abr. 2015.

ZAPATA-MARTELO, Emma; ZAVALA, Josefina López; HERNÁNDEZ, Miriam; BUENO, Laura Garza; MORENO, Pedro Pablo Ramírez; ÁVILA, María Isabel Ramos; EMBA, Camelia Reyes. **Microfinanciamiento y empoderamiento**. 1ª ed. México: Plaza y Valdés, 2004.

ZAPATA-MARTELO, Emma; GARCÍA, Verónica Vázquez; MANZANARES, Pilar Alberti; NASSER, Elia Pérez; ZAVALA, Josefina López; HERNÁNDEZ, Aurelia Flores; CELERIÉ, Nidia Hidalgo; BUENO, Laura Elena Garza. **Microfinanciamiento y empoderamiento de mujeres rurales – las cajas de ahorro y crédito en México**. 1ª reimp. México: Plaza y Valdés, 2008.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Os Programas sociais sob a ótica dos Direitos Humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. **Sur, Rev. int. direitos human. [online]**. São Paulo, v.3, n.4, p. 144-159, 2006. Disponível em:  
<<http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452006000100009>>. Acessado em 5 jul. 2014.